



RELATÓRIO
ANUAL
2015

SUMÁRIO

- 04 MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA
- 06 GOVERNANÇA CORPORATIVA
- 16 GESTÃO DE BENEFÍCIOS
- 24 GESTÃO ADMINISTRATIVA
- 30 GESTÃO DE INVESTIMENTOS
- 38 O FUTURO
- 42 PERFIL DOS PARTICIPANTES
- 43 RESULTADOS DA PETROS EM 2015

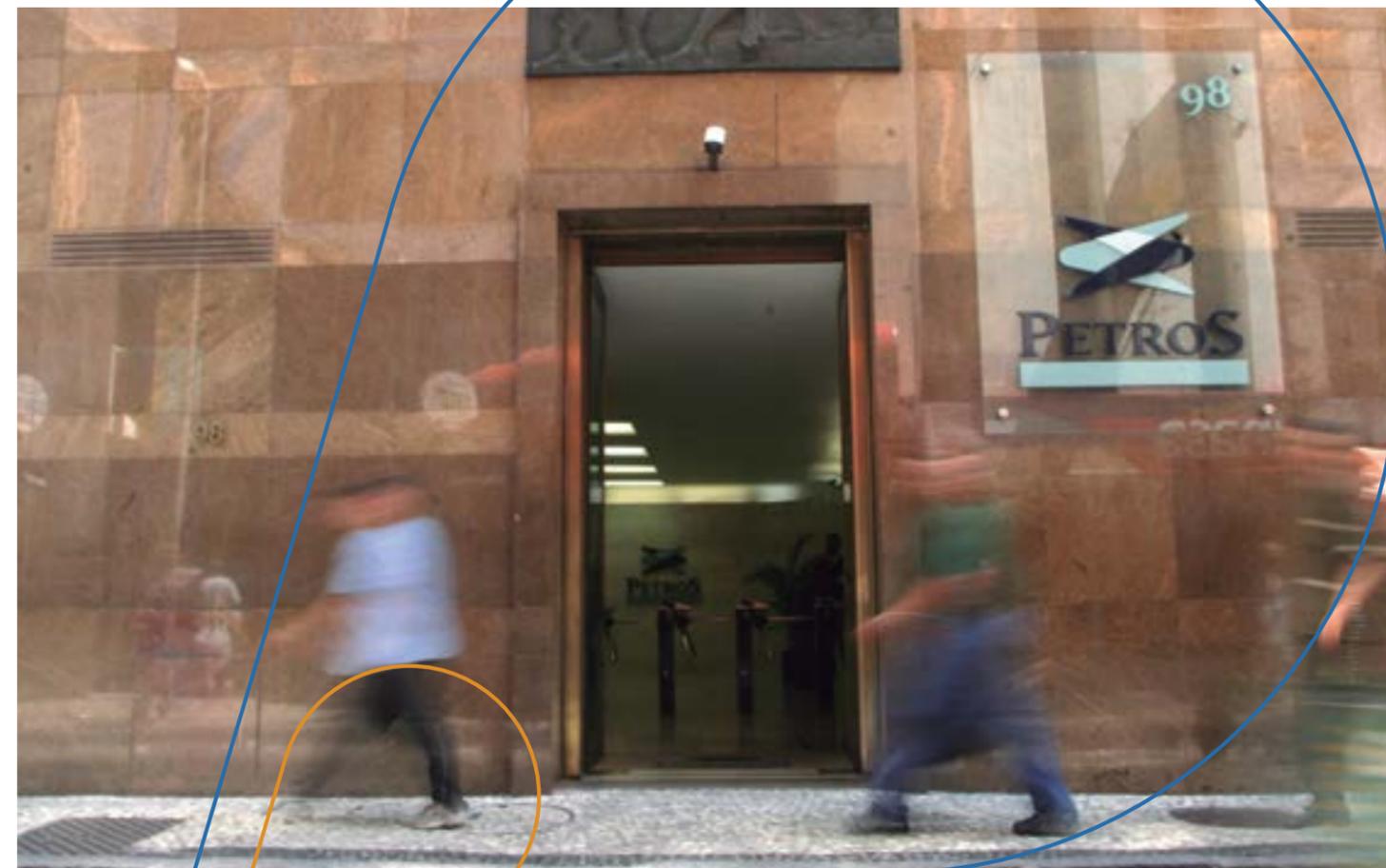
MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assumimos a Petros em março de 2015 com o compromisso de realizar uma rigorosa gestão, construída sob dois pilares: transparência e eficiência. Desde então, nosso trabalho vem sendo norteado pela busca da excelência em governança corporativa, com o objetivo de tornar a Fundação uma referência em termos de melhores práticas para participantes, assistidos e demais públicos com os quais se relaciona.

Um dos principais desafios foi consolidar um modelo estruturado de governança, a partir de medidas para aprofundar os mecanismos de controle e aprimorar o fluxo de informação entre as instâncias decisórias. Atuamos no sentido de implantar na Petros uma gestão baseada no risco do negócio como um todo e, paralelamente, aumentamos a transparência e aproximamos participantes e patrocinadoras da gestão da Fundação. Mais uma vez, a Petros foi pioneira ao divulgar informações dos contratos de prestação de serviços e compra de material, por meio do Portal da Transparência, indo além do que determina a legislação. Também instituímos novos comitês gestores, permitindo que participantes, patrocinadores e instituidores acompanhem de perto a administração de cada plano. Promovemos, ainda, uma ampla reestruturação organizacional para adequar a Petros aos desafios e objetivos estratégicos.

No âmbito administrativo, foi colocada em prática uma política de austeridade na gestão dos recursos, o que proporcionou uma economia de R\$ 54 milhões apenas em 2015. Renegociação de contratos e adoção de tomadas e consultas de preços contribuíram neste processo.

Em relação aos investimentos, adotamos um perfil mais conservador, em função do momento de forte retração econômica. Nos debruçamos sobre as estratégias em busca de maior rentabilidade, sem perder de vista a segurança do patrimônio. A decisão se mostrou acertada e já está gerando bons resultados no primeiro quadrimestre de 2016, superando a meta atuarial.



Na Seguridade, encaminhamos, conforme determina a legislação, o tratamento de antigas questões estruturais e atuariais do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP). Dar tratamento a estas questões, que representaram metade do déficit atuarial em 2015, é fundamental para garantir a perenidade do PPSP. Também nos empenhamos em buscar alternativas para equilibrar o custeio administrativo dos planos que a Fundação administra.

Essas e outras iniciativas da Diretoria Executiva constam do presente relatório, que sintetiza as principais decisões para tornar a Petros mais moderna, robusta e eficiente. Acreditamos que demos passos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação, de forma a mantê-la como parte importante do sonho de milhares de brasileiros.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Diretoria iniciou sua gestão com uma agenda repleta de desafios e a missão de fortalecer os mecanismos de governança corporativa, ampliar os controles internos e assegurar mais transparência à administração. Foi dado início ao processo de implantação de uma gestão baseada nos riscos do negócio como um todo, possibilitando a análise de forma corporativa e global – incluindo, além dos riscos operacionais e de investimentos, também os atuariais, legais, de liquidez, socioambientais e de imagem.

O modelo de governança da Petros passou por ampla revisão, com a implementação de uma série de medidas para adequá-lo às melhores e mais modernas práticas de mercado. Isso incluiu desde mudanças no âmbito da regulação, com a reorganização de normas e do fluxo de informações – garantindo maior acompanhamento e controle do dia a dia da Fundação e melhor suporte para a tomada de decisão – até uma profunda reestruturação organizacional, de forma a tornar as atividades mais aderentes à estratégia do negócio.

Ferramentas para aumentar a transparência também contribuíram neste processo. Destaque para o lançamento do Portal da Transparência, que divulga informações sobre contratos de serviços e despesas administrativas. Houve, ainda, a ampliação dos canais de comunicação existentes e a criação de novos, como o “Com a Palavra, a Petros”, tornando públicas as respostas aos questionamentos da imprensa.

Soma-se a essas iniciativas a reformulação da metodologia do Planejamento Estratégico para os próximos cinco anos, estabelecendo diretrizes.



GESTÃO BASEADA EM RISCOS

Para implantar uma gestão baseada em riscos, as primeiras medidas foram adotadas no âmbito da Diretoria de Investimentos. Assim que assumiu, em março de 2015, a Diretoria Executiva criou a Gerência de Gestão de Risco de Investimentos, com o objetivo de fazer a análise de risco do investimento de forma independente da área que decide pelas aplicações. Essa ação, que já representava um avanço no modelo de governança da Petros, ganhou ainda mais força em maio de 2016, a partir da reestruturação das áreas e da criação da Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade, diretamente ligada à Presidência, que incorporou todas as atividades de gestão de riscos corporativos.

Também foi criado um Comitê de Avaliação e Monitoramento do Risco de Investimento. Historicamente, para determinar o risco dos investimentos, a Petros se baseava, principalmente, em análises de agências de rating, que definiam o risco no momento da entrada do investimento. A partir de 2015, além de monitorar continuamente o risco do ativo, comparando-o com o total da carteira de investimentos, a Petros mudou o padrão que vinha adotando: passou a trabalhar apenas com as três principais agências de avaliação internacionais (Fitch, Standard & Poor's e Moody's), instituindo que somente seriam aportados recursos em empresas com, no mínimo, grau "AA-" de investimento. Essa mudança sinalizou para o mercado que o foco da Fundação está voltado para o investimento em empresas de grande porte.

Houve, ainda, com o apoio da Petrobras, uma revisão da estrutura do Comitê de Investimentos, para reforçar o peso dos representantes da patrocinadora nas decisões. Anteriormente, dos nove componentes do comitê, cinco eram indicados pela Petros, três pelas

patrocinadoras e um pelos participantes. O número de representantes da Fundação foi reduzido e o total de representantes das patrocinadoras subiu para quatro. Com isso, patrocinadoras e participantes passaram a formar a maioria do Comitê. Além disso, foram adotados parâmetros mais rigorosos de avaliação em operações de maior valor e quórum qualificado para indicativo de aprovação de, no mínimo, 75%.

Em busca da excelência da gestão de risco, a Diretoria Executiva tem trabalhado no sentido de qualificar e envolver toda a força de trabalho no controle dos riscos do negócio. Para tanto, está implantando na gestão o modelo de três linhas de defesa: na primeira camada, o gestor; na segunda, a Gerência de Riscos e Conformidade; e na terceira, a Auditoria Interna e a Ouvidoria.

Outra importante mudança na estrutura da Petros para fortalecer os controles foi a transferência da Auditoria Interna, antes ligada à Presidência, para o âmbito do Conselho Deliberativo – órgão máximo de governança formado por três representantes indicados pela patrocinadora e três representantes eleitos pelos participantes –, seguindo as melhores práticas de mercado e conferindo maior independência à área. Órgão fundamental para garantir a confiabilidade dos processos e os mecanismos de controle, a Auditoria Interna teve o orçamento aumentado em dez vezes e o número de integrantes da equipe dobrado.

A Ouvidoria também passou por modificações. Com papel essencial para aumentar a transparência e o controle de riscos, a área ganhou condições para atuar de maneira mais propositiva, apresentando soluções para as demandas dos participantes, contribuindo também para reduzir os riscos da Fundação.

REESTRUTURAÇÃO PARA FORTALECER A GESTÃO

Concluídas as mudanças iniciais, a Diretoria Executiva identificou a necessidade de corrigir algumas lacunas organizacionais. Isso resultou em uma ampla reestruturação, visando adequar as atividades às estratégias de negócio e aos desafios futuros. O trabalho levou em consideração uma série de aspectos para ampliar o escopo de governança, aumentar a eficiência e a transparência, consolidar a gestão baseada em risco, fortalecer a análise integrada dos investimentos e aumentar a sinergia entre as áreas.

Com a criação da Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade, a Petros passou a avaliar os riscos corporativos de forma global, isto é, que envolvem todo o negócio. Além dos riscos de investimentos e operacionais, a área também avalia conjuntamente os atuariais, legais, de liquidez, socioambientais e de imagem.

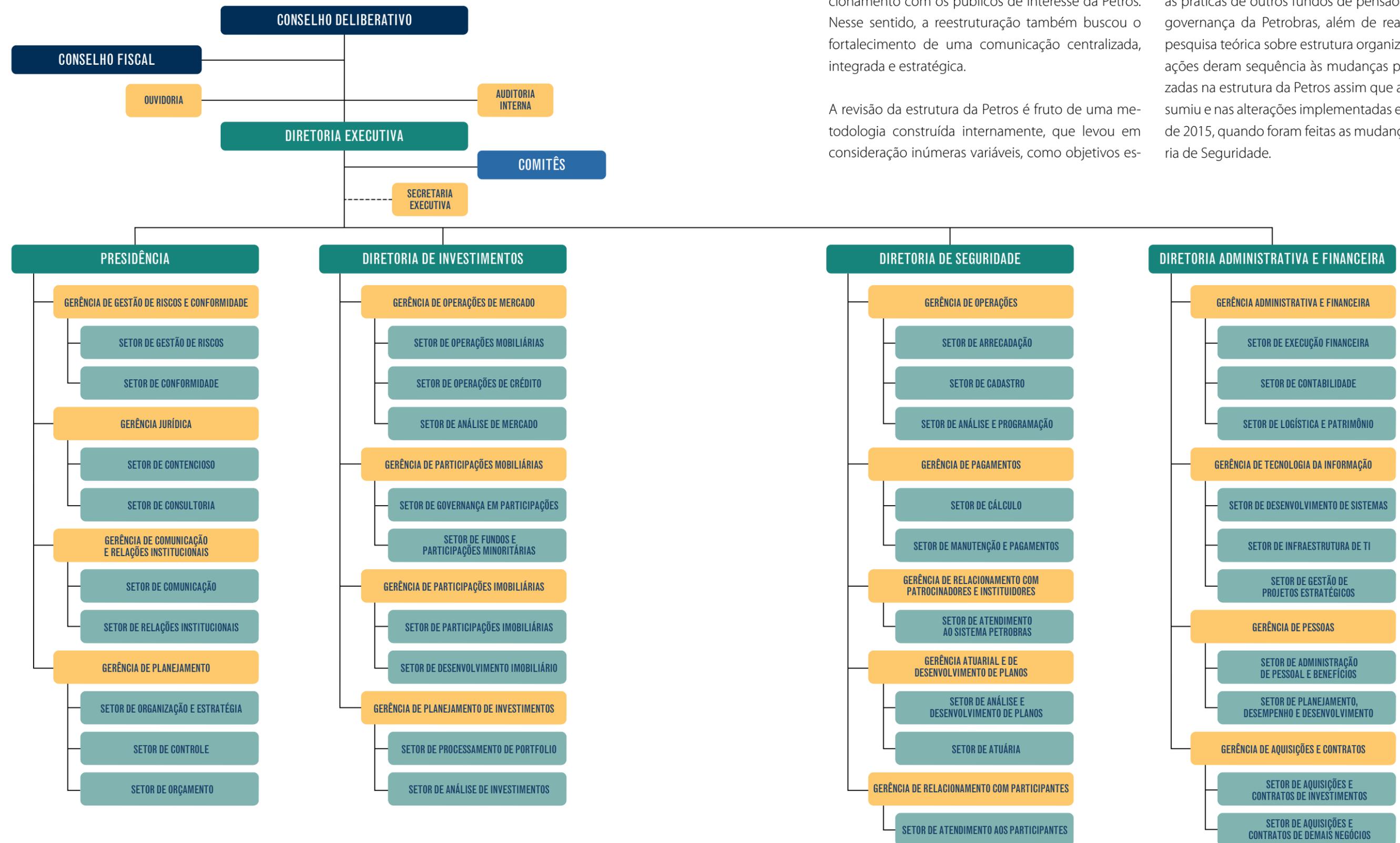
Para fortalecer a capacidade de análise integrada de investimentos, a Gerência de Planejamento de Investimentos ganhou um escopo de atuação maior, com o objetivo de aprimorar as atividades relacionadas às análises de risco e retorno, fortalecendo todo o processo de gestão desde a entrada do investimento

na Petros. Outra importante mudança foi a unificação do planejamento estratégico e financeiro numa única Gerência de Planejamento.

Sob a ótica da governança, a revisão da estrutura buscou otimizar o fluxo de informação entre as instâncias decisórias, aprimorando a interação entre os Conselhos Deliberativo e Fiscal e a Diretoria Executiva.

Também para aprofundar a governança na Petros, a Secretaria de Aquisições e Contratações foi transformada em Gerência Executiva e passou a concentrar todos os contratos da Fundação, inclusive os da área de investimentos. A medida permitiu separar as atribuições, fazendo com que a área responsável pela contratação de prestadores de serviços relacionados aos investimentos – tais como gestores de fundos, custodiantes, consultorias –, não seja a mesma que vai acompanhar e avaliar a prestação do serviço no dia a dia.

ORGANOGRAMA PETROS



O diagnóstico também apontou uma oportunidade de melhoria nas atividades de comunicação e relacionamento com os públicos de interesse da Petros. Nesse sentido, a reestruturação também buscou o fortalecimento de uma comunicação centralizada, integrada e estratégica.

A revisão da estrutura da Petros é fruto de uma metodologia construída internamente, que levou em consideração inúmeras variáveis, como objetivos es-

tratégicos, políticas de investimentos, normativos e lacunas organizacionais. Também foram analisadas as práticas de outros fundos de pensão e da área de governança da Petrobras, além de realizada ampla pesquisa teórica sobre estrutura organizacional. Estas ações deram sequência às mudanças pontuais realizadas na estrutura da Petros assim que a Diretoria assumiu e nas alterações implementadas em dezembro de 2015, quando foram feitas as mudanças na Diretoria de Seguridade.

REGULAÇÃO E APOIO NA TOMADA DE DECISÃO

Para garantir que as decisões sejam tomadas de forma mais assertiva e com base na maior gama possível de informações, a Diretoria estabeleceu uma série de novas regras internas e alterou o fluxo de encaminhamento de processos para aprovação. Além de determinar às gerências ajustes na forma e no conteúdo de encaminhamento dos processos, padronizando os mesmos, todos aqueles destinados à deliberação da Diretoria Executiva passaram a ser avaliados previamente pelas gerências Jurídica e de

Riscos e Conformidade, que analisam a alçada de decisão e os riscos dos processos.

Além disso, foi implementado, em junho de 2015, o Sistema de Apoio Decisório, importante ferramenta para ampliar as práticas de governança. A solução permite que a tramitação de documentos referentes a processos seja realizada exclusivamente de forma eletrônica, garantindo mais agilidade, segurança das informações e economia de papel.

TRANSPARÊNCIA

Nesta gestão, foi adotada uma série de medidas para facilitar o acesso a informações e aumentar a transparência, aproximando o participante da gestão do dia a dia da Petros.

Entre essas ações, merecem destaque:

Portal da Transparência

Em mais uma medida pioneira no setor, a Petros se tornou o primeiro entre os grandes fundos de pensão a divulgar seus custos administrativos, prestando contas de forma transparente sobre cada ato da gestão. Lançado em abril de 2016, o Portal da Transparência permite que participantes consultem informações sobre os contratos de prestação de serviços e compras de materiais pagos com recursos do Plano de Gestão Administrativa (PGA), criado para gerir os valores arrecadados com as taxas de carregamento e/ou administração pagas mensalmente à Petros. Com a medida, a Petros vai além do que determina a legislação, uma vez que a Fundação não está obrigada a seguir a Lei de Acesso à Informação, prevista na Constituição Federal e aplicável somente a órgãos públicos.

Canal de Denúncia

Em fase de estruturação, o Canal de Denúncia tem como objetivo combater qualquer irregularidade por meio do recebimento de denúncias, que podem ser feitas por qualquer pessoa. O canal vai garantir o sigilo absoluto do denunciante e a imparcialidade no tratamento das informações. A administração ficará por conta de uma empresa independente, que receberá e encaminhará as denúncias para a Auditoria Interna da Petros, área responsável pela apuração dos fatos e envio de respostas aos denunciantes.

CPI dos Fundos de Pensão

Durante oito meses, diversas equipes internas foram mobilizadas no sentido de atender, de forma absolutamente ágil, precisa e transparente, a todas as solicitações de informações de documentos, a fim de contribuir com o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI. O presidente da Petros, Henrique Jäger, esteve presencialmente em duas sessões da CPI, somando cerca de oito horas de apresentação dos principais números e das mudanças em andamento na Fundação, além de responder às perguntas dos parlamentares.

Comissões Internas

Em paralelo à CPI, foram criadas comissões internas para apurar os investimentos cujos processos de análise e decisão são questionados. Os trabalhos dessas comissões estão em andamento e, caso seja comprovada qualquer ilegalidade, as medidas cabíveis serão tomadas no sentido de recuperar os recursos.

Política de Comunicação

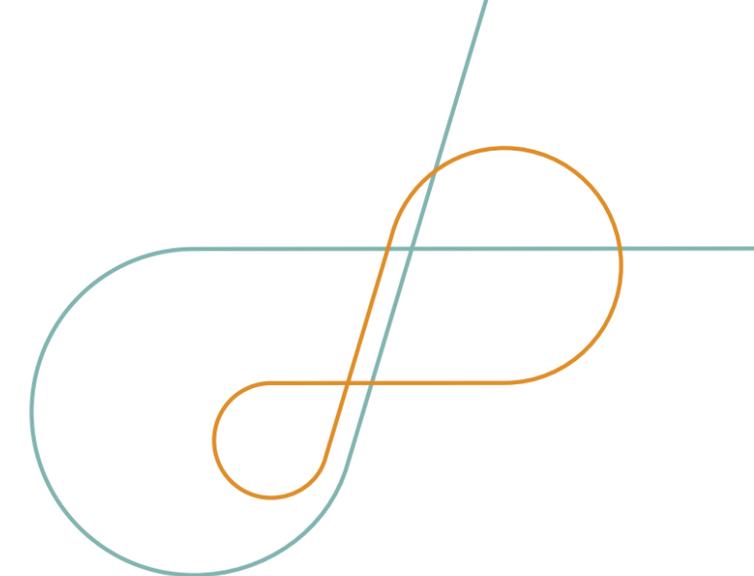
Uma vez que a comunicação é um fator estratégico que permeia toda a Petros, esta Política foi criada para estabelecer os princípios fundamentais e orientar as práticas de comunicação na Fundação. O documento está em processo de ajustes finais para, em seguida, ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.

Relacionamento com a Mídia

O fato de administrar recursos para pagar aposentadoria a milhares de pessoas, o vínculo com a Petrobras e a condição de ser um dos maiores investidores institucionais do Brasil fazem com que a Petros seja bastante assediada pela imprensa. Diante da certeza de que a mídia é um dos principais multiplicadores das mensagens da Fundação, esta Diretoria adotou a postura de sempre responder aos questionamentos da imprensa de maneira ágil e transparente. Também foi cumprida uma agenda de encontros entre o presidente da Petros e os dirigentes e editores dos principais veículos de comunicação, a fim de que conhecessem os desafios e as diretrizes que norteiam esta gestão.

Com a Palavra, a Petros

Em janeiro de 2016, foi criada uma área pública no Portal Petros onde são divulgadas as respostas enviadas aos questionamentos da imprensa. O objetivo é que todos possam ter acesso à íntegra desses conteúdos, uma vez que, em diversas ocasiões, as respostas e posicionamentos são publicados nos veículos de comunicação somente de forma parcial.



Informativos dos Participantes, Sindicatos e Associações

É também em nome do compromisso com a transparência e em respeito aos participantes que a Fundação vem ampliando a cobertura de seus canais de comunicação. Nesta linha, foi implementado o Informativo do Participante, enviado por e-mail semanalmente. Ao todo, são produzidos, em média, quatro boletins por semana, com notícias segmentadas de acordo com os planos e perfis dos participantes ativos e assistidos, para garantir que as informações de interesse cheguem a cada público. A taxa de abertura dos e-mails tem sido em torno de 40%, um excelente índice se comparado aos 20% considerados pelo mercado como taxa média satisfatória. Foi criado, ainda, o Informativo dos Sindicatos e Associações, importante canal para multiplicar as informações da Petros por meio dessas entidades que se relacionam com os participantes.

Apresentações e Debates com Participantes, Sindicatos e Associações

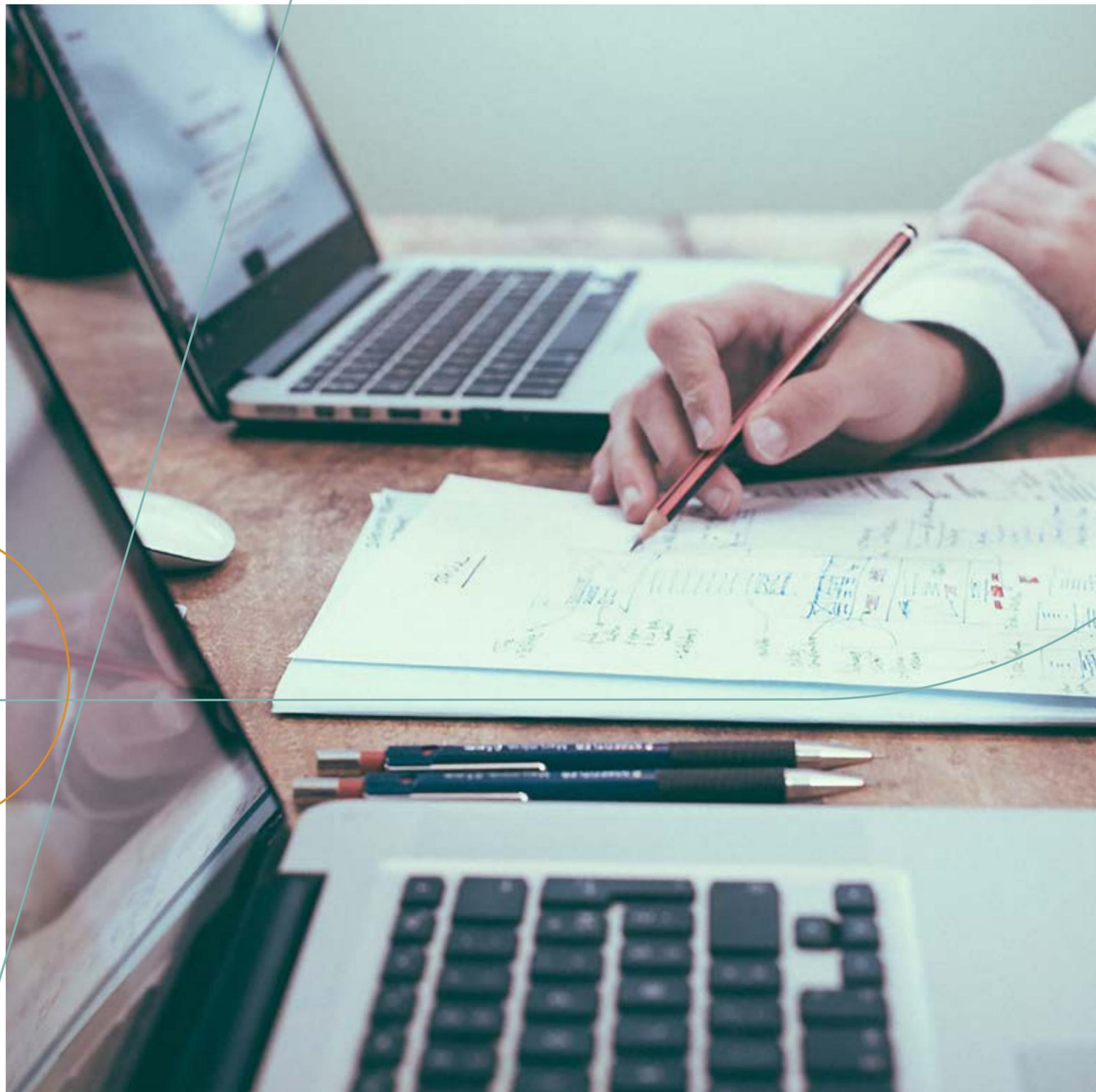
A Diretoria Executiva intensificou, ao longo de 2016, tanto em atendimento às demandas como também numa atitude proativa, as visitas a áreas da Petrobras e a sindicatos e associações, com o objetivo de fazer apresentações sobre a gestão dos recursos financeiros dos planos que a Petros administra e o aperfeiçoamento das regras de governança.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A metodologia para a construção do Planejamento Estratégico 2016-2020 passou por uma reformulação. Com o novo método, o planejamento será elaborado dentro de um horizonte de cinco anos, mantendo a revisão anual e observando também as metas futuras. Desse modo, será possível identificar se os objetivos traçados ainda estão aderentes ao curto e longo prazos. A nova metodologia também inclui um intenso trabalho de monitoramento do ambiente, permitindo acompanhar as diversas variáveis internas e externas que podem impactar o desenvolvimento do negócio. Além disso, o processo se tornou mais participativo, envolvendo todos os gestores, o que permitiu estabelecer metas mais transversais, abrangendo toda a Fundação.

REFORMA NO ESTATUTO

Uma proposta de modernização dos artigos do Estatuto da Petros está em andamento. O objetivo é reforçar a governança e aumentar a influência dos participantes e assistidos na gestão.

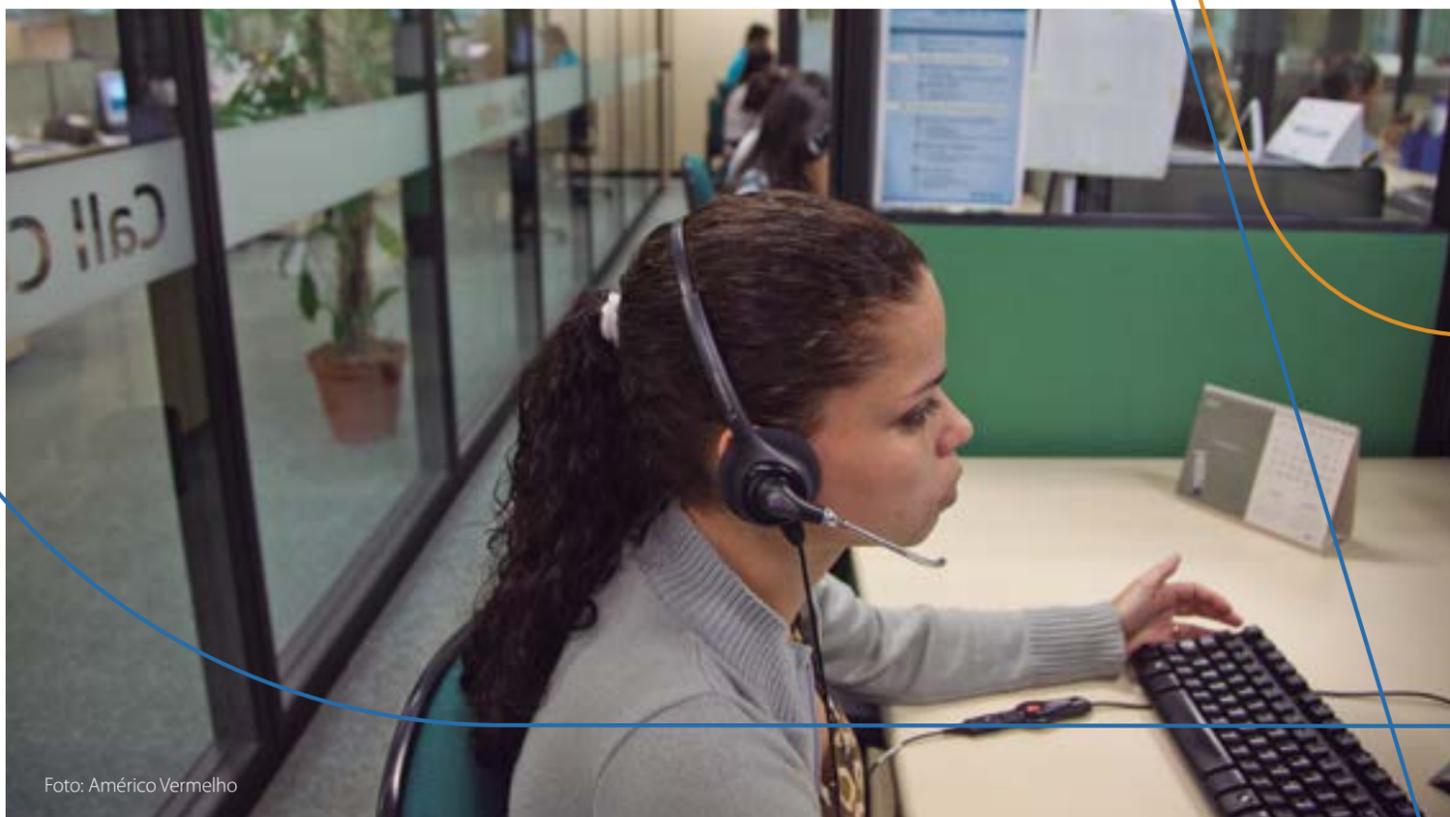


GESTÃO DE BENEFÍCIOS

O principal desafio desta gestão foi encaminhar, conforme determina a legislação, o tratamento de antigas questões estruturais do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), como revisão dos benefícios dos participantes que estão com a renda limitada a 90% do teto do salário de participação e atualização de premissas atuariais. Uma das principais necessidades foi a adoção da “família real”, que leva em conta mudanças ocorridas na estrutura familiar dos participantes ao longo dos últimos anos. Apenas esses dois ajustes estruturais representaram metade do déficit no PPSP em 2015, mas são fundamentais para garantir a perenidade do plano. Ainda no Plano Petros do Sistema Petrobras, a Diretoria preparou a Petros para cumprir a decisão do Conselho Deliberativo de promover a cisão do plano entre repactuados e não repactuados. A Diretoria também se empenhou a fim de encontrar alternativas para equilibrar as despesas e as receitas administrativas dos planos patrocinados e instituídos, de forma a torná-los autossustentáveis.

Nesta gestão, foram reforçados os mecanismos de governança e a transparência da administração dos planos, através da criação de novos comitês gestores compostos por representantes das patrocinadoras e de participantes. A transformação do Setor de Relacionamento com Participantes em Gerência Executiva vem permitindo igualmente que a Fundação se aproxime de forma mais estratégica de seu público prioritário.

Ainda no campo da seguridade, a nova edição do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário da Petrobras (PIDV), lançado em abril de 2016 e aberto a todos empregados da estatal, também representou um grande desafio para a Petros.



TRATAMENTO DE QUESTÕES ESTRUTURAIS DO PPSP

Seguindo a legislação, foram realizados importantes ajustes estruturais e atuariais no Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP). Esses ajustes eram fundamentais para a sustentabilidade do plano, mas aumentaram os compromissos futuros, impactando o déficit do PPSP em 2015.

Entre as questões estruturais encaminhadas pela Diretoria, destacam-se:

Adoção da “família real”

Foi realizada a atualização da premissa do perfil familiar utilizada na avaliação atuarial do PPSP em 2015. Aprovada pelo Conselho Deliberativo da Petros, a nova composição, chamada de “família real”, leva em conta mudanças ocorridas na estrutura familiar dos participantes ativos e assistidos ao longo dos últimos anos, como aumento da expectativa de vida, novos casamentos e filhos de casais mais velhos. Os ajustes foram realizados em 2015 porque dependiam de estudos, concluídos no ano passado. Com a atualização, os cálculos dos compromissos do plano ficam ajustados à realidade da estrutura familiar dos participantes do PPSP, uma vez que os novos parâmetros são extraídos da própria base cadastral da Petros.

Retirada do teto operacional de 90%

Outra causa estrutural, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Petros para aplicação no balanço de 2015, foi a revisão dos benefícios dos participantes que estão com sua renda (aposentadoria Petros + benefício INSS) limitada a 90% do teto do salário de participação.

Acordo para pagamento de níveis

O acordo de níveis refere-se à extensão do pagamento a aposentados e pensionistas dos avanços de níveis obtidos pelos trabalhadores da ativa, reconhecidos nos acordos coletivos de trabalho da Petrobras relativos aos anos de 2004, 2005 e 2006. Para fazer frente aos pagamentos desse acordo, o Conselho Deliberativo da Petros determinou, em 2014, a criação de um fundo previdenciário de R\$ 3 bilhões. De um total de 21.771 aposentados elegíveis, 19.688 acordos foram fechados. Desses, 16.913 já foram processados e pagos. Considerando o pedido de assistidos que perderam o prazo para firmar o acordo, a Diretoria Executiva encaminhou solicitação ao Conselho Deliberativo para reabrir o processo, o que ainda será analisado.



PROCESSO DE CISÃO DO PPSP

Após os processos de repactuação das regras do PPSP, ocorridos em 2006, 2007 e 2012 – 75% dos participantes concordaram em alterar a cláusula do regulamento do reajuste, de modo que a correção do complemento Petros passasse a ser vinculada à inflação (variação do IPCA). Os 25% que não repactuaram continuam com o benefício atrelado à evolução do salário dos trabalhadores na ativa da patrocinadora. Com isso, participantes ativos e assistidos repactuados e não repactuados ficaram sujeitos a critérios diferenciados de reajuste dos benefícios. A Diretoria deu prosseguimento ao processo de cisão, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que é consequência da repactuação.

Ao longo de 2015, o processo passou por modificações para atender às recomendações da Previc. Para tanto, foi necessário rever as minutas inicialmente propostas e reencaminhar os regulamentos para aprovação do Conselho Deliberativo. O processo também levou em consideração os impactos da segregação dos ativos e da distribuição das provisões matemáticas em cada um dos novos planos, bem como as necessidades de parametrização e customização dos módulos dos sistemas Petros, incluindo a Área do Participante no Portal da Fundação, para atender às alterações propostas na cisão.

Uma vez aprovado, o plano terá o PPSP-Não Repactuados e o PPSP-Repactuados, cada um com regulamento específico, mas preservando os direitos acumulados e adquiridos no “Plano de Origem”, como regras de elegibilidade e benefícios.

EQUILÍBRIO DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Em 2015, a Petros revisitou as bases do multipatrocinio, visando ao equilíbrio do custeio administrativo

de todos os planos de previdência que administra. Foi elaborada e aprovada pelo Conselho Deliberativo uma metodologia para apurar o custo individual dos planos, a fim de identificar a receita ideal para cada um arcar com suas respectivas despesas. Além disso, estão em estudo medidas para aumentar o número de participantes, revisar a contribuição mínima, ajustar as taxas de carregamento e introduzir a taxa de administração, se necessário.

Desse modo, a Fundação iniciou negociação com instituidores e patrocinadores, já obtendo avanços neste processo. Especificamente em relação aos planos instituídos, a Diretoria propôs à Associação Nacional dos Instituidores de Planos de Previdência (Anipp) a integração de todos os instituidores em um plano único, mantendo o compromisso de preservar a identidade de cada um.

COMITÊS GESTORES

Para aumentar os mecanismos de governança e transparência da gestão dos planos, a Diretoria propôs a criação de novos comitês gestores, permitindo que patrocinadoras e participantes acompanhem de perto a administração de cada um deles. Atualmente, a Petros conta com comitês gestores formalizados para os planos EldoradoPrev, IBPprev, Nitriflex, Sanasa e Termoprev. Com relação ao Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), as negociações com a patrocinadora já foram concluídas para posterior formalização do comitê gestor.

Na prática, o comitê gestor é um órgão consultivo formado por técnicos da Petros e representantes das patrocinadoras e dos participantes, com a função de acompanhar a evolução dos investimentos e a rentabilidade dos planos, sugerir alterações de regulamento, propor medidas para a política de investimentos e analisar demandas administrativas dos participantes.

REFORÇO ESTRATÉGICO NO RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES

A área de Relacionamento com Participantes é a porta de entrada da Petros e é por meio dela que se observam os anseios e as percepções do principal público da Fundação. Assim que assumiu, a Diretoria buscou reconhecer ainda mais o papel estratégico da área, promovendo uma gestão mais transparente e próxima dos participantes. Primeiramente, foi feito um trabalho de imersão na área de atendimento da sede e nos postos de Santos, Salvador e Aracaju, com o objetivo de conhecer a rotina de trabalho das equipes e apresentar as novas diretrizes de atuação. Mais à frente, a Diretoria identificou a necessidade de implementar mudanças na estrutura organizacional, transformando o antigo setor em Gerência Executiva e contribuindo para que o relacionamento seja tratado de forma mais estratégica. Essas mudanças aprimoraram os processos internos e a interação com outras áreas, proporcionando mais eficácia no atendimento e no relacionamento com o participante.

Zelando pela excelência nos serviços prestados aos participantes, a Petros realiza uma pesquisa de satisfação ao final de cada atendimento – seja presencial, por telefone, chat ou e-mail. Em abril de 2016, 96% dos cerca de 8,5 mil participantes que ligaram para a Petros classificaram o atendimento telefônico como excelente ou muito bom, mesma avaliação feita por 90% dos cerca de 700 participantes que passaram pelo atendimento presencial. Outro indicador importante para mensurar a eficiência do atendimento da Petros é o índice de solução de demandas. Em média, 90% dos atendimentos são resolvidos de imediato, ainda no primeiro contato, sem gerar pendências para outras áreas. Esses indicadores refletem a capacitação e o esforço das equipes de relacionamento para realizar um atendimento de qualidade.

Um dos compromissos da Petros é manter o participante informado sobre seu plano. O trabalho começa no momento em que um novo profissional entra no Sistema Petrobras e as equipes da Fundação participam do processo de ambientação, realizando palestras sobre as regras e os benefícios do Plano Petros-2. O objetivo é esclarecer as vantagens em aderir ao plano, para que o empregado tenha as informações necessárias para tomar sua decisão de forma consciente. Outro momento em que o participante necessita de informação precisa e confiável é o da aposentadoria. As equipes da Petros também contribuem com o Programa de Preparo para Aposentadoria das patrocinadoras, mobilizando profissionais para apresentar palestras de esclarecimento sobre as regras de aposentadoria aos participantes. De janeiro de 2015 a abril de 2016, a Petros realizou 121 palestras nas patrocinadoras Petrobras e BR, contemplando um público de cerca de 3,5 mil participantes.



ATENDIMENTO TELEFÔNICO

😊 96%

De 8,5 mil participantes,
96% avaliaram como
excelente ou muito bom



ATENDIMENTO PRESENCIAL

😊 96%

De 700 participantes,
90% consideraram
excelente ou muito
bom



😊 90%

dos atendimentos
resolvidos de
imediato

CONFERÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTOS

A Petros paga mensalmente cerca de R\$ 500 milhões em benefícios a mais de 60 mil assistidos. Ciente da responsabilidade e da importância desse processo, a Diretoria viabilizou a automatização da conferência da folha de pagamento de benefícios em 2015. Com isso, os relatórios de controle, gerados durante o fechamento da folha para identificar eventuais inconsistências, passaram a ser mais analíticos e eficazes, proporcionando maior segurança, precisão e agilidade ao trabalho.

O DESAFIO DO PIDV DA PETROBRAS

A nova edição do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário da Petrobras (PIDV), lançado em abril de 2016, representou grande desafio para a Petros. Diferentemente da edição anterior, o programa foi aberto a todos empregados da estatal, mesmo aqueles que ainda não cumpriram os requisitos para aposentadoria, acarretando um esforço maior da Fundação para prestar esclarecimentos a um público com perfis tão distintos. Somou-se a isso a expectativa de adesão ao programa que, segundo a Petrobras, à época do lançamento, era de 12 mil empregados. Diante desse cenário, foi criada uma força-tarefa para oferecer aos petroleiros, de forma rápida, ferramentas necessárias para esclarecer sobre os benefícios e possibilidades dos planos Petros do Sistema Petrobras e Petros-2 e auxiliar na tomada de decisão em relação ao PIDV. Para atender à grande demanda, a Petros publicou no portal um "tira-dúvidas", explicando boa parte das situações. Paralelamente, foi desenvolvida uma simulação específica para apresentar, em valores estimados, todas as situações possíveis para a tomada de decisão dos participantes.

RESULTADO DO PPSP

Apesar da sua importância e da exigência legal, o tratamento de algumas questões estruturais teve impacto sobre o resultado do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP). Em 2015, o plano registrou déficit de R\$ 16,4 bilhões. Apenas a atualização do perfil familiar e a revisão dos benefícios dos participantes que estão com a renda limitada a 90% do teto do salário de participação elevaram em R\$ 8,6 bilhões os compromissos do plano, representando metade do déficit. Juntam-se às causas estruturais o resultado negativo líquido de R\$ 1,9 bilhão nos investimentos e a alta da inflação, índice utilizado na composição da meta atuarial e no reajuste de benefícios. Somando o resultado do exercício aos R\$ 6,2 bilhões acumulados em 2014, o PPSP encerrou 2015 com déficit acumulado de R\$ 22,6 bilhões.

IMPACTOS ESTRUTURAIS NO RESULTADO DO PPSP	
Família real	- R\$ 5,191 bilhões
Retirada limite teto operacional 90%	- R\$ 3,404 bilhões
Ações judiciais	- R\$ 411 milhões
Alteração da premissa de Taxa de Juros* e outras atualizações	+ R\$ 1,341 bilhão
IMPACTOS CONJUNTURAIS NO RESULTADO DO PPSP	
Alta da inflação	- R\$ 6,800 bilhões
Resultado negativo líquido dos investimentos	- R\$ 1,951 bilhão
RESULTADO 2015	- R\$ 16,416 bilhões

PLANO DE EQUACIONAMENTO

O déficit acumulado demandará a construção de um plano de equacionamento especificamente para o PPSP. De acordo com as novas regras de solvência dos fundos de pensão, aprovadas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar em novembro de 2015 (Resolução CNPC nº 20), o valor a ser equacionado é de aproximadamente R\$ 16 bilhões, que será dividido entre patrocinadora e participantes num prazo de até 18 anos. Já foi criado um grupo de trabalho com técnicos da Petros para estudar as diversas possibilidades.

As condições serão amplamente discutidas entre Petros, patrocinadora, representantes dos participantes e assistidos do PPSP e Previc, e o plano de equacionamento será aplicado a partir de 2017. Todas as possibilidades serão analisadas, respeitando a legislação vigente e considerando as mudanças que aprimoraram as regras, tornando-as mais aderentes à questão da solvência e à visão de longo prazo com a qual os fundos trabalham.

RESULTADO DO PP-2

O Plano Petros-2 (PP-2) encerrou 2015 com patrimônio de R\$ 11,1 bilhões, valor 28% superior ao registrado em 2014, e superávit acumulado de R\$ 52 milhões. O crescimento do patrimônio do PP-2 ratifica o plano como o maior do país na modalidade contribuição variável, segundo a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Apesar do cenário econômico adverso de 2015 ter impactado negativamente as reavaliações de boa parte das empresas do país, o PP-2 terminou o ano com números positivos porque conta com uma carteira de investimentos concentrada em renda fixa. Em dezembro de 2015, a parcela dos recursos aplicada neste segmento representava 80,25% do total dos investimentos, enquanto a renda variável (Bolsa de Valores e participações em empresas) correspondia a apenas 12,65%.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DO PP-2 (EM R\$ BILHÕES)



RESULTADO CONSOLIDADO

Além do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), o plano Ultrafértil apresentou déficit acumulado de R\$ 436,6 milhões, enquanto os planos Lanxess e Sanasa registraram, respectivamente, déficits de R\$ 122 milhões e R\$ 900 mil pela primeira vez no exercício de 2015, devido à conjuntura econômica que impactou a rentabilidade dos investimentos. Com isso, o déficit acumulado da Petros em 2015 foi de R\$ 23,1 bilhões, a maior parte concentrada no PPSP.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Do ponto de vista administrativo, a Diretoria Executiva vem trabalhando sob dois pilares: eficiência e redução de custos. Eficiência para otimizar internamente as atividades, refletindo na qualidade dos serviços oferecidos aos participantes – o que foi feito, entre outras ações, com o fortalecimento dos sistemas de Tecnologia da Informação –, e redução de custos administrativos, a partir de medidas pontuais e estruturais, que se tornou uma necessidade frente aos desafios econômicos, mas que passou a ser uma diretriz permanente na gestão da Petros.

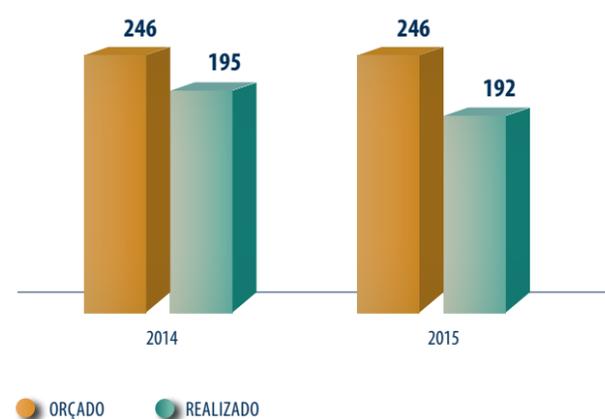
Paralelamente a isso, também houve um esforço na adequação da regulação interna para tornar os processos mais claros, permitindo maior controle da gestão. Com as medidas adotadas, em 2015 a Diretoria conseguiu reduzir os gastos administrativos em R\$ 54 milhões, mais que o dobro da meta estipulada. Independentemente dos excelentes resultados obtidos no ano anterior, a austeridade nos gastos permaneceu em 2016, período para o qual foi estabelecido um orçamento menor.

No âmbito da gestão de pessoas, foram adotadas iniciativas para a implementação de uma política voltada à transferência de conhecimento, proporcionando a cultura de transmissão do aprendizado e a troca de experiência entre os empregados, sem perder de vista a valorização da diversidade no ambiente de trabalho.

MEDIDAS DE REDUÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS

O orçamento previsto para a Petros em 2015 somava R\$ 246 milhões. Como forma de reduzir os gastos administrativos, a Diretoria se debruçou sobre cada rubrica e chegou a um primeiro corte de 7,47% nas despesas. Em seguida, adotou uma série de medidas internas de diminuição de custos e estipulou como meta para cada área um contingenciamento de 15% para o período de setembro a dezembro. Com isso, ao final do exercício, houve uma economia de R\$ 54 milhões na realização orçamentária (R\$ 192 milhões), o que representou redução de 22% em relação à proposta inicial.

REDUÇÃO DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO (EM R\$ MILHÕES)



Entre as medidas adotadas para redução de custos em 2015, destacam-se:

Despesas com viagens

Foram estabelecidas regras mais rígidas para a utilização de passagens aéreas, que passaram a ser compradas com um prazo mínimo de antecedência, possibilitando a aquisição de tarifas reduzidas. Para dar suporte a essa medida, os normativos internos foram revisados com as novas regras. Com isso, foi possível reduzir em 24,5% as despesas com passagens aéreas

em 2015 em relação a 2014. As orientações seguiram em 2016 e, até o primeiro semestre, houve economia de 31% nestas despesas na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Despesas com quadro de pessoal

A Diretoria restringiu a realização de horas extras a casos estritamente necessários e suspendeu temporariamente os treinamentos para os empregados. No caso das horas extras, houve redução de 80% nos custos do quarto trimestre de 2015 e de 53% no primeiro semestre de 2016, quando comparados com o mesmo período dos anos anteriores. Em relação aos treinamentos, o contingenciamento adotado possibilitou redução de R\$ 500 mil nos gastos, de setembro a dezembro de 2015.

O cartão de crédito corporativo e a verba de representação dos gerentes executivos foram cortados. Mudaram também as regras para a substituição eventual de cargos gerenciais. Na ausência de um gerente, o mesmo passou a ser substituído por profissional de nível equivalente. Com isso, os gastos com substituição foram 93% inferiores no quarto trimestre de 2015 ante o trimestre anterior, quando a medida foi implantada, seguindo o parâmetro de redução no primeiro semestre de 2016. A expectativa é de uma economia de R\$ 900 mil/ano na folha de pagamento.

Gestão de contratos

As novas contratações de produtos e serviços passaram a ser feitas na modalidade de tomada de preços, estimulando a competição entre concorrentes e, conseqüentemente, gerando condições mais favoráveis em termos de custo. Anteriormente, a contratação da maior parte dos serviços (cerca de 70%) se dava por conveniência administrativa – quando a escolha direta de um fornecedor é considerada a mais adequada para atender às necessidades da Fundação.

Para se ter uma ideia, em 2014, apenas 37% dos contratos firmados foram realizados na modalidade de

consulta ou tomada de preços. Com a medida, já em 2015, esse índice chegou a 74% e, no primeiro semestre de 2016, atingiu 85%.

Enorme esforço foi feito para diminuir os valores dos contratos vigentes, observando as reais necessidades da Petros e ampliando o número de concorrentes dos processos de aquisição e contratação. Com isso, os contratos firmados entre março de 2015 e junho de 2016 registraram redução de R\$ 6,6 milhões em relação aos valores anteriores.

Despesas com demandas judiciais

Na área jurídica, foram revisadas a metodologia de controle dos processos e a forma de contratação dos escritórios de advocacia, que passaram a trabalhar exclusivamente sob demanda. Com essas ações, o número de processos encerrados saltou cerca de 70% – de 1.545 em 2014 para 2.635 em 2015 – representando economia de 35%.

Em outra frente, o trabalho de recuperação dos depósitos judiciais passou a ser realizado internamente. Em apenas dois meses, de maio a junho de 2016, foram recuperados R\$ 20,75 milhões, valor superior ao total obtido em 2015, quando o serviço era executado por escritórios externos.

Mudança de sede

Seguindo a política de redução de custos, a Diretoria decidiu, após criteriosa avaliação, suspender a mudança de sede da Petros para outro edifício no Rio de Janeiro. A decisão levou em consideração os impactos financeiros, o atual cenário do mercado imobiliário e as avaliações apresentadas para os dois imóveis. A permanência no atual endereço gerou economia orçamentária de R\$ 9,6 milhões/ano.

AUSTERIDADE MANTIDA EM 2016

Em meio ao processo de controle e redução orçamentária, a Diretoria também identificou a oportunidade de revisar a metodologia de gestão do orçamento, tornando o processo de elaboração mais criterioso e aprimorando as etapas de acompanhamento, o que permite melhor avaliação dos gastos e contribui substancialmente para o processo de redução de custos.

Independentemente dos excelentes resultados obtidos em 2015, a austeridade no controle de custos e no controle orçamentário foi mantida em 2016 – período para o qual foi estabelecido orçamento de R\$ 214 milhões, 13% menor que o do ano anterior.

Além da continuidade das medidas de 2015, o lançamento de um Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA), em janeiro de 2016, foi uma das principais medidas que contribuíram para a redução de custos, em função de promover maior equilíbrio na folha de pagamentos. Com a adesão de mais de 50% dos empregados elegíveis, o PAA gerou redução de 7,5% no custo total de pessoal.

FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Enterprise Resource Planning (ERP)

Quando a Diretoria Executiva chegou à Petros, o Projeto de *Enterprise Resource Planning* – ERP estava sendo iniciado. Trata-se da implantação de um sistema integrado que substituirá as funções dos módulos administrativos, financeiros e de Recursos Humanos. Após uma avaliação criteriosa, a Diretoria concluiu que a solução tecnológica seria fundamental para trazer mais transparência, controle, modernidade e eficiência para os processos internos, refletindo em resultados para a Petros e seus participantes. A ferramenta está alinhada às melhores práticas de mercado e dará suporte às demandas contábeis, de gestão de ativos imobilizados, contas a pagar e receber, gestão de contratos, orçamentárias, parâmetros econômicos, entre outras. As equipes envolvidas no projeto estão realizando as parametrizações sistêmicas, carga e validação de dados, projetos paralelos nos sistemas legados e validação de qualidade dos novos desenvolvimentos (GAPs). A conclusão do projeto está prevista para 2017.

Projeto Business Intelligence (BI)

O Projeto Business Intelligence (BI) foi retomado em 2015 totalmente em linha com a diretriz de gestão baseada em risco. Na prática, o sistema coleta, organiza e analisa informações, criando um conjunto de dados e indicadores corporativos que ajudam na gestão e na projeção de cenários e tendências para auxiliar os gestores na tomada de decisão estratégica. Várias áreas já têm acesso ao conjunto de informações organizadas em indicadores. Atualmente, a Gerência de Tecnologia da Informação trabalha na construção de interações entre as informações das áreas, com o objetivo de construir uma estrutura de dados corporativos.

GESTÃO DE PESSOAS

Além da redução de custos e da busca pela eficiência, a administração da Petros também se concentrou em implementar medidas no âmbito da Gestão de Pessoas, com o objetivo de valorizar os empregados. Também foram adotadas iniciativas para a implantação de uma política de gestão do conhecimento na Fundação.

Gestão do conhecimento

Em dezembro de 2015, foi aprovada a implementação do Programa de Gestão do Conhecimento, de incentivo à transferência do conhecimento individual e tácito. O primeiro módulo identificou e capacitou empregados para atuarem como instrutores internos.

Além da transferência de conhecimento, a medida auxilia na redução de custos com treinamento. Também serão implementadas em 2016 ações de “Job Rotation”, para transferir conhecimento de um órgão para outro através da cessão temporária de pessoal entre os setores e gerências. Além disso, profissionais que ocupam cargos considerados críticos passarão, a cada três meses, um período de dois a três dias com o sucessor, de forma a viabilizar o aprendizado e a troca de experiências. Haverá, ainda, um mapeamento de todos os empregados com previsão de aposentadoria no prazo de um ano, para a elaboração de um plano de trabalho a fim de sustentar a transmissão de conhecimento à equipe.

Recrutamento interno

Esta gestão priorizou o remanejamento de empregados entre as áreas, permitindo que ocupassem eventuais vagas em aberto, iniciativa que valoriza o profissional na medida em que representa oportunidade de ascensão na carreira. Ao todo, desde março de 2015, 54 vagas foram preenchidas com recrutamento interno, transferência ou promoção, contra 33 admis-

sões externas. O recrutamento interno também agrega vantagem em função da experiência deste profissional no negócio da Petros, uma vez que o setor de previdência complementar requer conhecimentos técnicos bastante específicos.

Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

As ações voltadas à igualdade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho evoluíram ao longo desta gestão. Entre as medidas implementadas estão a prorrogação da licença-paternidade para 20 dias, o reembolso de curso de preparação para pais, oferecido a empregados e empregadas – e seus acompanhantes; e o abono para pais no acompanhamento do pré-natal uma vez por mês.

O plano de ação para 2016-2018 prevê, ainda, o abono para pais e mães de filhos adotivos no acompanhamento de consultas ou internações durante o primeiro ano de vida, a concessão de auxílio creche ou educacional durante o período da guarda provisória de filhos adotados e a ampliação do abono para acompanhamento às consultas médicas para empregadas e empregados cujos filhos tenham doenças crônicas.

O compromisso com essas questões levou a Petros a conquistar, em 2015, mais uma edição do Selo Pró-

-Equidade de Gênero e Raça, iniciativa do Governo Federal que consiste em disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade entre mulheres e homens no âmbito do trabalho.

Acordo Coletivo de Trabalho

A extensa agenda de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) se configurou em grande desafio para esta gestão, que fez todos os esforços para encontrar uma proposta viável, considerando os recursos disponíveis diante da conjuntura econômica adversa e alternativas que atendessem principalmente à preservação do quadro funcional. Como proposta final dentro do que o orçamento permitia, a Diretoria Executiva ofereceu um acordo bianual, com reajuste salarial de 6% e reposição do IPCA nos benefícios, retroativo a novembro de 2015, além da variação integral do IPCA na remuneração e nos benefícios a partir de novembro de 2016.

Quanto ao plano de saúde, após estudos criteriosos que apontaram aumento expressivo nas despesas, foi proposta a cobrança de participação e coparticipação nos exames e consultas simples. A medida está em linha com a prática de grandes empresas e é necessária para manter a qualidade e a abrangência do benefício.



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

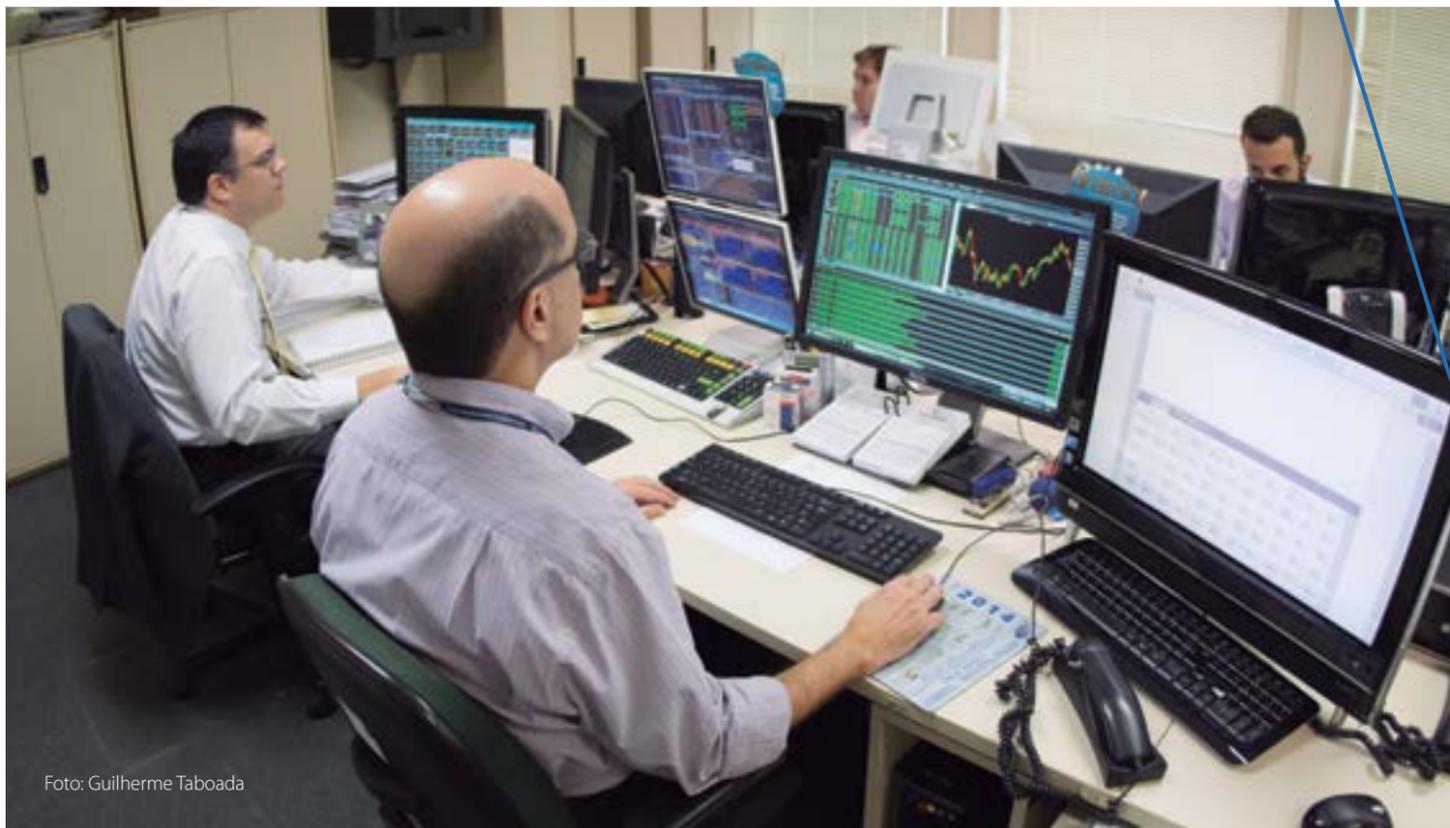


Foto: Guilherme Taboada

A atual Diretoria assumiu a gestão da Petros num momento de forte retração econômica no Brasil, impactada pelo aprofundamento das crises internacional e política, situação que impôs grandes desafios para o segmento de previdência complementar. Na ocasião, a carteira de investimentos apresentava grande vulnerabilidade às oscilações do mercado, com significativa concentração em renda variável, limitando as possibilidades de mudanças no curto prazo. Somava-se a isso a alocação de parcela importante dos ativos em títulos públicos de longo prazo, marcados a mercado, cuja rentabilidade refletia os efeitos da crise, situação que levou a Petros a mudar o perfil dos títulos adquiridos posteriormente. Por fim, a carteira de investimentos estruturados, composta por empresas com potencial de crescimento, ainda demandava amadurecimento para proporcionar a rentabilidade esperada.

A partir deste diagnóstico, a preocupação inicial foi ajustar os princípios estratégicos definidos nas Políticas de Investimentos a um perfil mais conservador, resguardando a carteira das volatilidades do mercado.

A atuação da Diretoria teve como norte a otimização da gestão dos ativos, em busca de rentabilidade e diversificação, sem perder de vista a segurança do patrimônio dos participantes e assistidos. Para tanto, foram adotados novos mecanismos de avaliação de riscos e critérios mais rígidos passaram a embasar a tomada de decisão. Novas oportunidades não saíram do radar da Diretoria, que se debruçou nas estratégias para garantir a saúde financeira da Fundação. Como resultado, houve desinvestimentos em renda variável, o que representou um rompimento do padrão seguido anteriormente. Em outra frente, a segregação real dos ativos foi concluída de forma a blindar a integridade do patrimônio de cada plano que a Petros administra.

ESTRATÉGIA PARA OBTER BONS RESULTADOS

Revisão das Políticas de Investimentos

Numa revisão preliminar, em abril de 2015, foi identificada a necessidade de adotar um perfil de investimento mais conservador diante das incertezas que envolviam o cenário macroeconômico. Com isso, e considerando que as Políticas de Investimentos são diferenciadas de acordo com o perfil de cada plano, ficou estabelecido que o Plano Petros do Sistema Petrobras, por exemplo, que paga mais aposentadorias do que recebe em contribuições, deveria buscar

liquidez reduzindo as aplicações em renda variável e aumentando em títulos públicos, que estão pagando juros atrativos.

Posteriormente, após os primeiros resultados das mudanças realizadas, foram estudados outros ajustes em adequação à realidade da economia brasileira, porém mantendo a mesma postura conservadora. A proposta da Diretoria de revisão das Políticas de Investimentos para o período 2016-2020 foi aprovada em dezembro de 2015 pelo Conselho Deliberativo e seguiu três princípios básicos: segurança, rentabilidade e diversificação.

O que mudou nas Políticas de Investimentos dos dois maiores planos da Petros:

PPSP

- Aumento de aplicações em títulos públicos marcados a mercado, com vencimentos no curto prazo.
- Somatório de recursos em renda variável, FIP e renda variável global (investimento no exterior) será reduzido nos próximos cinco anos, para ficar abaixo de 50%.
- Redução de aplicações em Bolsa de Valores.
- Fim de novas aplicações em Investimentos Estruturados.

PP-2

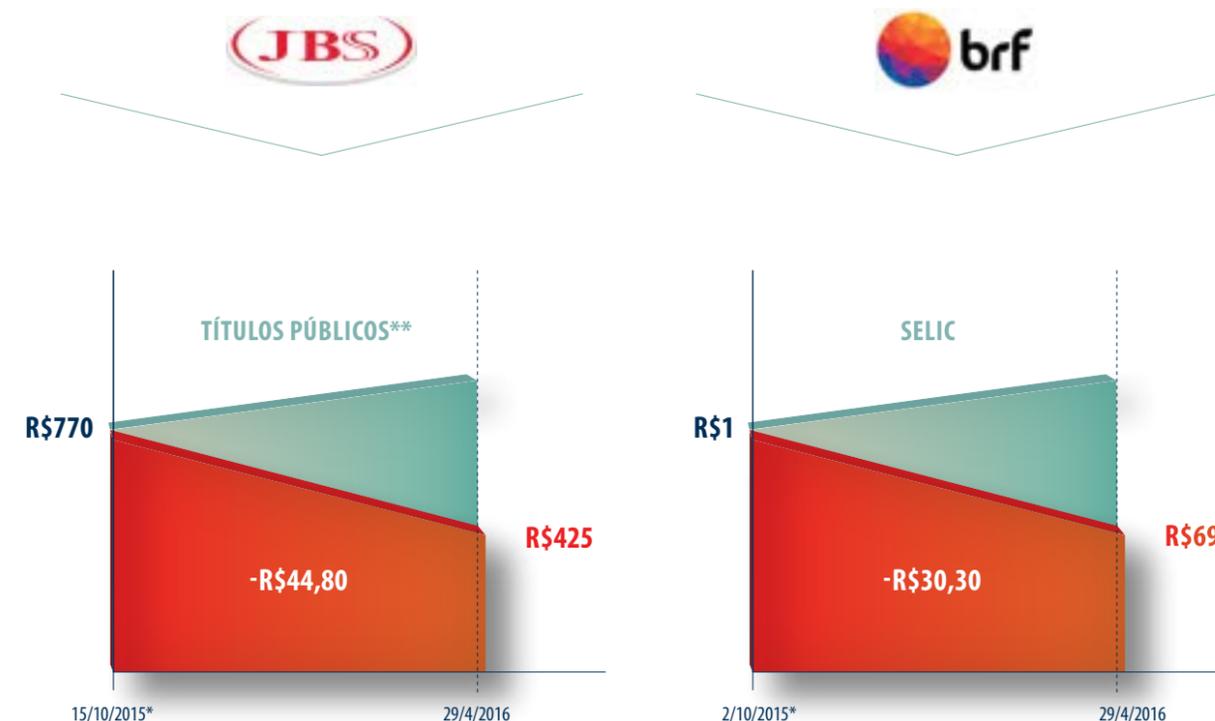
- Aumento de aplicações em títulos públicos marcados na curva, com vencimentos de médio e longo prazos.
- Novos aportes em FIPs terão que, obrigatoriamente, passar por aprovação do Conselho Deliberativo.
- Somatório da renda variável, FIP e renda variável global deverá ser sempre inferior a 30% dos investimentos do plano.
- Nos fundos de investimentos imobiliários, a rentabilidade a ser alcançada terá que ser maior: passa dos atuais IPCA + 5,5% para IPCA + 6%.

Adequação da carteira: desinvestimentos em renda variável e aquisição de títulos públicos

Havia a necessidade de redução das aplicações em renda variável, mas em função do momento delicado do mercado, esse movimento deveria ser feito de forma cautelosa, a fim de evitar prejuízos. Numa política mais conservadora, aderente ao momento econômico, houve também aumento de aplicações em títulos públicos. Mais de 90% dos investimentos realizados por esta Diretoria, incluindo os novos recursos e aqueles provenientes de desinvestimentos em renda variável, foram aplicados em renda fixa. A estratégia

adotada mostrou-se adequada e gerou bons resultados para a Petros, registrando rentabilidade de 9,43% entre março e dezembro de 2015.

Parte do processo de desinvestimentos da carteira de renda variável ocorreu com a venda de parcela das ações da BRF e da JBS, em outubro de 2015. Além de ter proporcionado liquidez de R\$ 1,770 bilhão para aplicar em ativos mais conservadores, esse movimento evitou a rentabilidade negativa de R\$ 648 milhões (até abril de 2016) em decorrência da posterior desvalorização dos papéis.



* Preço médio da operação entre 14/9/2015 a 15/10/2015

** NTN-Bs vencimentos 2016/2017 – Tx. Média: IPCA + 6,70% a.a

* Preço médio da operação entre 6/8/2015 a 2/10/2015

A Petros também vendeu sua participação integral na Diagnósticos da América (Dasa), em 1º de fevereiro de 2016, no âmbito da Oferta Pública para Aquisição de Ações (OPA) lançada pelo controlador, com o objetivo de retirar a companhia do Novo Mercado, segmento que reúne empresas com avançado nível de governança corporativa. A Fundação não desejava se desfazer do ativo nos termos da proposta apresentada, por entender que a empresa tinha boas perspectivas de retorno a médio prazo e o investimento era aderente às Políticas de Investimentos da Petros.

Contudo, como o controlador aprovou a saída da Dasa do Novo Mercado, a Fundação teve que se retirar do investimento. A atual gestão ainda saiu em defesa dos acionistas minoritários e buscou frear este processo nas instâncias superiores, como Bovespa e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sem êxito. Sendo assim, com base em decisão tomada pelo Conselho Deliberativo, as ações da Dasa foram vendidas na OPA, evitando o risco de ter que vendê-las por preço menor dentro do limite de dois anos, definido pela Resolução 3792 do Conselho Monetário Nacional. Os recursos obtidos na operação (R\$ 327 milhões) entraram no caixa do PPSP para fazer frente ao pagamento de benefícios.

Mudança no perfil dos títulos públicos

Em relação à renda fixa, foram adquiridos R\$ 3,8 bilhões em NTN-Bs, títulos públicos com rentabilidade composta por uma taxa anual pactuada no momento da compra (média de IPCA + 6,67% no PP2 e de 6,56% no PPSP), garantindo retorno acima da meta atuarial. Desse volume, R\$ 2,8 bilhões têm marcação na curva – que considera o valor de compra do título mais a variação da taxa desde a emissão do papel até a data do vencimento –, e R\$ 1 bilhão tem marcação a mercado, cuja contabilização se dá diariamente pelo preço de mercado, de acordo com a média de negócios com papéis similares. Esses ativos registraram rentabilidade anualizada de 13,60% em 2015.

Na carteira de crédito privado foi feita a segregação dos ativos adimplentes dos inadimplentes, considerando a necessidade de tratamento diferenciado a cada conjunto de ativos e de expertise jurídica para a gestão dos inadimplentes, cuja carteira foi terceirizada. Também houve a substituição de gestores terceirizados que apresentavam baixo desempenho. Essas medidas permitiram a recuperação de R\$ 43 milhões até junho de 2016.



COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – MARÇO/2015 X ABRIL/2016

Como consequência das medidas citadas anteriormente, a composição da carteira de investimentos reflete, no intervalo de 14 meses, a adoção de perfil mais conservador, com redução da alocação de recursos em renda variável e aumento em renda fixa.

Em imóveis, não houve aumento do estoque sob gestão para além do capital já comprometido nos investimentos existentes. A variação positiva no percentual de alocação deveu-se à reavaliação e expansão de empreendimentos. Em 2015, a carteira registrou rentabilidade de 8,27% com as locações, sobretudo

dos imóveis comerciais e hipermercados, que juntos representam cerca de 70% da carteira.

Atualmente, a carteira está passando por uma transformação estrutural que inclui a transferência do trabalho operacional para gestores terceirizados, que farão o acompanhamento detalhado que hoje é realizado pela Fundação. Com a mudança, caberá à Petros um trabalho mais dedicado à inteligência.

Por outro lado, os empréstimos aos participantes aumentaram. Esta modalidade de investimento possibilita duplo retorno aos participantes, na medida em que obtêm taxa de juros mais baixa que a praticada no mercado e seus recursos administrados pela Petros estão rentabilizando. O segmento, que soma R\$ 2,664 bilhões em carteira, registrou rendimento de 20,06% em 2015, bem acima da meta atuarial.

	Março/15 (%)	Abril/16 (%)
Renda Fixa	44,78	53,70
Renda Variável	37,47	28,96
Investimentos Estruturados	7,97	6,27
Imóveis	6,44	7,08
Empréstimos	3,34	3,99

RENTABILIDADE SUPERA META ATUARIAL NO 1º QUADRIMESTRE DE 2016

As mudanças estratégicas na carteira de investimentos já começaram a dar resultados. De janeiro a abril de 2016, o Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) obteve rendimento significativo em renda fixa, com alta de 15,33%, bem superior ao referencial de mercado – o CDI, cujo acumulado no primeiro quadrimestre foi de 4,34%. Esse fator contribuiu para a rentabilidade de 8,44% do PPSP, frente à meta atuarial de 5,16% nos quatro primeiros meses de 2016.

No caso do Plano Petros-2, os títulos públicos de longo prazo marcados na curva também apresentaram boa performance, de 5,52%, frente à meta atuarial de 5,15%.

O quadro comparativo abaixo refere-se à rentabilidade total da Petros até abril de 2016.

JANEIRO A ABRIL DE 2016	
Rentabilidade Petros	7,58%
Meta Atuarial	5,16%
Referencial de Mercado (CDI)	4,34%

INVESTIMENTOS EM EMPRESAS

Alinhado às Políticas de Investimentos, não foram feitas novas aquisições em renda variável ou em investimentos estruturados, porém foram analisadas algumas oportunidades ou necessidades em relação a esses ativos, com o objetivo de mantê-los no portfólio para garantir melhor rentabilidade futura.

Invepar

Em novembro de 2015, a Petros adquiriu 16,7% da emissão de debêntures da empresa, no montante de R\$ 375 milhões. A decisão se baseou na taxa de retorno esperada para estes papéis, de IPCA + 12,32% ao ano, superior à meta atuarial, bem como na avaliação da agência Standard & Poor's, que atribuiu nota "A+" à emissão. A Invepar é uma das maiores operadoras de infraestrutura de transporte do Brasil, na qual a Fundação possui 25% de participação acionária.

Usina Hidrelétrica de Belo Monte

O empreendimento já começou a gerar receita com a venda de energia de quatro unidades geradoras, que entraram em operação comercial no primeiro semestre de 2016. De acordo com o cronograma, a cada dois meses, em média, será ativada uma nova turbina até o pleno funcionamento da usina, em janeiro de 2019. A previsão é que, já em 2017, Belo Monte seja autossuficiente do ponto de vista financeiro.

Entre março de 2015 e junho de 2016, foram necessárias novas capitalizações cruciais para que a Norte Energia S.A (NESA), Sociedade de Propósito Específico (SPE) responsável pela implantação da usina, cumprisse com as obrigações, que englobavam despesas relacionadas à fase final das obras. Coube à Petros o montante de R\$ 389 milhões, mantendo a sua participação em 10% do capital social da NESA.

Sete Brasil

Em 2012, quando foi aprovado o investimento, o projeto apresentava boas perspectivas, expectativa de alta taxa de retorno e estava em linha com as Políticas de Investimentos da Fundação. Assim como a Petros, investidores como Santander e Bradesco também aportaram recursos na empresa por entenderem tratar-se de um projeto rentável no futuro.

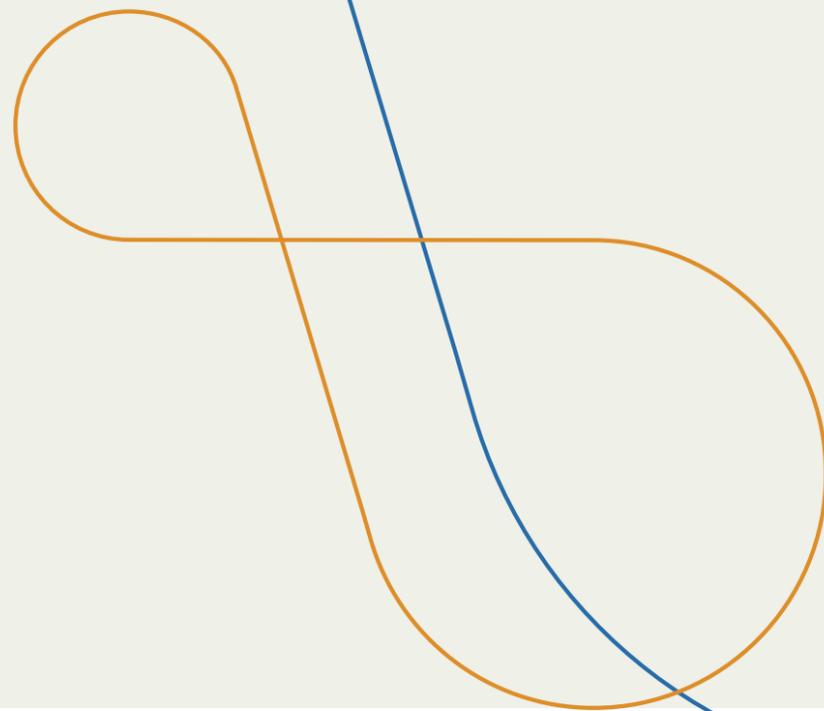
Na época da criação da Sete Brasil, o barril do petróleo era cotado a 100 dólares, a indústria estava extremamente aquecida e havia fila de três anos para o aluguel de sondas, que ainda precisavam ser customizadas para as necessidades do pré-sal. No entanto, a queda do preço do petróleo, aliada ao cenário desfavorável envolvendo a companhia, acabou inviabilizando o negócio.

A Petros sempre esteve engajada na construção de uma saída para a Sete Brasil que preservasse a companhia e, conseqüentemente, o investimento da Fundação e os empregos de milhares de trabalhadores. Inicialmente, a Petros trabalhou por um desfecho positivo quanto à renegociação entre a Sete Brasil e a Petrobras. Contudo, diante da impossibilidade de acordo entre as partes e com base na análise da situação, a Fundação decidiu apoiar a recuperação judicial da companhia em abril de 2016.

SEGREGAÇÃO REAL

Após cerca de seis meses de trabalho, a Diretoria Executiva concluiu, em dezembro de 2015, a chamada segregação real dos ativos, processo que consiste em identificar o patrimônio de cada plano de benefícios, de forma a dar tratamento transparente e ampliar a segurança jurídica e a integridade dos ativos. Alinhada às melhores práticas de governança e recomendada pela Previc, a medida facilita o controle do casamento de ativos e passivos, uma vez que garante maior previsibilidade do fluxo de caixa dos planos.

O FUTURO



Fundada há 46 anos, a Petros é uma instituição sólida, que se aproxima do seu cinquentenário pronta para ser ainda maior. A imensurável herança da Fundação sempre foi reconhecida por esta Diretoria, que tem trabalhado com o olhar no presente e o firme propósito de consolidar a Petros do futuro, aportando a modernidade necessária para a Fundação atuar em um mercado cada vez mais desafiador.

O conjunto de medidas adotadas nesta gestão já trouxe importantes avanços para a Petros e vai gerar ainda melhores resultados no futuro. Algumas mudanças estruturais necessitam de tempo de maturação e, certamente, se reverterão em uma instituição mais sólida, transparente e dotada de um modelo de governança corporativa de referência para o setor. Além disso, diferentemente da conjuntura atual que impactou o desempenho dos fundos de pensão, a expectativa para os próximos anos é de melhoria do cenário econômico brasileiro, que alavancará ainda mais o desenvolvimento da Fundação.

Além das iniciativas colocadas em prática, esta gestão já deu início a novos projetos também relevantes para a perenidade da instituição, tais como aperfeiçoamento da gestão de investimentos, modernização de processos e sistemas, aprimoramento da comunicação e consolidação de um novo modelo de relacionamento com participantes.



criação de diretrizes para desinvestimentos

As Políticas de Investimento da Petros passarão a contar com critérios e procedimentos para a avaliação de possibilidades de desinvestimento compatíveis com a estratégia adotada para o perfil de cada plano. Uma consultoria será contratada para indicar, com base em avaliação financeira, setorial e do cenário econômico, os ativos a serem desinvestidos para a Fundação oferecê-los ao mercado.

Indicadores prospectivos

Está em elaboração um conjunto de indicadores que vai possibilitar uma visão global, estruturada e sistêmica das questões críticas da Petros a médio e longo prazos. Na medida em que determina um fluxo claro das variáveis que deverão ser acompanhadas, esta ferramenta será extremamente estratégica para auxiliar a Diretoria Executiva na tomada de decisão.

Relacionamento com os participantes

Um dos objetivos da reestruturação da área de relacionamento, que ganhou status de Gerência Executiva, é consolidar um novo modelo de atendimento, conferindo à equipe a musculatura necessária para atuar de forma mais proativa. Com os avanços e mudanças dos planos de previdência, é importante munir os participantes das informações necessárias para que possam planejar as contribuições a fim de obter o benefício esperado na aposentadoria.

Reformulação do Portal Petros

Partindo do compromisso de oferecer serviços de excelência e fortalecer o relacionamento e a comunicação com os participantes, a Diretoria Executiva aprovou a execução de um projeto de aprimoramento do Portal Petros, com o objetivo de dar mais foco aos serviços de interesse dos participantes e assistidos. Um grupo de trabalho, composto por gestores das áreas envolvidas, já está identificando as principais necessidades de melhorias e inovações.

Aplicativo para dispositivos móveis

Também está em curso o desenvolvimento de um aplicativo de serviços para facilitar o dia a dia dos participantes, permitindo acesso rápido a informações



como saldo de conta, extrato de contribuições, rentabilidade do plano, consulta e concessão de empréstimo.

Centralização Bancária

A Petros está analisando a possibilidade de concentrar todos os serviços bancários em uma única instituição, iniciativa que deverá conferir à Fundação maior poder de negociação para obter produtos e serviços com taxas mais vantajosas, em aderência à estratégia de redução de custos praticada por esta gestão. Atualmente, os serviços bancários – corporativo, jurídico, custódia e pessoa física – são realizados por cinco diferentes instituições financeiras.

Modernização dos sistemas de segurança

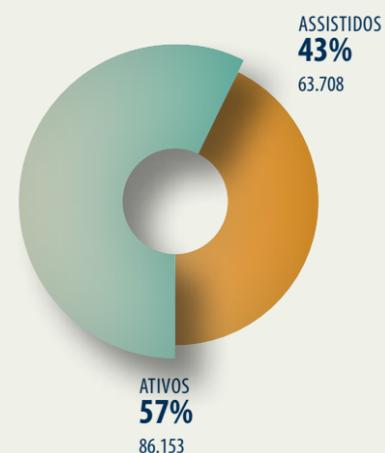
Em alinhamento à estratégia de constante busca pela eficiência, a Petros estuda modernizar seus sistemas de Segurança, área que reúne as atividades-fim da Fundação, como arrecadação e pagamentos dos planos de benefícios. A iniciativa visa aprimorar os serviços e aumentar a qualidade do atendimento prestado aos participantes.

Revisão da política de remuneração

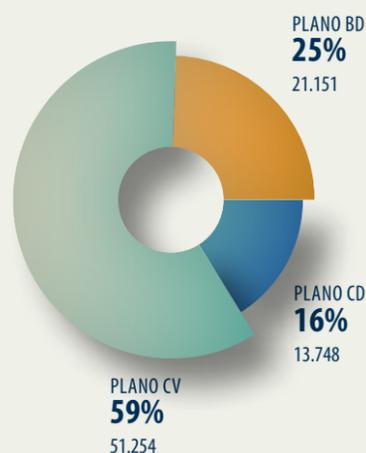
A Petros criou um grupo de trabalho para revisar as regras de remuneração fixa dos empregados, visando garantir o potencial de atração e retenção ajustado às necessidades e desafios da Fundação. Serão verificados os avanços na carreira e as progressões por mérito, em linha com as melhores práticas do mercado. Atenta à valorização dos seus empregados, também foi instituído um grupo de trabalho para avaliar o atual modelo de Remuneração Variável (RV). O estudo contempla um benchmark do cálculo aplicado pelos demais fundos de pensão e outras empresas do mercado. Os atuais indicadores utilizados para apurar a RV da Fundação (meta Petros, meta área/individual e competência) serão analisados e, se for o caso, proposto aprimoramento na composição do painel financeiro que valora a relação desempenho-recompensa. Além de reconhecer os resultados alcançados, a RV tem por objetivo incentivar os empregados a obter melhor desempenho e atingir as metas da instituição.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

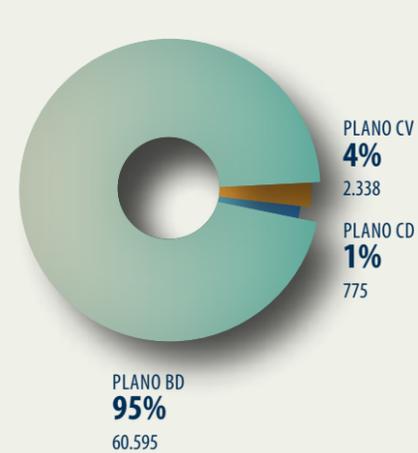
TOTAL DE PARTICIPANTES POR SITUAÇÃO



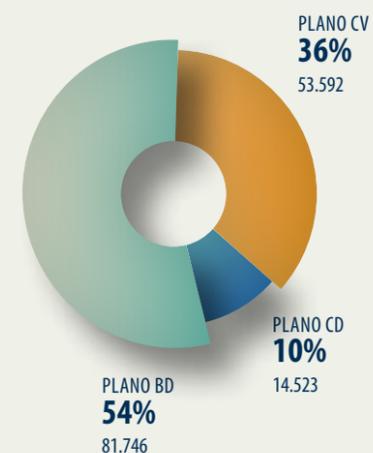
PARTICIPANTES ATIVOS TODOS OS PLANOS



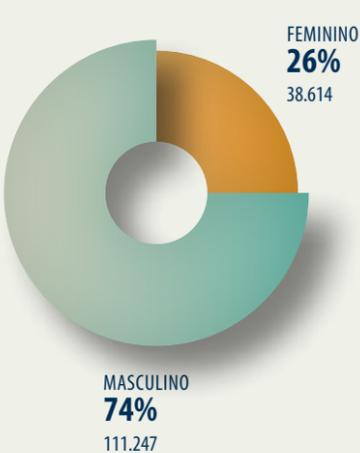
PARTICIPANTES ASSISTIDOS TODOS OS PLANOS



TOTAL DE PARTICIPANTES POR PLANO



PARTICIPANTES POR SEXO

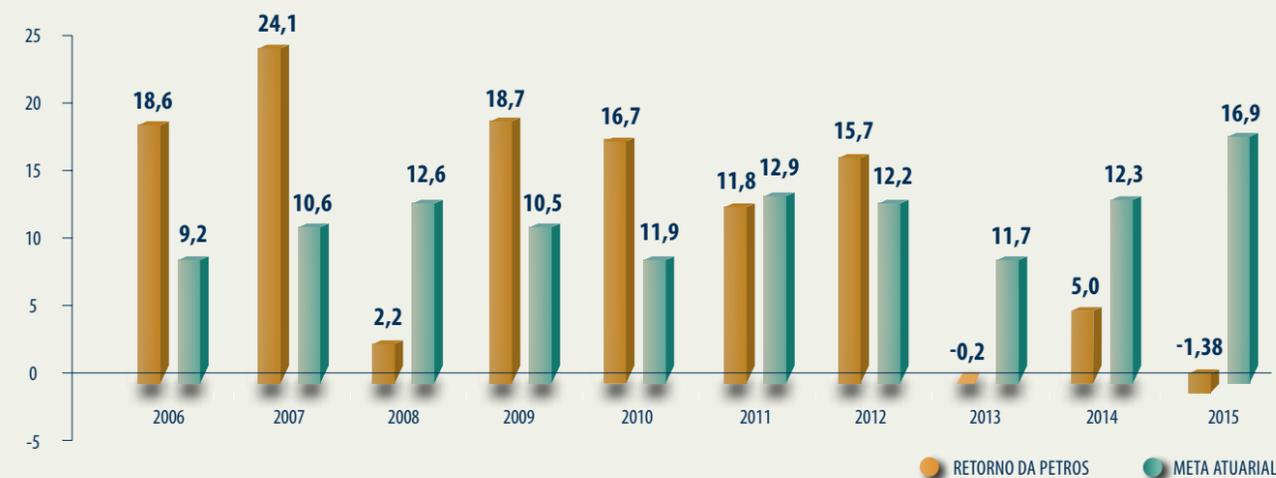


RESULTADOS DA PETROS EM 2015

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS (EM R\$ BI)



RENTABILIDADE ANUAL E META ATUARIAL (EM %)



GESTÃO DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

A Petros finalizou 2015 com 149.861 participantes, com diminuição de 10.594 no número de participantes ativos e um aumento de 2.230 no número de assistidos. Esses números representam uma redução na ordem de 5,58% em relação ao ano anterior.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PARTICIPANTES

MÊS	PARTICIPANTES		TOTAL (C)	RELAÇÃO (A/B)
	ATIVOS (A)	ASSISTIDOS (B)		
Dez/2015	86.153	63.708	149.861	135,23%
Dez/2014	96.747	61.478	158.225	157,37%

Fonte: Gerência de Operações
Elaboração: Gerência de Planejamento Financeiro

PRINCIPAIS NÚMEROS DA PETROS

PARTICIPANTES	
Ativos	86.153
Assistidos	63.708
PLANOS	
Benefício Definido (BD)	6 planos
(planos fechados para novas inscrições)	9 empresas patrocinadoras
Contribuição Definida (CD)	15 planos
	36 empresas patrocinadoras
Contribuição Variável (CV)	3 planos
	13 empresas patrocinadoras
Instituídos	15 planos
	73 empresas, entidades de classe ou associações
TOTAL DE PLANOS	39
TOTAL DE EMPRESAS E ENTIDADES	128 *

* O resultado foi diminuído de 3 (três) empresas que se repetem nos planos (Petrobras, Petros e BR).
Fonte: Gerência de Operações | Elaboração: Gerência de Planejamento Financeiro

PARTICIPAÇÃO POR PLANO

Participantes dos Planos de Benefício Definido

PLANOS	2014		2015	
	ATIVOS	ASSISTIDOS	ATIVOS	ASSISTIDOS
Total dos 6 Planos	23.857	59.332	21.151	60.595
Plano Petros do Sistema Petrobras	23.331	54.112	20.927	57.049
Empresas Privadas	526	5.220	224	3.546
Plano Petros NITRIFLEX / DSM	4	215	3	216
Plano Petros PQU	126	1.026	4	20
Plano Petros ULTRAFERTIL	120	1.546	109	1.552
Plano Petros COPELUL	151	748	-	46
Plano Petros LANXESS	125	1.685	108	1.712

Fonte: Gerência de Operações | Elaboração: Gerência de Planejamento Financeiro

Participantes dos Planos de Contribuição Definida e Variável

PLANOS	2014		2015	
	ATIVOS	ASSISTIDOS	ATIVOS	ASSISTIDOS
PLANOS CD	8.674	36	8.401	106
Plano REPSOL YPF	246	4	233	7
Plano Cachoeira Dourada	49	6	44	7
Plano TRANSPETRO	202	3	-	-
Plano DBA	8	-	-	-
Plano CONCEPA	11	1	11	1
Plano FIEPEPREV	1.715	9	1.521	53
Plano ALESAT	1.134	1	1.126	3
Plano TERMOPREV	8	-	7	-
Plano TRIUNFO VIDA	5	-	-	-
Plano IBP	168	2	125	6
Plano COPELULPREV	3	-	-	-
Plano MANGUINHOS	4	-	-	-
Plano PTAPREV	456	-	379	2
Plano PREVIFIEA	668	3	620	17
Plano PREVIFIEPA	572	4	534	4
Plano GasPrev	608	-	616	-
Plano Petro-RG	323	1	327	2
Plano Liquigas	2.415	1	2.377	2
Plano Sulgasprev	79	1	87	2
Plano Eldorado	-	-	394	-
PLANOS CV	51.276	1.709	51.254	2.338
Plano Misto SANASA	1.499	167	1.499	199
Plano PETROS-2	48.382	846	48.432	1399
Plano TAPMEPREV	1.395	696	1323	740

Fonte: Gerência de Operações | Elaboração: Gerência de Planejamento Financeiro

Participantes dos Planos Instituídos

PLANOS	2014		2015	
	ATIVOS	ASSISTIDOS	ATIVOS	ASSISTIDOS
PLANOS INSTITUÍDOS	12.940	401	5.347	669
Plano ADUANAPREV	40	-	36	-
Plano ANAPARPREV	2.971	388	2.587	657
Plano IBAPREV	303	-	288	3
Plano SIMEPREV	988	-	526	1

continuação

Plano SINMED/RJ	50	-	47	-
Plano CULTURAPREV	334	1	282	3
Plano CRAPREV	244	-	203	1
Plano CRCPREV	599	-	394	-
Plano CROPREV	639	-	568	-
Plano FENAJPREV	89	-	65	2
Plano UNIMED/BH	5.120	9	-	-
Plano UNIMED/BH – COOPERADO	1.167	1	-	-
Plano PREV-ESTAT	21	-	18	-
Plano PREVICONTAS	82	-	77	-
Plano Previtália	36	-	32	-
Plano PREVITTEL	2	-	1	-
Plano PREVTRAN	255	2	223	2

Fonte: Gerência de Operações | Elaboração: Gerência de Planejamento Financeiro

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

TIPO	2014	2015
Aposentadoria	4784	3159
Preexistente	-	-
Tempo Serviço	4.622	3.023
Idade	56	24
Invalidez	66	83
Especial	40	11
Antecipada Renda Certa	-	17
Proporcional Diferida	-	1
Pensão	659	722
Regime	659	722
Preexistente	-	-
Auxílios	273	187
Reclusão	-	-
Doença	273	187
TOTAIS	5.716	4.068

Fonte: Gerência de Operações | Elaboração: Gerência de Planejamento Financeiro

PECÚLIO POR MORTE	QUANTIDADE	
	2014	2015
	963	944
PECÚLIO POR MORTE	ACUMULADO	
	2014	2015
	21.664	22.608

Fonte: Gerência de Operações | Elaboração: Gerência de Planejamento Financeiro

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Acompanhamento do Programa Orçamentário

ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO A DEZEMBRO/2015			
	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	VARIÇÃO (B-A)	
			VALOR	(%)
1 – RECEITAS	12.957.328.334	7.629.047.884	(5.328.280.450)	(41,1)
Recursos Coletados	4.371.211.286	8.344.256.319	3.937.493.913	90,1
Receitas Líquidas de Investimentos	8.451.834.663	(818.339.166)	(9.270.173.829)	(109,7)
Administrativas	134.282.385	138.681.851	4.399.467	3,3
2 – RECURSOS UTILIZADOS	4.225.139.320	4.796.213.624	571.074.304	13,5
Aposentadorias	3.791.548.835	4.242.472.868	450.924.032	11,9
Pensões	362.022.203	478.688.577	116.666.373	32,2
Auxílios	9.568.281	10.821.690	1.253.409	13,1
Pecúlios e Poupança	62.000.000	64.230.489	2.230.489	3,6
Outros Recursos Correntes	-	-	-	N.A
3 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS	228.148.300	229.992.849	1.844.549	0,8
4 – INVESTIMENTOS EM ATIVO PERMANENTE	17.635.874	13.629.515	(4.006.359)	(22,7)

Fonte: Gerência Administrativa e Financeira | Elaboração: Gerência de Planejamento Financeiro

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO 2015

Composição dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios

VALOR DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO – TOTAL GERAL DA FUNDAÇÃO				
SEGMENTO	DEZEMBRO DE 2014		DEZEMBRO DE 2015	
	VALOR	PERCENTUAL	VALOR	PERCENTUAL
Renda Fixa	30.318.269.749,17	44,47%	32.429.234.917,13	50,97%
Renda Variável	25.581.093.505,88	37,53%	19.430.348.132,31	30,54%
Investimentos Estruturados	4.898.120.973,90	7,19%	4.270.148.914,92	6,71%
Investimentos Imobiliários	4.347.495.877,30	6,38%	4.766.622.991,27	7,49%
Empréstimos e Financiamentos	2.242.417.265,43	3,29%	2.526.294.526,26	3,97%
Total dos Investimentos¹	67.387.397.371,68	98,85%	63.422.649.481,89	99,68%
Disponível/Relacionados com o disponível	4.925.825,26	0,01%	5.276.064,47	0,01%
Valores a Pagar/Receber	777.142.274,41	1,14%	201.480.247,37	0,32%
Total dos Recursos Garantidores²	68.169.465.471,35	100,00%	63.629.405.793,73	100,00%

(1) O valor do investimento referente à Petros Administradora está incluído no valor total dos investimentos.

(2) Recursos Garantidores: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos – Exigível Operacional do Programa de Investimentos.

Modalidades de Aplicações Consolidado

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2014 - VALOR		DEZEMBRO DE 2015 - VALOR	
Renda Fixa	30.968.729.583,47	45,43%	32.438.610.649,79	50,98%
Fundos de Renda Fixa	12.528.000.238,37		10.623.557.357,77	
Títulos Privados	1.191.925.395,98		858.514.220,79	
Títulos Públicos Federais	16.451.534.948,51		20.404.589.486,67	
Títulos Públicos Estaduais	-		434.297.080,00	
Fundo de Invest. em Direitos Creditórios	146.809.166,31		108.276.771,90	
Contas a Pagar/Receber	650.459.834,30		9.375.732,66	
Renda Variável	25.607.945.979,28	37,57%	19.496.149.957,31	30,64%
Ações à Vista	18.350.631.277,08		13.827.239.195,96	
Fundos de Ações	6.191.762.168,76		4.942.750.936,35	
Outros Investimentos	1.038.700.060,04		660.358.000,00	
Contas a Pagar/Receber	26.852.473,40		65.801.825,00	
Investimentos Estruturados	5.003.093.871,31	7,34%	4.374.777.643,51	6,88%
Fundos de Investimento em Participação	4.731.216.667,70		3.813.996.164,51	
Fundos Imobiliários	166.904.306,20		456.152.750,41	
Contas a Pagar/Receber	104.972.897,41		104.628.728,59	
Investimentos Imobiliários	4.343.368.952,44	6,37%	4.790.658.198,23	7,53%
Imóveis	4.347.495.877,30		4.766.622.991,27	
Contas a Pagar/Receber	(4.126.924,86)		24.035.206,96	
Empréstimos e Financiamentos	2.241.401.259,59	3,29%	2.523.933.280,42	3,97%
Empréstimos e Financiamentos	2.242.417.265,43		2.526.294.526,26	
Contas a Pagar/Receber	(1.016.005,84)		(2.361.245,84)	
Disponível/Relacionados com o disponível	4.925.825,26	0,01%	5.276.064,47	0,01%
Total	68.169.465.471,35	100,00%	63.629.405.793,73	100,00%

Investimento Consolidado

SEGMENTO RENDA VARIÁVEL		
GRUPO	VALOR	% S/SEGMENTO
Mercado à Vista	13.827.239.195,96	70,92%
Financiamento de Projetos	660.358.000,00	3,39%
Fundos de Renda Variável	4.942.750.936,35	25,35%
Total	19.430.348.132,31	

VALORES A PAGAR/RECEBER		
Valores a Receber	86.729.519,44	0,44%
Valores a Pagar	(20.927.694,44)	-0,11%
Total	65.801.825,00	

Total Segmento Renda Variável	19.496.149.957,31	100,00%
--------------------------------------	--------------------------	----------------

SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		
FUNDOS DE INVESTIMENTOS		
GRUPOS	VALOR DE MERCADO	% S/SEGMENTO
Fundos Private Equity	3.774.626.838,75	86,28%
Fundos Venture Capital	39.369.325,76	0,90%
Fundos Imobiliários	456.152.750,41	10,43%
Total	4.270.148.914,92	

VALORES A PAGAR/RECEBER		
Valores a Receber	104.628.728,59	2,39%
Valores a Pagar	-	0,00%
Total	104.628.728,59	

Total Segmento Investimentos Estruturados	4.374.777.643,51	100,00%
--	-------------------------	----------------

SEGMENTO RENDA FIXA		
TÍTULOS PÚBLICOS – CARTEIRA PRÓPRIA		
GRUPOS	VALOR DE MERCADO	% S/SEGMENTO
Títulos Públicos Federais	20.404.589.486,67	62,89%
Títulos Públicos Estaduais	434.297.080,00	1,34%
Títulos Privados	858.514.220,79	2,65%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	108.276.771,90	0,33%
Fundos de Renda Fixa	10.623.557.357,77	32,74%
Total	32.429.234.917,13	

PROVISÃO PARA PERDA		
GRUPOS	VALOR DE MERCADO	% S/SEGMENTO
FIF	610.080.340,31	
Debêntures	61.472.000,00	
CDB	3.489.000,00	
CRI	83.844.335,56	
CCI	362.696.854,28	
CCB	329.875.022,62	
CCCB	27.228.000,00	
Total	1.478.685.552,77	

VALORES A PAGAR/RECEBER		
Contas a Pagar/Receber	9.375.732,66	0,03%
Disponível/Relacionados com o disponível	5.276.064,47	0,02%
Total	14.651.797,13	

Total Segmento Renda Fixa	32.443.886.714,26	100,00%
----------------------------------	--------------------------	----------------

SEGMENTO IMÓVEIS		
GRUPOS	VALOR DE MERCADO	% S/SEGMENTO
Imóveis	4.741.962.991,27	98,98%
Outros Investimentos	24.660.000,00	0,51%
Provisão para Perda	-	0,00%
Total	4.766.622.991,27	
VALORES A PAGAR/RECEBER		
Valores a Receber	25.728.342,96	0,54%
Valores a Pagar	(1.693.136,00)	-0,04%
Total	24.035.206,96	
Total Segmento Imóveis	4.790.658.198,23	100,00%

SEGMENTO EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			
EMPRÉSTIMOS			
INDEXADOR	ATRASADOS	VALORES NÃO ATRASADOS	% S/SEGMENTO
IPCA	-	2.524.701.365,93	100,03%
PRE-FIXADO	-	4.084.239,23	0,16%
CDI	-	15.008,24	0,00%
INPC	-	1.321.388,70	0,05%
Multa Contratual	-	-	0,00%
Provisão para perda	(4.102.509,31)	-	-0,16%
Retirada de Patrocínio	-	-	0,00%
IOF a compensar	-	275.033,47	0,01%
FINANCIAMENTOS			
INDEXADOR	ATRASADOS	VALORES NÃO ATRASADOS	% S/SEGMENTO
-	-	-	0,00%
VALORES A PAGAR/RECEBER			
Valores a Receber	-	-	0,00%
Valores a Pagar	(2.361.245,84)	-	-0,09%
Total		(2.361.245,84)	
Total Segmento Empréstimos		2.523.933.280,42	100,00%

RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS		
SEGMENTOS	RENTABILIDADE DE 2015 %	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS BENCHMARKS
Renda Fixa	8,31%	CDI / 115% do CDI / CDI + 2,0% a.a. / IMA-B + 0,5% a.a. / IMA-B5+ / IPCA + 6% a.a. / IPCA + 6,5% a.a.
Renda Variável	-15,61%	IBX-100 + 0,5% a.a. / IBX-100 + 1,0% a.a. / IDIV + 1,0% a.a. / IPCA + 7,0% a.a.
Investimentos Estruturados	-11,44%	IMA-B + 0,5% a.a. / IMA-B + 2,0% a.a. / IMA-B + 2,5% a.a. / IPCA + 7,0% a.a.
Imóveis	8,27%	IGMI-C
Empréstimos e Financiamentos	20,06%	IPCA + 6% a.a.
Investimento Consolidado	-1,38%	

ÍNDICE	VARIAÇÃO (%)
CDI	13,24%
IDIV + 1,0% a.a.	-26,72%
IGMI-C	11,14%
IPCA	10,67%
IMA-B 5+	5,71%
IBX-100	-12,41%
META ATUARIAL (IPCA + 5,63% a.a.)	16,90%

IDIV : Índice de Dividendos do Mercado Bovespa, que mede o desempenho de uma carteira de ações composta pelas empresas que mais distribuem dividendos aos acionistas.
 IGMI-C : Índice Geral do Mercado Imobiliário – Comercial. Índice divulgado trimestralmente, sendo considerada a média mensal do índice do trimestre anterior.
 IMA-B 5+ : Índice de Mercado ANBIMA composto por todas as NTN-Bs disponíveis no mercado com prazo igual ou superior a 5 anos.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS – GESTÃO TERCEIRIZADA		
GESTOR	VALOR	PERCENTUAL
Angra Infraestrutura Gestão de Informações e Investimentos Ltda	7.378.807,05	0,04%
Angra Partners Gestão de Recursos S.A	21.215.252,42	0,11%
ASM Administradora de Recursos S.A	163.928.443,57	0,83%
Banco Brascan S.A	14.118.381,80	0,07%
BNY Mellon Administração de Ativos Ltda	520.076.516,18	2,63%
BR Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	23.699.184,80	0,12%
BR Educacional Gestora de Recursos Ltda	91.838.091,03	0,46%
BRAM – Bradesco Asset Management S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	8.170.166.596,58	41,31%
Brascan Imobiliária Incorporações S.A	40.895.514,56	0,21%
Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda	151.503.926,62	0,77%
BRZ Investimentos Ltda	222.176.224,22	1,12%
BTG Pactual Asset Management S.A DTVM	636.809,77	0,00%
BTG Pactual Gestora de Investimento Alternativos Ltda	315.638.922,41	1,60%
Caixa Econômica Federal	3.098.217.916,29	15,67%
Canvas Capital S.A	954.572,41	0,00%
CRP Companhia de Participações	30.796.567,80	0,16%
Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda	35.219.329,09	0,18%
DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda	20.264.331,05	0,10%
Evocati Administração e Gestão de Ativos S.A	692.803,83	0,00%
Far Fator Administração de Recursos Ltda	1.591.919,80	0,01%
Fir Capital Partners Ltda	4.117.552,61	0,02%
GF Gestao de Recursos S.A	527.895.672,92	2,67%
Gradual Investimentos CCTVM S.A	27.967.765,16	0,14%
Global Equity Administradora de Recursos S.A	147.482.042,48	0,75%
Infra Asset Management Ltda	149.391.239,62	0,76%
Integral Investimentos S.A	9.197.871,14	0,05%
Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda	439.998.223,86	2,22%
Itaú Unibanco S.A	21.845.760,84	0,11%
J. Safra Asset Management Ltda	1.899.802.593,06	9,61%
Jardim Botânico Partners Investimentos Ltda	6.996.835,74	0,04%
Latour Capital do Brasil Ltda	22.078.613,33	0,11%
Lavoro Asset Management S.A	8.296.147,21	0,04%
Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda	7.215.720,05	0,04%
Mantiq Investimentos Ltda	320.817.368,70	1,62%
Modal Administradora de Recursos Ltda	48.861.817,62	0,25%
Pine Investimentos DTVM Ltda	14.765.023,91	0,07%
Planner Corretora de Valores S.A	308.271.949,23	1,56%
Plural Capital Gestão de Recursos Ltda	1.559.615.706,00	7,89%
Polo Capital Internacional Gestão de Recursos Ltda	504.537,60	0,00%
Prosperitas Investimentos S.A	3.169.682,76	0,02%
Quest Investimentos Ltda	452.599.823,30	2,29%
RB Capital Investimentos Ltda	308.798.841,75	1,56%
Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	105.606.324,00	0,53%
Rio Bravo Venture Partners Ltda	1.362.317,71	0,01%
Riviera Gestora de Recursos Ltda	122.348.519,43	0,62%
Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A	25.691.343,95	0,13%
Stratus Gestão de Carteiras Ltda	1.285.873,90	0,01%
Valora Gestão de Investimentos Ltda	16.058.992,93	0,08%
Victoire Brasil Investimentos Administração de Recursos Ltda	239.043.144,88	1,21%
Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda	16.007.997,41	0,08%
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda	22.097.542,81	0,11%
DXA Gestão de Investimentos Ltda	4.968.105,27	0,03%
Polo Capital Real Estate Gestão de Recursos Ltda	-	0,00%
MPL Gestão de Recursos Ltda	1.450.427,74	0,01%
Total	19.776.621.490,19	100,00%

RESPONSÁVEIS			
NOME	TIPO	TELEFONE	E-MAIL
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	Auditor Independente	(11) 3674-3780	joao.santos@br.pwc.com
Henrique Jäger	Administrador Qualificado (AETQ)	(21) 2506-0577	hjaeger@petros.com.br

DESENQUADRAMENTOS E INOBSERVÂNCIAS À RESOLUÇÃO CMN nº 3792/09

Não há.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

CUSTOS	1º SEMESTRE 2015	2º SEMESTRE 2015	ANO 2015
Gestão Interna	15.985.526,78	15.543.915,35	31.529.442,13
Pessoal / Encargos ¹	10.365.807,54	9.026.028,14	19.391.835,68
Consultorias	938.622,35	767.357,59	1.705.979,94
Custódia	348.970,74	556.279,91	905.250,65
Taxa Cetip/Anbima	209.144,19	180.965,40	390.109,59
Taxa Selic	180.539,16	180.705,46	361.244,62
Taxas de Bolsa (BM&FBovespa, CVM, CBLC)	110.300,19	106.259,88	216.560,07
Corretagens	370.668,73	974.278,80	1.344.947,53
Carteira de Imóveis	1.224.120,78	1.160.452,98	2.384.573,76
Despesas Gerais ²	2.015.294,24	2.513.357,69	4.528.651,93
Outras Despesas ³	222.058,86	78.229,50	300.288,36
Gestão Externa	47.995.629,56	43.599.876,53	91.595.506,08
Taxa de Administração	9.357.043,84	8.110.569,39	17.467.613,22
Taxa de Gestão	27.577.611,91	27.339.036,40	54.916.648,31
Taxa de Performance	5.732.107,40	1.760.241,18	7.492.348,58
Custódia	578.891,62	560.553,07	1.139.444,69
Taxa Cetip	444.539,83	372.608,64	817.148,47
Taxa Selic	197.373,05	169.402,25	366.775,30
Taxa Anbima	71.797,79	45.865,18	117.662,98
Taxas de Bolsa (BM&FBovespa, CVM, CBLC)	803.709,79	743.348,21	1.547.058,00
Despesas Bancárias (IOF e Taxas)	1.157,40	21.659,45	22.816,85
Auditorias	304.906,66	572.942,67	877.849,33
Corretagens	1.037.324,39	39.403,43	1.076.727,82
Consultoria	539.106,24	735.258,00	1.274.364,25
Outras Despesas ³	1.350.059,63	3.128.988,64	4.479.048,27
TOTAL	63.981.156,34	59.143.791,88	123.124.948,21

Observação:

¹ Os gastos na rubrica Pessoal/Encargos estão contemplados no quadro "Despesas Administrativas Relevantes em 2015".

² Na rubrica Despesas Gerais tivemos gastos da Gerência de Participações Imobiliárias tais como: Serviços de Despachantes, Lavratura de Escritura, Impostos, Taxa de Intermediação e Despesas de Certidões.

³ Na rubrica Outras Despesas estão incluídos gastos com Despesas Advocatícias, Impostos, Despesas de Cartório, Correio e outras despesas não contempladas em rubricas anteriores.

Fonte: Setor de Controle

DESPESAS ADMINISTRATIVAS RELEVANTES EM 2015

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	VALORES (EM REAIS) (B)	% DE PARTICIPAÇÃO
	(B)	(B / A)
Pessoal e Encargos	114.422.017,72	49,8
Treinamento/Congressos e Seminários	720.774,09	0,3
Viagens e Estadias	1.781.044,31	0,8
Serviços de Terceiros	54.211.806,48	23,6
Despesas Gerais	15.129.316,59	6,6
Depreciação e Amortização	37.415.426,52	16,3
Outras	33.153,70	0,0
Tributos	6.279.310,00	2,7
TOTAL (A)	229.992.849,41	100,0

Despesas Administrativas Relevantes

GRUPO DE CONTAS	VALORES (EM REAIS)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	
Assessoria Jurídica	18.791.218,46
Serviços com Tecnologia da Informação	12.182.940,47
Consultoria em Recursos Humanos	1.493.559,32
Consultoria Atuarial	1.296.984,08
Auditoria Contábil	914.183,31
Consultoria Contábil	85.020,40
Consultoria de Investimentos	59.100,58
Atendimento/Cadastro Participante	2.535.181,23
Serviços Postais	2.238.502,33
Outros Serviços de Terceiros	1.989.896,16
Despesas Relacionadas ao Arquivo Central	1.179.910,53
Consultoria de Benefícios	3.749.220,76
Remuneração Seguro Garantia Judicial	5.596.030,77
TRIBUTOS	
Taxa de Fiscalização e Controle – TAFIC	6.279.310,00
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO ¹	
Software Próprio	37.415.426,52

¹ A conta de "Depreciação e Amortização" em 2015 registrou valores acima do esperado. Esta variação a maior deveu-se ao registro contábil de depreciação de software de anos anteriores no valor de R\$ 29,1 milhões.

PESSOAL E ENCARGOS	SALDOS (EM REAIS)
Conselhos	616.691,13
Conselho Deliberativo	377.910,02
Conselho Fiscal	238.781,11
Diretoria	4.509.348,32
Previdencial	3.340.421,39
Investimentos	1.168.926,93
Pessoal Próprio	107.967.410,58
Previdencial	89.831.250,51
Investimentos	18.136.160,07
Pessoal Cedido	1.038.206,62
Previdencial	1.038.206,62
Estagiário	290.361,07
Previdencial	203.612,39
Investimentos	86.748,68
TOTAL	114.422.017,72

Parecer dos Auditores Independentes

À Administração

Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros

1 Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (“Entidade” ou “Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2 A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

5 Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

6 Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

Ressalvas – Limitações de escopo

Depósitos judiciais/recursais

7 Conforme mencionado na Nota 3.7, em 31 de dezembro de 2015 a Entidade apresenta saldo consolidado de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões (os saldos individuais por plano de benefícios estão demonstrados na Nota 3.7) com depósitos judiciais/recursais, os quais estão em processo de conciliação com a respectiva documentação suporte e obtenção de confirmação formal junto as instituições financeiras depositárias em relação aos saldos dos referidos depósitos. Tendo em vista o atual estágio desse processo não nos foi praticável determinar eventuais ajustes que poderiam ser apurados em relação ao valor desses depósitos em 31 de dezembro de 2015, e, em consequência, os eventuais impactos sobre os resultados por estes produzidos nas demonstrações contábeis da Entidade nessa data.

Investimentos em cotas de fundos de investimento não exclusivos

8 Conforme mencionado na Nota 5.1.4, a Entidade detém investimentos em cotas de diversos fundos de investimento, as quais estão avaliadas pelo último valor da cota informado pelos administradores de cada fundo. Do valor total desses investimentos, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação a investimentos totalizando aproximadamente R\$ 1.076 milhões em 31 de dezembro de 2015 (os saldos individuais por plano de benefícios estão demonstrados na Nota 5.2) e ao resultado por eles produzido no exercício findo nessa data, em virtude de não termos tido acesso a administração e às informações financeiras auditadas atuais dos fundos investidos, bem como aos seus auditores independentes. Adicionalmente, a Entidade detém investimentos, no montante aproximado de R\$ 22 milhões, em cotas de fundo de investimento cujo relatório de auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 descreve que os auditores independentes não obtiveram evidências apropriadas e suficientes para a determinação do valor recuperável de certos direitos creditórios no montante aproximado de R\$ 5 milhões, valor já considerando a proporção da participação da Entidade. Consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras dos fundos investidos, e por consequência, nos saldos dos investimentos mantidos pela Entidade nos mesmos em 31 de dezembro de 2015.

Investimentos em títulos em discussão judicial

9 Conforme descrito na Nota 5.1.1, em 31 de dezembro de 2015 a Entidade detém títulos em sua carteira, no montante bruto consolidado de aproximadamente R\$ 768 milhões, para os quais há processo judicial em curso contra o emissor. Ao longo do exercício de 2015 tais títulos foram reavaliados pela Entidade, sendo reduzido o valor contábil consolidado para aproximadamente R\$ 434 milhões (os saldos individuais por plano de benefícios estão demonstrados na Nota 5.2). Entretanto, considerando o atual estágio do processo, as decisões judiciais ocorridas e a falta de expectativa de tempo para a conclusão

final do processo não nos foi praticável, nas circunstâncias, avaliar e determinar a necessidade de eventuais ajustes que poderiam ter sido apurados em relação ao valor recuperável desses investimentos em 31 de dezembro de 2015.

Ressalvas – Desvios de prática contábil

Alocação do custo administrativo dos planos de benefícios

10 Conforme mencionado na Nota 1.2.8, a Entidade adota a metodologia de apuração dos gastos administrativos, que prevê a utilização dos conceitos de “Custo Direto”, “Custo Indireto” e “Despesas Administrativas”, como tentativa de equilíbrio do custeio dos fundos. Não obstante, com exceção dos planos Petros Sistema Petrobras (PPSP), Petros 2, TAPMEPrev, TermoPrev e EldoradoPrev, ao longo de 2015 todos os demais planos apresentaram déficits de custeio administrativo, de forma que os gastos administrativos desses planos foram parcialmente assumidos pelos planos Petros PPSP e Petros 2. Visando o equacionamento e o equilíbrio do custeio administrativo dos planos administrados pela Entidade, foi submetida à PREVIC proposição de um termo de ajustamento de conduta (TAC), que estabelece cronograma de ações a serem realizadas ao longo de 2016 em busca do objetivo proposto. Não nos foi praticável, nas circunstâncias, determinar os ajustes que seriam necessários sobre os saldos de cada plano em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da adoção desse procedimento.

Avaliação do investimento a valor justo na Litel Participações S.A.

11 Conforme mencionado na Nota 5.1.5, a Entidade detém 100% das cotas do Carteira Ativa III Fundo de Investimentos de Ações (“Fundo”) totalizando R\$ 2.589 milhões (os saldos individuais por plano de benefícios estão demonstrados na Nota 5.2) que, por sua vez, possui ações de emissão da companhia Litel Participações S.A. (“Litel”). O valor contábil do investimento na Litel registrado na carteira do Fundo era de R\$ 2.258 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse valor foi apurado com base em laudo de avaliação econômico-financeira elaborado por empresa especializada. Não obstante, observamos que o valor apurado apresentava-se a maior em aproximadamente R\$ 156 milhões, no que se refere ao método adotado para cálculo do prêmio de controle relativo à participação indireta da Litel na Vale S.A. Desta forma, o valor do investimento e o patrimônio líquido da Entidade em 31 de dezembro de 2015 estão apresentados a maior em aproximadamente R\$ 156 milhões e o déficit do exercício findo nessa data está apresentado a maior em aproximadamente R\$ 834 milhões, com os correspondentes impactos nas demonstrações contábeis da Entidade em 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, as demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2014, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 27 de março de 2015, com opinião adversa, devido ao valor apurado na investida Vale S.A. (principal ativo da Litel Participações S.A.), encontrar-se acima daquele estimado a mercado, no que se refere às projeções de LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e de crescimento na perpetuidade, bem como não havia certeza sobre a realização do prêmio de controle atribuído ao valor das ações da Litel Participações S.A. na Vale S.A. detidas pelo Fundo. Consequentemente, o total do ativo e do patrimônio líquido da Entidade em 31 de dezembro de 2014 apresentava-se a maior em R\$ 990 milhões e o déficit relativo ao exercício findo naquela data estava subavaliado em

aproximadamente R\$ 189 milhões. Dessa forma, a comparabilidade das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 está adicionalmente afetada por esse assunto.

Avaliação de investimento a valor justo

12 Conforme descrito na Nota 5.1.5 (v) os investimentos diretos e indiretos na empresa Multiner S.A., detidos pelo Plano Petros Sistema Petrobras, no valor aproximado de R\$ 308 milhões em 31 de dezembro de 2015, encontram-se avaliados, considerando-se laudo de avaliação com data-base em 31 de maio de 2011, não tendo sido considerados quaisquer aspectos posteriores a essa data-base que pudessem impactar o valor apurado, embora exista evidências da deterioração do valor justo. Não foi praticável determinar os ajustes que deveriam ter sido apurados e reconhecidos em relação ao valor justo desses investimentos em 31 de dezembro de 2015.

Investimentos em cotas de fundos de investimento exclusivos

13 Conforme mencionado na Nota 5.1.4 (a), a Entidade detém investimentos em cotas de fundo de investimento exclusivo, o qual aplica, por meio de outros fundos, em títulos de crédito privado. Em 31 de dezembro de 2015, a provisão para perdas constituída nos fundos sobre esses créditos totalizava R\$ 497 milhões. Entretanto, não foi atualizada a análise do risco de crédito para determinados créditos em 31 de dezembro de 2015, no montante consolidado de aproximadamente R\$ 157 milhões (os saldos individuais por plano de benefícios estão demonstrados na Nota 5.2), embora haja evidência de que a provisão relacionada a esses créditos estaria insuficiente nessa data. Desta forma, não foi praticável determinar os ajustes que deveriam ter sido apurados caso a referida análise de crédito tivesse sido atualizada para tais créditos em 31 de dezembro de 2015.

Exigível contingencial

14 Conforme mencionado nas Notas 8 e 9, em 31 de dezembro de 2015 a Entidade apresenta processos judiciais totalizando aproximadamente R\$ 4,9 bilhões, e tem registrada provisão para contingências de R\$ 3,2 bilhões (os saldos individuais por plano de benefícios estão demonstrados nas Notas 8 e 9). Entretanto, uma análise preliminar de alguns desses processos, selecionados em base amostral, indicou avaliações de expectativa de perda diferentes das consideradas para fins do registro contábil da correspondente provisão. Em decorrência dessa constatação, tais processos estão sendo revisados pela administração e seus consultores jurídicos de forma a atualizar a expectativa de perda de cada um. Não nos foi praticável nas circunstâncias, determinar o valor pela qual a provisão para contingências deveria ser ajustada em 31 de dezembro de 2015.

Opinião com ressalvas

15 Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 7 a 9, e dos efeitos, quantificados ou não, dos assuntos descritos nos parágrafos 10 a 14 acima, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Ênfases

Expurgos inflacionários relacionados às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento reconhecidos judicialmente

16 Conforme mencionado na Nota 10, a Entidade é parte integrante em demanda judicial da ABRAPP em nome de suas afiliadas do processo que transitou em julgado, cuja decisão reconheceu que as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) devem ser corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ao invés do Bônus do Tesouro Nacional (BTN). Entretanto, até a presente data, aguarda-se a decisão do Juízo da 23ª Vara Federal que determinou o prosseguimento da execução e dos embargos à execução, cuja União Federal interpôs agravo de instrumento para o registro contábil do ativo, cujo montante estimado em 2011 alcançava aproximadamente R\$ 807 milhões. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Situação patrimonial dos planos de benefícios

17 Conforme mencionado na Nota 12, o Plano Petros Sistema Petrosbras, Petros Lanxess e Plano Petros Ultrafértil apresentaram insuficiência patrimonial demonstrada no Equilíbrio Técnico Ajustado, nos montantes aproximados de R\$ 22.609 milhões, R\$ 120 milhões e R\$ 435 milhões, que representam aproximadamente 27,36%, 10,43% e 33,84% do saldo das Provisões Matemáticas, respectivamente. Conforme a regulamentação vigente será necessário promover o equacionamento do déficit acumulado, de acordo com os prazos regulamentares. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Investigações na Entidade

18 Conforme mencionado na Nota 16, em 19 de dezembro de 2014, o Conselho Deliberativo da Entidade, por solicitação da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), autorizou a realização de inspeção pelos escritórios de advocacia, contratados pela Petrobras, com o objetivo de apurar eventuais ações que contrariem leis e regulamentos em prejuízo da Petrobras. A Petros vem acompanhando esse trabalho com o objetivo de estar informada em relação aos efeitos ou implicações para a Entidade, a fim de tomar as providências necessárias.

Adicionalmente, a Diretoria Executiva constituiu Comissões Internas de Apuração (CIAs) específicas para averiguação e análise dos fatos e investimentos, de forma a verificar se os mesmos atenderam ou não as normas internas da Fundação à época das respectivas transações.

Em função do estágio dos trabalhos não há elementos que indiquem com razoável segurança o desfecho das investigações em curso e, portanto, as demonstrações contábeis da Entidade não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Inquérito da Polícia Federal

19 Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a divulgação na Nota 17, que descreve que a Entidade tomou ciência em abril de 2015 da existência de inquérito da Polícia Federal - Superintendência Regional do Estado do Paraná, sob o nº 119/2015-SR/DPF/PR e em dezembro de 2015 recebeu Ofício solicitando informações sobre os investimentos realizados em CCB de Indústria Metais do Vale e no Fundo de Investimento em Participações Brasil Petróleo 1. As informações foram prestadas em fevereiro de 2016, sem qualquer outra manifestação da Polícia Federal até a presente data. Tais investimentos totalizam em 31 de dezembro de 2015, o valor contábil líquido aproximado de R\$ 33 milhões e estão abrangidos no parágrafo 8 deste relatório.

CPI dos Fundos de Pensão

20 Conforme mencionado em Nota 18 (b) e (c), em abril de 2016 a Câmara dos Deputados divulgou o relatório sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão, sendo que a Entidade e diversos dos seus colaboradores atuantes ou já retirados foram citados no relatório.

Adicionalmente, em função desse relatório, foi recebido em maio de 2016 o Procedimento Investigatório Criminal (PIC) 1.30.001.002097/2016-66. A administração da Entidade criou Comissão Interna de Apuração para verificar todos os aspectos citados no referido relatório e PIC, entretanto, sem haver conclusões alcançadas até a presente data. Nas circunstâncias, não há elementos que indiquem com razoável segurança o desfecho das apurações internas em curso e, portanto, as demonstrações contábeis da Entidade não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Exame das cifras do ano anterior

21 O exame das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 10 de abril de 2015 contendo ressalvas referente a: (i) alocação do custos administrativo dos planos de benefício, conforme demonstrado na Nota 1.2.8; (ii) divergência entre o valor de mercado e a avaliação a valor justo das ações da Litel Participações S.A. que compõem o patrimônio do fundo Carteira Ativa III Fundo de Investimentos em Ações ("Fundo") o qual, segundo aqueles auditores, está superavaliado em R\$ 990.462 mil e o prejuízo do Fundo relativo ao exercício findo naquela data está subavaliado em R\$ 189.393 mil. Adicionalmente, referido relatório de auditoria contém ênfases relativas aos temas descritos nos parágrafos 16 a 19 acima.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

João Manoel dos Santos
Contador CRC 1RJ054092/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	2015	2014	%
DISPONÍVEL	5.276	5.210	1%
REALIZÁVEL	79.325.260	80.474.886	-1%
Gestão Previdencial	15.637.692	12.282.091	27%
Gestão Administrativa	38.471	20.223	90%
Investimentos	63.649.097	68.172.572	-7%
Títulos Públicos	20.838.884	17.099.293	22%
Créditos Privados e Depósitos	867.890	1.268.407	-32%
Ações	14.553.401	19.345.295	-25%
Fundos de Investimento	20.049.350	23.869.664	-16%
Investimentos Imobiliários	4.792.351	4.347.496	10%
Empréstimos e Financiamento	2.526.295	2.242.417	13%
Depósitos Judiciais / Recursais	20.926	-	-
PERMANENTE	98.749	126.349	-22%
Imobilizado	83.341	87.119	-4%
Intangível	15.408	39.230	-61%
TOTAL DO ATIVO	79.429.285	80.606.445	-1%
PASSIVO	2015	2014	%
EXIGÍVEL OPERACIONAL	626.159	2.221.297	-72%
Gestão Previdencial	592.886	2.179.019	-73%
Gestão Administrativa	29.219	33.961	-14%
Investimentos	4.054	8.317	-51%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	3.319.300	2.831.244	17%
Gestão Previdencial	3.205.706	2.758.698	16%
Gestão Administrativa	92.668	72.546	28%
Investimentos	20.926	-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	75.483.826	75.553.904	0%
Patrimônio de Cobertura do Plano	74.392.129	71.502.760	4%
Provisões Matemáticas	97.489.811	77.717.865	25%
Benefícios Concedidos	54.104.511	39.359.460	37%
Benefícios a Conceder	43.443.071	38.391.612	13%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(57.771)	(33.207)	-74%
Equilíbrio Técnico	(23.097.682)	(6.215.105)	-272%
Resultados Realizados	(23.647.796)	(6.767.933)	-249%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(23.647.796)	(6.767.933)	-249%
Resultados a Realizar	550.114	552.828	0%
Fundos	1.091.697	4.051.144	-73%
Fundos Previdenciais	53.802	2.971.087	-98%
Fundos Administrativos	855.175	940.606	-9%
Fundos dos Investimentos	182.720	139.451	31%
TOTAL DO PASSIVO	79.429.285	80.606.445	-1%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

	2015	2014	%
(A) Patrimônio Social – Início do exercício	75.553.904	72.385.042	4%
1. Adições	8.420.804	8.194.029	3%
(+) Contribuições Previdenciais	8.213.768	4.740.354	73%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	-	3.249.796	-
(+) Receitas Administrativas	138.682	132.719	4%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	25.085	35.925	-30%
(+) Constituição de Fundos de Investimento	43.269	35.235	23%
2. Destinações	(8.144.660)	(5.025.167)	62%
(-) Benefícios	(6.529.872)	(4.080.591)	60%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	(914.132)	-	-
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(448.744)	(677.185)	-34%
(-) Despesas Administrativas	(230.023)	(213.223)	8%
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(19.175)	(38.728)	-50%
(-) Resultados a Realizar	(2.714)	(15.440)	-82%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	276.144	3.168.862	-91%
(+/-) Provisões Matemáticas	20.116.020	4.606.937	337%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(16.879.853)	(3.921.226)	-330%
(+/-) Resultados a Realizar	(2.714)	(15.439)	82%
(+/-) Fundos Previdenciais	(2.915.147)	2.546.662	-214%
(+/-) Fundos Administrativos	(85.431)	(83.307)	-3%
(+/-) Fundos dos Investimentos	43.269	35.235	23%
4. Operações Transitórias	(346.222)	-	-
Operações Transitórias	(346.222)	-	-
(B) Patrimônio Social – Final do exercício (A + 3 + 4)	75.483.826	75.553.904	0%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

	2015	2014	%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	940.606	1.023.913	-8%
1. Custeio da Gestão Administrativa	163.767	168.644	-3%
1.1. Receitas	163.767	168.644	-3%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	130.518	120.333	8%
Custeio Administrativo dos Investimentos	367	29	1166%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6.146	5.873	5%
Receitas Diretas	260	4.163	-94%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	25.086	35.925	-30%
Outras Receitas	1.390	2.321	-40%
2. Despesas Administrativas	(229.993)	(213.168)	8%
2.1. Administração Previdencial	(205.944)	(188.255)	9%
Pessoal e encargos	(95.030)	(95.266)	0%
Treinamentos/congressos e seminários	(642)	(1.369)	-53%
Viagens e estadias	(1.322)	(1.448)	-9%
Serviços de terceiros	(53.277)	(56.371)	-5%
Despesas gerais	(15.085)	(12.868)	17%
Depreciações e amortizações	(37.415)	(17.450)	114%
Tributos	(3.140)	(3.158)	-1%
Outras Despesas	(33)	(325)	-90%
2.2. Administração dos Investimentos	(24.049)	(24.913)	-3%
Pessoal e encargos	(19.392)	(19.859)	-2%
Treinamentos/congressos e seminários	(79)	(213)	-63%
Viagens e estadias	(460)	(672)	-32%
Serviços de terceiros	(934)	(941)	-1%
Despesas gerais	(44)	(64)	-31%
Tributos	(3.140)	(3.157)	-1%
Outras Despesas	-	(7)	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(19.175)	(38.728)	-50%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(30)	(55)	-45%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(85.431)	(83.307)	3%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(85.431)	(83.307)	3%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	855.175	940.606	-9%

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS, (“Fundação” ou “Entidade”), constituída pela Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) em 1969, é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, tem por objetivos primordiais:

(i) Instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão;

(ii) Prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária;

(iii) Promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne à previdência.

Para a consecução de seus objetivos, a PETROS obtém recursos de contribuições das empresas patrocinadoras e dos participantes, assistidos e autopatrocinados bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimentos.

PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA PETROS

PLANO	CNPB	QTD. ATIVOS	QTD. ASSISTIDOS	TIPO	PATROCINADORES/INSTITUIDORES
Petros Sistema Petrobras	1970.0001-47	20.927	57.049	BD	Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) Petrobras Distribuidora S.A (BR) Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS
Plano Petros Ultrafertil	2003.0026-18	109	1.552	BD	Ultrafertil S.A Araucária Nitrogenados S.A Vale Fertilizantes S.A
Plano Petros Braskem	2003.0021-38			BD	Braskem S.A (1)
Plano Petros Copesul	2003.0022-19		46	BD	Braskem S.A (1)
Plano Petros Lanxess	2003.0024-56	108	1.712	BD	Lanxess Elastômeros do Brasil S.A
Plano Petros PQU	2003.0025-29	4	20	BD	Braskem Qpar S.A (1)
Plano Petros Nitriflex/ Lanxess	2003.0023-83	3	216	BD	Nitriflex S.A Indústria e Comércio Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda
Plano Petros 2	2007.0015-19	48.432	1.399	CV	Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras Petrobras Distribuidora S.A – BR Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS Stratura Asfaltos S.A – IASA Termomacaé Ltda Termobahia S.A Transporte Brasileiro S.A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A – TBG Araucária Nitrogenados S.A Petrobras Biocombustíveis S.A Repsol Sinopec Brasil S.A
Plano Repsol	1999.0031-11	233	7	CD	ALE Combustíveis S.A (1) Distribuidora de Gás LP Azul S.A (1) YPF Brasil Comércio de Derivados de Petróleo
Plano DBA	2000.0062-56			CD	DBA Engenharia de Sistemas Ltda (4)
Plano Cachoeira Dourada	2000.0059-18	44	7	CD	Cachoeira Dourada S.A
Plano Transpetro	2000.0073-92			CD	Petrobras Transporte S.A – Transpetro (1)
Plano CONCEPA	2001.0004-56	11	1	CD	Concessionária de Rodovia Osório-Porto Alegre S.A – Concepa (1) Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda (1)
Plano Triunfo Vida	2002.0008-83			CD	Braskem S.A (1)
Plano ALESAT	2002.0004-92	1.126	3	CD	ALESAT Combustíveis S.A (1) Petromarketing Consultoria S.C (1) Caraú Transporte e Comércio de Derivados de Petróleo Ltda (1)
Plano PQU Previdência	2003.0005-18			CD	Braskem S.A (4)
Plano IBPprev Associados	2002.0019-11	125	6	CD	Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP Barra Energia Brasil Petróleo e Gás Ltda Odfjell Gestão e Perfuração do Brasil Ltda

PLANO	CNPB	QTD. ATIVOS	QTD. ASSISTIDOS	TIPO	PATROCINADORES/INSTITUIDORES
Plano SIMEPREV	2004.0013-56	526	1	CD	Sindicato dos Médicos de São Paulo – SIMESP Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná – SIMEPAR Sindicato dos Médicos do Estado do Rio Grande do Norte – SinMed/RN Sindicato dos Médicos do Estado do Pará – SindMepa Sindicato dos Médicos do Pernambuco – Simepe
Plano Copesulprev	2004.0017-47			CD	Braskem S.A (1)
Plano IBAPrev	2004.0023-11	288	3	CD	Instituto Brasileiro de Atuária ASSAIM – Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais Cooperativa Paulista de Teatro SATED/CE – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Ceará SATED/PE – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Pernambuco SATED/SE – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Sergipe SINDMUSI/RJ – Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro SATED/RJ – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro. SINAPESP – Sindicato dos Artistas Plásticos do Estado de São Paulo SINDMUSICOS/BA – Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia ABM – Associação Brasileira de Museologia ABRTV – Associação Brasileira de Roteiristas Profissionais de Televisão e Outros Veículos de Comunicação APTC-ABD/RS - Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul e Brasileira de Documentaristas
Plano Culturaprev	2004.0025-65	282	3	CD	Conselho Regional de Mato Grosso da Ordem dos Músicos do Brasil IAI – Instituto Amazônia Imaginária SATED/BA – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Bahia SATED/RS – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul SATED/SP – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo STIC – Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiofusão, Cabodifusão, DISTV, MMDS, TV a cabo, TV por assinatura, Similiares do Estado do Rio de Janeiro e Sindicato dos Radiolistas RJ ABPA – Associação Brasileira de Profissionais de Áudio – ABPAudio Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de Pernambuco – SINDIMUPE Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado do Rio de Janeiro – SPDRJ Associação Profissional dos Trabalhadores no Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Nacional – ASPHAN União Brasileira de Escritores – UBE Associação dos Servidores do Ministério da Cultura – ASMINC
Plano Mistto Sanasa	2004.0026-38	1.499	199	CV	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A – Sanasa
Plano SinMed/RJ	2005.0007-11	47		CD	Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte – CRO/RN Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco – CRO/PE Conselho Regional de Odontologia de Paraná – CRO/PR
Plano CROprev	2005.0004-11	568		CD	Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul – CRO/RS Conselho Regional de Odontologia do Amazonas – CRO/AM Conselho Regional de Odontologia do Ceará – CRO/CE Associação Brasileira de Odontologia do Paraná – ABO/PR Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal – CRO/DF (1)
Plano Manguinhos	2005.0019-29			CD	Refinaria de Manguinhos (1)

PLANO	CNPB	QTD. ATIVOS	QTD. ASSISTIDOS	TIPO	PATROCINADORES/INSTITUIDORES
Plano FIEPEprev	2005.0065-56	1.521	53	CD	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE
					Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/PE
					Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado de Pernambuco – SENAI/PE
Plano TERMOprev	2006.0005-11	7		CD	Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado de Pernambuco – SESI/PE
					Ibiritermo S.A
Plano CRAprev	2006.0012-56	203	1	CD	CRA/ES – Conselho Regional de Administração do Espírito Santo
					CRA/SC – Conselho Regional de Administração de Santa Catarina
					Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA/MG
					Conselho Regional de Administração de Alagoas – CRA/AL
					Conselho Regional de Administração de Pernambuco – CRA/PE
					Conselho Regional de Administração da Bahia – CRA/BA
					Conselho Regional de Administração de Goiás – CRA/GO
					Conselho Regional de Administração do Distrito Federal – CRA/DF
					Conselho Regional de Administração do Paraná – CRA/PR
					Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Norte – CRA/RN
Conselho Regional de Administração do Piauí – CRA/PI					
Plano ADUANAPrev	2007.0039-29	36		CD	Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de Minas Gerais.
					Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR
					Sindicato dos Trabalhadores Portuários, Portuários Avulsos e com vínculo empregatício nos Portos do Estado do Espírito Santo
Plano ANAPARprev	2008.0008-18	2.587	657	CD	Sindicatos dos Portuários Avulsos de Capatazia, Arrumadores e dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em geral do Estado do Espírito Santo
					Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Espírito Santo
					Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estivas de Minérios do Espírito Santo
					Associação Beneficente dos Aposentados da COPENE-ABACO/POLO
					Sindicato dos trabalhadores em empresas de telecomunicações, transmissão de dados e correio eletrônico, telefonia móvel celular, serviços troncalizados de comunicação, radiochamadas, telemarketing, projeto, construção, instalação e operação de equipamento e meios físicos de transmissão de sinal, similares e operadores de mesas telefônicas no Estado do Rio de Janeiro – Sinttel-Rio.
Plano UNIMED-BH	2008.0019-38			CD	Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico (2)
					Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico (2)
Plano de Previdência do Cooperado	2008.0020-47			CD	Sicoob-Credicom – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo e Profissionais da Área de Saúde de Belo Horizonte e Cidades Polo de Minas Gerais (2)
					Unimed Fortaleza – Cooperativa de Trabalho Médico Ltda (2)
Plano PTAPrev	2008.0027-56	379	2	CD	Companhia Petroquímica de Pernambuco – Petroquímica Suape
					Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco – CITEPE
Plano PrevFIEPA	2008.0031-83	534	4	CD	Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA
					Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/PA
					Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado do Pará – SESI/PA
Plano PreviContas	2009.0003-74	77		CD	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado do Pará – SENAI/PA.
					Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro – ASTCERJ
Plano FENAJprev	2009.0006-92	65	2	CD	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Tocantins
					Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro
					Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais
					Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo
					Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás
					Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco
					Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná
					Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul
					Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará

PLANO	CNPB	QTD. ATIVOS	QTD. ASSISTIDOS	TIPO	PATROCINADORES/INSTITUIDORES
Plano TBG	2009.0014-19			CD	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A – TBG (4)
					Conselho Regional de Estatística da 2ª Região – CONRE2 – RJ/ES
Plano PREV-ESTAT	2009.0019-74	18		CD	Conselho Regional de Estatística da 3ª Região, do Conselho Regional de Estatística da 5ª Região
					Conselho Regional de Estatística da 6ª região
					Sociedade Brasileira de Estatística – SBE
Plano CRCprev	2009.0027-92	394			Conselho Regional de Contabilidade do Ceará
					Associação de Intercâmbio Cultural Ítalo-Brasileira Anita e Giuseppe Garibaldi
Plano Previtália	2009.0030-47	32		CD	Associação Beneficente Italiana – Abita
					Associazione Abruzzese di Rio de Janeiro e Espírito Santo
					Associazione Lucana di Rio de Janeiro Brasil
					Associazione Laziale Circolo Cultural Sardo Grazia Deledda
Plano PrevFIEA	2009.0033-65	620	17	CD	Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA
					Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/AL
					Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado de Alagoas – SENAI/AL
					Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado de Alagoas – SESI/AL
					Gás de Alagoas S.A – ALGÁS
Plano GasPrev	2010.0004-47	616		CD	Companhia de Gás da Bahia – BAHAGÁS
					Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS
					Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
					Sergipe Gás S.A – SERGÁS
					Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS
Plano PETRO_RG	2010.0015-83	327	2	CD	Refinaria de Petróleo Rio Grandense S.A
Plano Liqueigás	2010.0025-47	2.377	2	CD	Liqueigás Distribuidora S.A
Plano PREVTRAN	2010.0041-83	223	2	CD	Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina – ADOTESC (2)
					Cooperativa de Crédito Mútuo dos Despachantes de Trânsito de Santa Catarina – CREDITRAN. (2)
Plano SulgasPrev	2010.0040-19	87	2	CD	Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS
Plano EsportePrev	2010.0056-19			CD	(i) Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro – SAFERJ;
					(ii) Sindicato dos Atletas Profissionais no Estado do Rio Grande do Sul – SIAPERGS;
					(iii) Sindicato dos Atletas de Futebol Profissional do Estado do Rio Grande do Norte – SAFERN;
					(iv) Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado da Paraíba – SAFEPPB;
					(v) Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Mato Grosso do Sul – SAFEMS;
					(vi) Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo – SAPESP. (3)
Plano TAPMEPrev	2002.0038-74	1.323	740	CV	TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A
Plano EldoradoPrev	2015.0008-11	394		CD	Eldorado Brasil Celulose S.A

(1) Em processo de Retirada de patrocínio (2) Transferência de Gerenciamento (3) Plano em encerramento (4) Plano extinto
Legenda: BD – Benefício Definido | CD – Contribuição Definida | CV – Contribuição Variável

a) Encerramento do Plano TBG

Em 13 de abril de 2015, conforme Portaria PREVIC nº 190, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 14 de abril de 2015, o Diretor de Análise Técnica, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000116/2015-80, comando nº 386566754 e juntada nº 391245113, resolveu o encerramento do Plano de Previdência TBG e extinção do CNPB nº 2009.0014-19.

b) Encerramento do Plano PQU Previdência

Em 13 de abril de 2015, conforme Portaria PREVIC nº 194, publicada no D.O.U. de 14 de abril de 2015, o Diretor de Análise Técnica, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000118/2015-79, comando nº 360382314 e juntada nº 388991946, resolveu o encerramento do Plano PQU Previdência e extinção do CNPB nº 2003.0005-18.

c) Aprovação do Regulamento do Plano EldoradoPrev

Em 13 de maio de 2015, conforme Portaria PREVIC nº 257, publicada no D.O.U. de 14 de maio de 2015, foi aprovado o Regulamento do Plano EldoradoPrev, que possui na condição de Patrocinadora a empresa Eldorado Brasil Celulose S/A, e inscrito sob CNPB 2015.0008-11.

d) Encerramento do Plano DBA

Em 06 de outubro de 2015, conforme Portaria PREVIC nº 534, publicada no D.O.U. de 07 de outubro de 2015, o Diretor de Análise Técnica, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 440011.000337/2015-58, comando nº 383771697 e juntada nº 402217726, resolveu o encerramento do Plano Previdência DBA e extinção do CNPB nº 2000.0062-56.

e) Homologação de Retirada do Instituidor Sinttel-Rio

Em 06 de outubro de 2015, conforme Portaria PREVIC nº 535, publicada no D.O.U. de 07 de outubro de 2015, o Diretor de Análise Técnica, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000570/2014-50, comando nº 390545979 e juntada nº 401368646, homologou a retirada do instituidor Sinttel – Rio, do Plano Previttel – CNPB nº 2008.0015-41.

f) Retirada do Plano Concepa

Em 13 de outubro de 2015, conforme Portaria PREVIC nº 540, publicada no D.O.U. de 14 de outubro de 2015, o Diretor de Análise Técnica, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000492/2014-93, comando nº 387488388 e juntada nº 401300547, aprovou a retirada total de patrocínio das empresas Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A – Concepa e Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda – Rio Guaíba do Plano Concepa, CNPB nº 2001.0004-56.

g) Processo de retirada vazia e de encerramento do Plano EsportePrev

Em face da inexistência de Participantes e de recursos patrimoniais no Plano EsportePrev, a Petros, em 12 de dezembro de 2013, formalizou o pedido de encerramento do Plano junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O processo foi elaborado em consonância com as orientações apresentadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, constantes do Ofício nº 938/CGTR/DITEC/PREVIC de 05/04/2016 e Despacho 093/2016, por meio do qual autoriza à Petros a instruir o processo de retirada vazia, através do Termo Simplificado de Retirada Vazia dos Instituidores Sindicato dos Atletas Profissionais no Estado do Rio Grande do Sul – SIAPERGS, Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo – SAPESP, Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro – SAFERJ, Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Mato Grosso do Sul – SAFEMS, Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado da Paraíba – SAFEPB e Sindicato dos Atletas de Futebol Profissional do Estado do Rio Grande do Norte – SAFERN do Plano EsportePrev.

1.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da PETROS e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e Agência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

As diretrizes contábeis para as entidades fechadas de previdência complementar são estabelecidas pela Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34 de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001, Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013 e Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015.

As demonstrações exigidas de acordo com as Resoluções CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011 e nº 12 de 19 de agosto de 2013 e Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015 são:

- **Balanco Patrimonial (BP)** – tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela PETROS, ao final de cada exercício.
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)** – tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social, ao final de cada exercício.
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)** – tem como finalidade evidenciar de forma consolidada a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)** – tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as modificações sofridas pelo ativo líquido de cada plano de benefício, ao final de cada exercício.

• **Demonstração do Ativo Líquido (DAL)** – tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

• **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano (DPT)** – tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações dos compromissos de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

1.2 Resumo das principais práticas contábeis

A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica à segregação dos registros contábeis em: Gestão Previdencial (atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos resultados dos planos de benefícios); Gestão Administrativa (atividade de registro e controle inerente à administração dos planos de benefícios); e, Investimentos (registro e controle referentes à aplicação dos recursos dos planos de benefícios).

Os registros contábeis são efetuados de forma descentralizada, identificados na origem a empresa e o respectivo plano de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados por plano de benefícios.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 17 de junho de 2016.

1.2.1 Contribuições Previdenciais

As contribuições previdenciais são escrituradas diretamente nos balancetes de cada plano de benefícios (fluxo primário de recursos).

Os registros relativos às contribuições de patrocinadoras e participantes vinculados a planos estruturados na modalidade de benefício definido são escriturados com base no regime de competência. Para os planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e contribuição variável, as contribuições são escrituradas na data do efetivo recebimento, inclusive as dos autopatrocinados.

No caso do Plano Petros Sistema Petrobras, estruturado na modalidade de benefício definido, as contribuições dos participantes e dos assistidos são calculadas tendo como base os percentuais escalonados de 1,96%, 4,06% e 14,90% ou 1,45%, 3,00% e 11,00%, consoante às faixas salariais ou a opção feita pelo participante. A contribuição mensal das patrocinadoras corresponde ao total de contribuições normais recolhidas pelos participantes ativos e assistidos.

Em função da aprovação pela PREVIC, em 26 de setembro de 2014, da alteração regulamentar para flexibilização do custeio administrativo do Plano Petros Nitriflex/Lanxess, passou-se a adotar taxa de carregamento nula, com adoção da taxa de administração correspondente a 0,20% a.a. sobre o montante dos recursos garantidores do Plano. Em decorrência, as contribuições dos participantes e dos assistidos passaram a ser calculadas tendo como base os percentuais escalonados de 1,88%, 3,90% e 14,30% ou 1,39%, 2,88% e 10,56 %, consoante às faixas salariais ou a opção feita pelo participante. A contribuição mensal das Patrocinadoras passou a 12,41% sobre a soma dos Salários de Participação.

Com relação ao Plano Petros 2, estruturado na modalidade de contribuição variável, por ocasião da revisão contributiva de março de 2014, bem como em decorrência dos resultados obtidos na avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2014, a Consultoria Atuarial do Plano recomendou a manutenção da suspensão da contribuição de riscos no período compreendido entre 1º de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014 baseada na nova taxa de referência no valor de 0,64%.

Por ocasião da revisão contributiva realizadas em março de 2015, a Consultoria Atuarial do Plano recomendou a manutenção da suspensão da contribuição de riscos no período compreendido entre 1º de julho de 2015 até 30 de junho de 2016 baseada na nova taxa de referência no valor de 0,436%.

De acordo com o disposto nos artigos 36 e 37 do Regulamento do Plano Petros 2, a Contribuição de Risco se constitui em uma das rubricas integrantes da Contribuição Regular. A suspensão dessa contribuição não representa isenção da parcela destinada ao financiamento dos benefícios de risco, mas sim a sua realocação nas subcontas de Aposentadoria Programada.

1.2.2 Investimentos

A gestão de investimentos é feita de forma compartilhada (Unifundo) ou segregação real (Multifundo). A gestão de investimentos compartilhada, implica na existência de solidariedade na aplicação dos recursos. Utiliza-se do método de cotas para a segregação dos ativos e apuração da rentabilidade dos planos.

Planos com gestão individualizada: 1) Plano Petros Sistema Petrobras; 2) Plano Petros 2; 3) Plano Petros Ultrafértil; 4) Plano Petros Lanxess; 5) Plano Petros Nitriflex/Lanxess; 6) Plano TAPMEPrev; 7) Plano Misto Sanasa; 8) Plano Petros PQU; 9) Plano Petros COPEL; 10) Plano Petros Braskem; e 11) Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Planos com gestão compartilhada: Demais planos de benefícios

1.2.3 Precificação dos investimentos

Em atendimento à Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários estão classificados em duas categorias:

I. Títulos para negociação – registram os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização;

II. Títulos mantidos até o vencimento – títulos com vencimentos que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 meses a contar da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

1.2.3.1 Renda Fixa – Resultados a realizar

Corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, apurado pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos e o seu valor presente, considerando a taxa de desconto, aplicáveis aos Planos Petros Sistema Petrobras, Plano Petros Ultrafértil, Plano Petros Lanxess e Plano Petros Nitriflex/Lanxess, nos termos do artigo 5º da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002 e foi aprovado pela SPC, conforme ofício nº 1702/GAB/SPC, de 19 de setembro de 2002.

Os títulos mantidos até o vencimento, seus respectivos vencimentos, valores contábeis e fluxos estão descontados à taxa de 5,63% a.a.

1.2.3.2 Títulos públicos e privados

Os títulos públicos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos apropriados com base na taxa de remuneração apurada na data da aquisição, deduzido das amortizações e juros recebidos e ajustado a valor de mercado, quando aplicável.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são apropriados pela taxa de negociação do título na data de aquisição até o seu vencimento.

1.2.3.3 Ações

As ações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas e abatidas às devoluções de corretagem e outras taxas incidentes provenientes das operações de compras e avaliadas pelo valor de mercado. Para as ações negociadas em bolsa utiliza-se para avaliação a cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na bolsa de valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio, são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor, caracterizando assim pelo regime de competência.

As ações da carteira de participação são valorizadas atendendo ao disposto nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPCs 38, anualmente, para o fechamento do exercício.

1.2.3.4 Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

• Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

• Ativos de renda fixa sem cotação divulgada, são avaliados de acordo com o modelo de precificação do banco custodiante.

• Os ativos de renda variável, sem cotação em mercado ativo, são avaliados por empresas especializadas, contratadas para esta finalidade, utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado

1.2.3.5 Fundos de investimentos

As aplicações em fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição atualizado pela variação nos valores das cotas informados pelos administradores dos respectivos fundos e validadas pelo custodiante.

1.2.3.6 Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. A depreciação incide sobre o valor reavaliado e é calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no laudo de avaliação e/ou reavaliação.

Os imóveis são reavaliados ao menos a cada três anos. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Conforme previsto na Instrução PREVIC nº 21 de 23 de março de 2015 os planos que optem pela realização da reavaliação dos investimentos imobiliários com periodicidade superior a um ano devem contabilizar a depreciação mensalmente, em conta redutora analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida “Deduções/Variações Negativas”; em caso de reavaliação anual dos investimentos imobiliários fica dispensado o registro da depreciação.

A Petros vem adotando a política de reavaliação anual de seus investimentos imobiliários, portanto não registrando a depreciação.

1.2.3.7 Operações com participantes

As operações com participantes correspondem a empréstimos concedidos aos participantes e assistidos, e seus saldos estão demonstrados pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

1.2.3.8 Provisão para risco de crédito

São constituídas provisões levando em consideração os riscos e incertezas, segundo critérios definidos na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

1.2.4 Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa e investimentos são registrados a valores históricos. Os referidos depósitos são garantidores de provisões para contingências registradas no exigível contingencial. O valor da atualização do depósito é reconhecido em conta de resultado apenas no momento do levantamento do depósito.

1.2.5 Ativo permanente

O ativo permanente é segregado em imobilizado e intangível. Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica estimada na aquisição.

No intangível estão registrados, basicamente, os gastos com *software*, os quais são amortizados de acordo com o tempo de vida útil, a uma taxa de 20%.

1.2.6 Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante provável de perda que a administração julga incorrer, de acordo com informações dos assessores jurídicos, observada a sua natureza.

1.2.7 Critérios de alocação de custos e despesas por atividade

Os critérios adotados pela PETROS para a segregação das despesas de administração foram os seguintes:

- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas da gestão previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente;

- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de suporte (Ligadas a Diretoria Administrativa e Financeira e a Presidência) foram registrados na gestão previdencial.

1.2.8 Critérios de alocação de custos e despesas por plano

Em 24 de junho de 2011, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Ofício nº 635/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, determinou que a Petros registrasse contabilmente o Fundo Administrativo segregado por Plano de Benefícios.

A metodologia escolhida pela Petros para apurar, por plano de benefícios, os seus custos administrativos foi o modelo de gestão de custos baseados em atividades (*ABC – Activities-Based Cost*). Esta metodologia possibilita a alocação das despesas administrativas aos serviços e permite a mensuração dos custos que não agregam valor, contribuindo para a melhor análise dos processos de trabalho, eliminando desperdícios e otimizando o uso dos recursos orçamentários.

Em 28 de março de 2012, após aprovação pelo Conselho Deliberativo da metodologia para o registro contábil da participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo, a Petros passou a registrar a segregação do PGA a partir do 1º trimestre/2012.

O modelo anterior de gestão do custeio administrativo desenvolvido revelou que a maioria dos planos de benefícios geridos pela Petros apresentavam déficits administrativos.

Em 14 de agosto de 2012, a Petros encaminhou memorando à PREVIC sobre diversos assuntos, dentre os quais foi tratada a deficiência administrativa dos planos de benefícios identificada com a adoção do modelo.

Em 13 de novembro de 2012, a PREVIC, em resposta à solicitação do Conselho Fiscal, respondeu por meio do Ofício nº 4186/2012/CGMC/DIACE/PREVIC, sobre a contabilização da cobertura da insuficiência administrativa com recursos previdenciários do plano em atendimento aos preceitos da Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011. Este assunto foi um dos itens questionados pela Petros à PREVIC em agosto de 2012.

Em 30 de janeiro de 2013, através do memorando CD-470, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou uma nova metodologia de apuração dos gastos administrativos. A nova metodologia prevê a utilização dos conceitos de 'Custo Direto' (Ex: Tatic, Consultoria atuarial, Despesas jurídicas a etc.), 'Custo Indireto' (Custo das áreas de 'Seguridade' e 'Investimento') e 'Despesa Administrativa' (despesas administrativas de apoio – "Backoffice"). As alocações aos planos obedecem os seguintes critérios:

- Custos Diretos – Alocados diretamente aos planos que originaram o gasto no momento do registro do pagamento;
- Custo Indireto Seguridade – Alocados aos planos de acordo com o número de participantes;
- Custo Indireto de Investimento – Alocados aos planos de acordo com o patrimônio;
- Despesas administrativas – Alocadas aos planos de acordo com o percentual encontrado do total dos custos diretos e indiretos para cada plano.

Além da alteração na regra de alocação dos gastos, a nova metodologia recomendava, como tentativa de equilíbrio financeiro, que os planos de Contribuição Definida e o plano de Contribuição Variável Misto Sanasa não contribuíssem com valores para a diluição da despesa no primeiro ano de acompanhamento (2013). Estes planos tinham a obrigação de pagar apenas seus custos diretos e indiretos.

Em 2014, em cumprimento à determinação do Conselho Deliberativo, os valores classificados como Despesa Administrativa foram alocados a todos os planos de benefícios administrados pela Fundação.

O resultado da alocação acima compõe a movimentação de entradas (taxa de carregamento, outras receitas e rentabilidade positiva dos investimentos) e saídas (despesas administrativas e rentabilidade negativa dos investimentos), para apuração do saldo do fundo administrativo.

Com o objetivo de pactuar plano para ajustamento das condutas a serem implementadas pela Petros, de forma ordenada e em prazo compatível com a complexidade da matéria, visando o equacionamento e o equilíbrio do custeio administrativo de determinados planos de benefícios administrados pela Fundação, de forma a observar as diretrizes estabelecidas para o regime fechado de previdência complementar, a Petros, em 26 de dezembro de 2013 submeteu à PREVIC a proposição de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC.

No exercício de 2015 foi mantido o critério aplicado em 2014 e a Entidade continua aguardando uma posição da PREVIC, com relação ao Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, proposto em 2013.

1.2.9 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas representam os compromissos líquidos futuros assumidos com os benefícios concedidos e a conceder aos participantes, aos assistidos e aos seus beneficiários.

São constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por atuários, utilizando premissas atuariais, econômicas e financeiras, tais como: probabilidade de morte e invalidez, taxa de juros, taxa de inflação, crescimento real de salário, idade de aposentadoria, composição familiar entre outras.

As provisões matemáticas relacionadas aos benefícios de suplementação de aposentadorias e pensões foram avaliadas com base em dados cadastrais e estatísticos atualizados, da massa de participantes e assistidos e representam os compromissos dos planos com os benefícios a serem pagos aos mesmos.

Provisões Matemáticas de Benefícios concedidos – Registram o valor atual dos compromissos líquidos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pela Fundação aos aposentados e beneficiários em gozo de benefícios.

Benefícios a conceder – Registram o valor atual dos compromissos líquidos correspondentes aos benefícios a conceder pelo plano aos participantes e aos seus beneficiários.

1.2.10 Equilíbrio técnico

Registra o excedente (superávit) ou a insuficiência patrimonial (déficit) dos planos em relação aos seus compromissos totais.

A Resolução CGPC nº 26/2008 sofreu alterações em seu texto, destacando-se as mudanças implementadas pelas Resoluções CNPC nº 14 e 16/2014 e pela Resolução CNPC nº 22/2015. Entre elas está a criação do conceito de **Equilíbrio Técnico Ajustado**, apresentado no DAL (Demonstração do Ativo Líquido), em que o Ajuste de Precificação é considerado para fins de análise da solvência do Plano de Benefícios, sendo utilizado para fins de destinação de superávit ou equacionamento de déficit técnico (Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015):

Ajuste de Precificação: *corresponde à diferença entre o valor dos Títulos Públicos Federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses mesmos títulos.*

A referida normativa também passou a considerar na base de cálculo do valor mínimo registrado em Déficit Técnico que deve ser equacionado a variável Duração do Passivo (*duration*). A *duration* do Passivo é equivalente à média dos prazos dos fluxos futuros de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias, incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos, considerando a taxa de juros real utilizada na avaliação atuarial. Dessa forma, a *duration* se modifica em função da característica da massa de participantes de cada plano, conforme explicado a seguir.

Dependendo do perfil dos participantes do plano, o fluxo de pagamentos de benefícios pode ser mais longo ou mais curto, ou pode ser mais relevante em alguns anos futuros e menos no presente, fazendo com que o resultado da sua *duration* se modifique. Em planos que estão fechados para novas adesões, a tendência é de uma redução gradual da *duration* até zero, quando os últimos assistidos estiverem recebendo seu benefício.

A Resolução CNPC nº 22/2015, com referência ao equacionamento de Déficit Técnico, estabeleceu que:

1) O Limite de Déficit Técnico Acumulado (em %) é igual a 1% x (duration - 4).

2) A parcela do déficit que ultrapassar o **Limite de Déficit Técnico Acumulado** deverá ser equacionada, no percentual mínimo de **1% das Provisões Matemáticas**.

3) Quando houver, simultaneamente, três planos de equacionamento ou mais em curso, os novos planos de equacionamento deverão contemplar, no mínimo, 2% das Provisões Matemáticas.

4) O prazo para equacionamento do déficit técnico será de 1,5 vezes a *duration* do plano.

A Resolução CNPC nº 22/2015, com referência a destinação de resultado superavitário, estabeleceu que o resultado superavitário do Plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática

Para os efeitos dessa apuração são consideradas apenas as provisões matemáticas cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirirem características de benefício definido na fase de concessão, deduzidas as respectivas provisões matemáticas a constituir.

Após a constituição da reserva de contingência, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

1.2.11 Fundos previdenciais

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais dos planos.

1.2.11.1 Plano Petros Sistema Petrobras

Fundo Previdencial – outros: Constituição: parte do patrimônio para cobertura do impacto atuarial da revisão dos benefícios para contemplar os níveis concedidos nos Acordos Coletivos de Trabalho da Petrobras em 2004, 2005 e 2006; Reversão: transferência para a rubrica Provisões Matemáticas Benefícios Concedidos, quando da revisão do benefício.

No encerramento do exercício de 2015 houve a incorporação dos níveis concedidos nos Acordos Coletivos de Trabalho da Petrobras em 2004, 2005 e 2006 aos benefícios dos aposentados e pensionistas do Plano. Em função disso, o Fundo Previdencial constituído para esta finalidade foi integralmente revertido ao patrimônio do plano.

1.2.11.2 Plano Petros 2

Fundo Previdencial – Conta Coletiva Especial: Constituição: contribuições especiais das patrocinadoras e respectivas rentabilidades; Reversão: transferência do montante de contribuições especiais devido aos participantes que obtiverem reconhecimento de tempo de atividade especial pela Previdência Social.

1.2.11.3 Planos: Repsol, Cachoeira Dourada, EldoradoPrev, ALESAT, IBPprev Associados, FIEPEprev, PTAPrev, PrevFIEPA, PrevFIEA, GasPrev, PETRO-RG, Líquigás, TERMOprev e TAPMEPrev

Fundo Previdencial – Constituição: saldos remanescentes de resgate e respectivas rentabilidades; Reversão: valores transferidos ao plano conforme definido pela patrocinadora.

1.2.11.4 Plano Misto Sanasa

Fundo Previdencial – serviço passado – Constituição: contribuições especiais da patrocinadora destinadas a garantir o montante equivalente ao serviço passado e respectivas rentabilidades; Reversão: transferências de montante equivalente ao serviço passado devido aos participantes Fundadores (empregados da Patrocinadora que se inscreveram no Plano no prazo de 60 dias da data de início da vigência do Plano) que se aposentam.

Fundo Previdencial – benefício de risco – Constituição: contribuições de risco e respectivas rentabilidades; Reversão: utilização de valores referentes às suplementações de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez.

1.2.11.5 Plano Petros Nitriflex/Lanxess

Nos primeiros meses de 2015, foi necessária a utilização de recursos do Fundo Previdencial para recomposição da Reserva de Contingência ao patamar de 25% das provisões matemáticas, conforme previsto na legislação. Essa utilização levou ao consumo integral do Fundo Previdencial em março de 2015, exigindo imediata suspensão da destinação do resultado superavitário, com retorno da cobrança das contribuições de patrocinadoras, participantes e assistidos a partir da competência de março de 2015.

1.2.11.6 Plano SulgasPrev

Fundo Previdencial – outros – reversão de saldo por exigência regulamentar/fundos de valores remanescentes – Constituição: saldos remanescentes de resgate e respectivas rentabilidades; Reversão: valores transferidos ao plano conforme definido pela patrocinadora, observada a ordem de prioridade.

Fundo Previdencial – outros – benefício de risco – Constituição: contribuições de risco e, se for o caso, de valor transferido do fundo de valores remanescentes, acrescidos das respectivas rentabilidades; Reversão: utilização de valores referentes às rendas de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez e ao valor do pecúlio por morte.

1.2.12 Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas de investimentos, a depreciação dos imóveis, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos previdenciais estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

2 DISPONÍVEL

DISPONÍVEL	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
PGA – Caixa	4	5
Bancos	5.272	5.205
TOTAL	5.276	5.210

3 REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Valores a receber referentes aos planos de benefícios administrados pela Petros.

	NOTA	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Recursos a Receber		12.038.303	9.643.973
Contribuições Normais	3.1	140.430	138.652
Contribuições Contratadas	3.2	11.896.736	9.167.671
Outros Recursos a Receber		1.137	337.650
Patrocinadoras Liquidadas	3.3	666.875	566.880
(-) Provisão para perdas	3.3	(666.875)	(566.880)
Saldo Insuficiente – Retirada de Patrocínio*		-	1.245
Demais Rubricas	3.4	1.137	336.405
Adiantamentos	3.5	11.220	8.185
Resultados a Realizar	3.6	550.114	552.828
Depósitos Judiciais/Recursais	3.7	2.844.331	1.957.429
Outros Realizáveis		193.724	119.677
TOTAL		15.637.692	12.282.092

* Refere-se ao Plano Petros Copesul

3.1 Contribuições em atraso Plano TAPMEPrev

Em dezembro de 2014 foi registrado o montante de R\$ 5.636 nas contribuições em atraso, relativo ao débito da patrocinadora referente às contribuições extraordinárias, que atualizado pelo INPC alcançou em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 8.116. Tendo em vista o estágio do processo de negociação em curso, em dezembro de 2015 foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa em 100% do montante.

3.2 Contribuições contratadas

Em 23 de outubro de 2008, as patrocinadoras do Plano Petros Sistema Petrobras, assinaram três Termos de Compromisso Financeiro (TCF) em consequência à homologação de transação judicial, relativa ao plano de pensão, como o previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas – AOR firmado pelas patrocinadoras e entidades sindicais. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamentos de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado.

Os objetos dos referidos termos estão identificados da seguinte forma:

- **Termo de compromisso financeiro pré-70:** compromisso atuarial com o Grupo Pré-70, no valor de R\$ 1.463.862, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente à diferença resultante da revisão

atuária dos compromissos com esse grupo específico, com base na Tábua de Mortalidade AT-2000, na Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-49 e na Tábua de entrada em invalidez Zimmermann ajustada, tábuas diversas daquelas utilizadas quando da liquidação dessa rubrica no ano de 2001;

- **Termo de compromisso financeiro diferença de pensão:** compromisso atuarial com as pensões, no valor de R\$ 682.463, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente à diferença resultante da revisão dos critérios de cálculo das pensões dos participantes, assistidos e pensionistas, que repactuaram;

- **Termo de compromisso financeiro FAT-FC:** compromisso financeiro com o FAT-FC, no valor de R\$ 2.619.827, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente ao impacto causado no passivo do Plano Petros pela introdução desses fatores para correção dos benefícios.

As tabelas a seguir apresentam, em 31 de dezembro de 2015, os valores do realizável (Conta contábil 1.2.1.1.04.99) e do resultado (Conta contábil 3.1.3.9) das contribuições contratadas com as patrocinadoras do Plano Petros Sistema Petrobras, já devidamente atualizado e deduzido dos valores recebidos, conforme definido nos referidos instrumentos contratuais:

EVOLUÇÃO DO REALIZÁVEL PREVIDENCIAL – OUTRAS CONTRATAÇÕES COM PATROCINADORES

TERMOS DE COMPROMISSOS	31 DE DEZEMBRO DE 2014	RECEBIMENTOS	ATUALIZAÇÃO 2015	AVALIAÇÃO ATUARIAL	31 DE DEZEMBRO DE 2015
Pré-70	5.028.271	(277.141)	145.007	1.829.603	6.725.740
Petrobras	5.028.271	(277.141)	145.007	1.829.603	6.725.740
FAT_FC	2.317.078	(145.019)	389.929	-	2.561.988
Petrobras	2.110.377	(132.082)	355.145	-	2.333.440
BR	206.701	(12.937)	34.784	-	228.548
Diferença de Pensão	1.822.322	(128.350)	573.534	341.502	2.609.008
Petrobras	1.731.092	(121.937)	545.056	305.501	2.459.712
BR	90.185	(6.351)	28.360	31.433	143.627
Petros	1.045	(62)	118	4.568	5.669
TOTAL	9.167.671	(550.510)	1.108.470	2.171.105	11.896.736

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DOS TERMOS DE COMPROMISSO FINANCEIRO

TERMOS DE COMPROMISSO	ATUALIZAÇÃO 2015	IMPACTO ATUARIAL	ACUMULADO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015
Pré-70	145.007	1.829.603	1.974.610
Petrobras	145.007	1.829.603	1.974.610
FAT_FC (1)	389.929	-	389.929
Petrobras	355.145	-	355.145
BR	34.784	-	34.784
Diferença de Pensão	573.534	341.502	915.036
Petrobras	545.056	305.501	850.557
BR	28.360	31.433	59.793
Petros	118	4.568	4.686
TOTAL DOS COMPROMISSOS	1.108.470	2.171.105	3.279.575

Os compromissos são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) *pro-rata die*, acrescido de juros de 6% (seis por cento). No caso do "Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão" e do "Termo de Compromisso Financeiro Pré 70", cujos objetos têm natureza atuarial, no último dia de cada exercício os compromissos neles previstos sofrerão um ajuste atuarial, realizado de acordo com os regimes financeiros, métodos de financiamento, hipóteses atuariais e demais procedimentos técnicos adotados para as avaliações atuariais do Plano Petros Sistema Petrobras, de forma a refletir efetivamente a natureza atuarial do compromisso contratado.

Em dezembro de 2014, foram registrados os impactos no Patrimônio de Cobertura nos Termos de Dívida, decorrentes da concessão de níveis aos Participantes do Plano Petros Sistema Petrobras (Nota 15), conforme demonstrado abaixo.

	FUNDO PREVIDENCIAL	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	TOTAL
PRÉ-70	996.221	301.191	1.297.412
DIF. PENSÃO	132.090	25.457	157.547
TOTAL	1.128.311	326.648	1.454.958

No encerramento do exercício de 2015 houve a incorporação dos níveis concedidos nos Acordos Coletivos de Trabalho da Petrobras em 2004, 2005 e 2006 aos benefícios dos aposentados e pensionistas do Plano. Em função disso, o Fundo Previdencial constituído para esta finalidade foi integralmente revertido ao patrimônio do plano.

3.3 Créditos a receber de patrocinadoras liquidadas

Os créditos a receber de patrocinadoras liquidadas (Petrobras Mineração S.A – PETROMISA e Petrobras Comércio Internacional S.A – INTERBRAS), no montante de R\$ 666.875 (R\$ 566.880 em 31 de dezembro de 2014) são objeto de ação judicial contra a União Federal e estão totalmente provisionados.

Trata-se de ações propostas visando o recebimento das contribuições de retirada de Patrocínio devidas pela União Federal em razão da liquidação da PETROMISA da INTERBRAS, determinada pela Lei nº 8.029/90.

Proferidas as sentenças, a União Federal foi condenada a pagar à PETROS:

- (i) A importância de R\$ 9.120, corrigida monetariamente a partir de 31 de dezembro de 1997 até o efetivo pagamento, acrescida de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano a contar da data da citação, mais custas, taxas, despesas e honorários periciais, além de honorários advocatícios, referentes à extinção da PETROMISA (Processo nº 98.0004377-2 que tramita na 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro);

- (ii) A importância de R\$ 84.261, corrigida monetariamente a partir de 31 de dezembro de 1997 até o efetivo pagamento, acrescida de juros de

mora de 6% (seis por cento) ao ano a contar da data da citação, mais custas, taxas, despesas e honorários periciais, além de honorários advocatícios, referentes à extinção da INTERBRAS (Processo nº 98.0004378-0 que tramita na 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro).

Após a interposição dos recursos, os acórdãos mantiveram as sentenças de procedência do pleito, ensejando a oposição de embargos declaratórios. No caso da Interbras os embargos da União Federal foram rejeitados, ensejando a interposição de recurso especial ainda não apreciado. Na ação da Petromisa os embargos também não foram acolhidos, ensejando a oposição de embargos infringentes pela Petros e devidamente admitidos pelo Desembargador Federal competente, que atualmente está com vistas ao Ministério Público, para o oferecimento de parecer.

3.4 Demais rubricas

Até dezembro de 2014 esta rubrica contemplava basicamente a insuficiência patrimonial atualizada do Plano Petros Copesul, em março de 2015, a patrocinadora aportou o montante de R\$ 358.563 para quitação da dívida.

3.5 Adiantamentos

Esta rubrica contempla basicamente adiantamento de benefícios de renda continuada.

3.6 Resultados a realizar

O saldo está composto da seguinte forma:

TIPO DE TÍTULO	EMISSOR	VENC.	31 DE DEZEMBRO DE 2015			31 DE DEZEMBRO DE 2014		
			VALOR CONTÁBIL	FLUXO DESCONTADO	DIFERENÇA	VALOR CONTÁBIL	FLUXO DESCONTADO	DIFERENÇA
Letras Hipotecárias	CEF	15/02/21	15.014	18.337	3.323	13.519	17.097	3.578
NTN-C	Tesouro Nacional	01/04/21	730.769	907.504	176.735	641.313	828.594	187.281
NTN-C	Tesouro Nacional	01/01/31	826.150	1.196.206	370.056	749.370	1.111.339	361.969
TOTAL			1.571.933	2.122.047	550.114	1.404.202	1.957.030	552.828

3.7 Depósitos Judiciais/Recursais

O quadro a seguir apresenta os depósitos judiciais/recursais vinculados a demandas judiciais em que a entidade figura em polo passivo.

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Gestão Previdencial	2.844.331	1.957.429
Plano Petros Sistema Petrobras	2.604.623	1.740.695
Plano Petros – Empresas Privatizadas	237.675	215.375
Plano Petros Copesul	148.746	142.159
Plano Petros Ultrafértil	67.379	54.928
Plano Petros Lanxess	12.080	11.365
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	627	609
Plano Petros Braskem	8.789	6.273
Plano Petros PQU	54	41
Contribuição Definida/Variável	2.033	1.359
Plano Petros 2	1.134	1.119
Plano TAPMEPrev	347	207
Outros	552	33
Gestão Administrativa (Nota 4)	9.986	11.026
TOTAL DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS	2.854.317	1.968.455

4 REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Apresenta-se na tabela a seguir a composição do realizável da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Contas a Receber	27.303	8.281
Contribuição para custeio	683	30
Responsabilidade de Empregados	4.1	8.443
Responsabilidade de Terceiros	284	251
Outros Recursos a Receber	4.2	17.893
Despesas Antecipadas	855	713
Depósitos Judiciais e Recursais	3.7	9.986
Tributos a Compensar	3	3
Outros Realizáveis	324	200
TOTAL	38.471	20.223

4.1 Refere-se aos valores de adiantamentos de 13º salário, férias, viagens e salários aos empregados.

4.2 Refere-se a gastos com a repactuação do Plano Petros Sistema Petrobras, ainda em discussão junto a patrocinadora.

5 INVESTIMENTOS

5.1 Composição da carteira de investimentos – Consolidado

Todos os títulos e valores mobiliários assim como cotas de fundos de investimentos estão 100% sob custódia do Banco Bradesco S.A

INVESTIMENTOS		31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
TÍTULOS PÚBLICOS		20.838.884	17.099.293
Títulos Públicos Federais		20.404.587	16.451.535
Notas do Tesouro Nacional		20.404.587	16.451.535
Títulos Públicos Estaduais		434.297	647.758
Valores a receber (LFT Santa Catarina)		434.297	647.758
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	5.1.2	867.890	1.268.407
Instituições Financeiras		39.453	580.182
Letras Hipotecárias		15.014	13.519
Cédula de Crédito Bancário – CCB		24.439	44.534
Letras Financeiras ¹		-	522.129
Companhias Abertas		440.297	172.827
Debêntures não-Convertíveis		440.297	121.279
Cédula de Crédito Bancário – CCB		-	42.106
Certificados Recebimentos Imobiliários		-	9.442
Companhias Fechadas		276.785	404.667
Debêntures não-Convertíveis		165.092	157.217
Cédula de Crédito Bancário – CCB		-	15.593
Cédulas de Crédito Imobiliário		78.493	200.371
Certificados Recebimentos Imobiliários		33.200	31.486
Sociedades de Propósito Específico		111.355	110.731
Debêntures não-Convertíveis		111.355	110.731
AÇÕES	5.1.3	14.553.401	19.345.295
Instituições Financeiras		304.390	264.969
Companhias Abertas		13.588.653	18.115.405
A Vista		13.588.653	18.115.405
Sociedades de Propósito Específico		660.358	964.921
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	5.1.4	20.049.350	23.869.664
Renda Fixa		2.114.005	786.302
Ações		4.943.553	6.191.762
Multimercado		8.509.539	11.741.697
Direito Creditórios		108.277	146.809
Empresas Emergentes		39.369	58.068
Participações		3.878.454	4.267.453
Imobiliário		456.153	677.573
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	5.1.6	4.792.351	4.347.496
Terrenos		24.660	24.000
Imóveis em Construção		1.021.545	1.014.863
Aluguéis e Renda		3.744.657	3.308.633
Locadas a Patrocinador(es)		529.249	511.119
Locadas a Terceiros		2.843.551	2.375.469
Rendas de Participações		371.857	422.045
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários		1.489	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.4	2.526.295	2.242.417
Empréstimos		2.526.295	2.242.417
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS ²		20.926	-
TOTAL DO REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS		63.649.097	68.172.572

¹ Letras Financeiras resgatadas em 31 de agosto de 2015.

² Depósito judicial efetuado em 9 de dezembro de 2015, relativo ao processo 0045128-36.2003.8.19.0001 – Ação Opportunity (Nota 8.3.1)

5.1.1 Títulos de renda fixa mantidos até o vencimento e para negociação

A classificação da carteira de títulos de renda fixa em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode ser assim demonstrada:

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Título mantidos até o vencimento	6.222.642	3.614.861
Títulos do Governo Federal (1)	4.920.455	1.698.696
Notas do Tesouro Nacional (1.1)	4.920.455	1.698.696
Títulos Privados	867.890	1.268.407
Cédula de Crédito Bancário – CCB	24.439	102.233
Cédulas de Crédito Imobiliário – CCI	78.493	200.373
Certificado de Recebíveis Imobiliário – CRI	33.200	40.928
Debêntures não-Convertíveis	716.744	389.225
Letras Financeiras ¹	-	522.129
Letras Hipotecárias	15.014	13.519
Títulos Públicos Estaduais	434.297	647.758
LFT – Santa Catarina (4)	434.297	647.758
Títulos para Negociação	26.215.953	27.427.647
Títulos do Governo Federal	15.484.132	14.752.839
Notas do Tesouro Nacional (1.2)	15.484.132	14.752.839
Aplicações em cotas de fundos de investimento	10.731.821	12.674.808
Fundos de Investimento Renda Fixa	2.114.005	786.302
Fundos de Investimentos Direitos Creditórios	108.277	146.809
Fundos de Investimentos de Multimercado	8.509.539	11.741.697
TOTAL	32.438.595	31.042.508

¹ Resgate em 31 de agosto de 2015.

(1) A administração da Fundação manifesta a intenção de manter estes títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos. Anualmente são elaborados estudos gerenciais internos com *software* de “gestão de ativos e passivos” (ALM), que

simulam cenários confrontando os fluxos esperados de receitas (financeiras e previdenciais) e de despesas previdenciais, com as necessidades de liquidez dos planos administrados pela PETROS, no curto, médio e longo prazos:

TÍTULOS ATÉ O VENCIMENTO

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
(1.1) Vencimentos		
01/04/2021	730.769	641.313
01/01/2031	826.150	749.370
15/05/2017	343.266	308.013
15/08/2018	181.331	-
15/05/2019	328.017	-
15/08/2020	109.535	-
15/08/2022	319.730	-
15/05/2023	330.094	-
15/08/2024	234.997	-
15/08/2030	249.536	-
15/05/2035	296.768	-
15/08/2040	240.512	-
15/05/2045	241.206	-
15/08/2050	248.574	-
15/05/2055	239.970	-
	4.920.455	1.698.696

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
(1.2) Vencimentos		
15/05/2015	-	73.361
15/08/2016	368.407	-
01/01/2017	100.015	100.104
15/05/2017	653.890	267.093
15/08/2018	333.214	178.562
15/05/2019	472.950	289.049
15/08/2020	801.767	754.747
15/08/2022	610.673	586.736
15/08/2024	1.865.123	1.816.752
15/08/2040	2.291.477	2.359.400
15/05/2045	3.817.493	3.994.825
15/08/2050	4.169.123	4.332.210
	15.484.132	14.752.839
TOTAL	20.404.587	16.451.535

(2) As Cédulas de Crédito Bancário – CCB's, no total de R\$ 843.954 dentro dos fundos de investimentos exclusivos estão classificadas como “títulos mantidos até o vencimento”;

(3) Na nota 5.5.1 está apresentada a carteira de fundos de investimentos multimercado por plano.

(4) Letras de Santa Catarina – decorre de processo judicial impetrado pela Petros. A decisão favorável à Petros ocorreu em 2010, com trânsito em julgado. Em 08.03.2012 foi emitido o precatório 500120011226 no valor de R\$ 288.158 que atualizado para 31 de dezembro de 2015 totaliza R\$ 434.297.

5.1.2 Créditos Privados e Depósitos

Abaixo o detalhamento da carteira de créditos privados e depósitos.

CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Debêntures	716.744	389.225
Vale S.A – A6	15.964	40.446
Vale S.A – B6	6.889	17.456
Termobahia S.A(a)	75.765	73.779
Lojas Americanas S.A	49.591	44.872
Hopi Hari S.A	2.284	2.114
Raizen Engenharia S.A	84.467	76.375
BR Towers S.A	78.340	74.361
Termo Pernambuco S.A	35.590	32.174
Santo Antônio Energia S.A 1	12.823	11.641
Santo Antônio Energia S.A 2	5.702	5.178
Galileo Gestora de Recebíveis SPE S.A	-	4.768
Inepar S.A Indústria e Construções	-	6.061
Invepar	349.329	-
Certificados de Crédito Bancário – CCB	24.439	102.233
CASAN – Cia Catarinense de Água e Saneamento	-	40.241
Eletrossom S.A	-	18.492
Firenze Energética S.A	24.439	32.974
Inepar S.A Indústria e Construções	-	10.526
Certificados de Crédito Imobiliário – CCI	78.493	200.371
SPE Adelco Administradora de Imóveis Ltda 1	-	21.711
SPE Adelco Administradora de Imóveis Ltda 2	-	21.711
Buriti	-	27.703
Thá Realty Empreendimentos Imobiliários S.A	67.822	89.147
UNIESP – União das Inst. Educ. do Estado de São Paulo Ltda	4.357	20.151
SPE REX Administradora Ltda	6.314	7.298
RBP Administração de Bens e Participação Societária Ltda 1	-	6.325
RBP Administração de Bens e Participação Societária Ltda 2	-	6.325
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	33.200	40.928
Habitasec Securitizadora S.A	33.200	31.486
Cia Brasileira de Securitização S.A – Cibrasec	-	9.442
Letras Financeiras	-	522.129
Banco Bradesco S.A (b)	-	522.129
Letras Hipotecárias	15.014	13.519
Caixa Econômica Federal	15.014	13.519
TOTAL	867.890	1.268.407

(a) Empresa controlada pela patrocinadora do Plano Petros Sistema Petrobras.

(b) Resgate em 31 de agosto de 2015.

5.1.3 Carteira de Ações

Detalhamento da carteira de ações.

AÇÕES	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Mercado à Vista	14.487.597	19.315.552
Alpargatas PN	32.011	32.595
Abev	-	703
Bradesco PN	49.677	38.846
Braskem ON	30.453	20.672
Fras-Le ON	40.256	43.434
Gerdau PN	18.997	39.138
Itaú Unibanco PN EB	130.359	140.195
Paranapanema ON	82.944	93.124
All Amer Lat ON	-	127.695

AÇÕES	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
BR Propert ON	263.254	320.470
CCR SA ON	30.239	37.130
Cielo ON	36.079	37.298
Coelce PNA	107.023	117.577
Dasa ON	342.538	377.810
Direito de Subscrição	604	-
Estacio Part ON	-	94.989
Itausa ON	2.748.723	3.422.776
JBS ON	460.947	944.792
Klabin S/A UNT	-	107.422
Kroton ON	-	36.504
Locamerica ON	-	7.748
Lojas Renner ON	-	13.153
Marcopolo PN	154.089	277.359
OI ON	6.967	7.191
OI PN	-	14.182
P. Açúcar – CBD PN	-	72.986
Petrobras ON	256.494	287.022
Petrobras PN	226.481	424.373
Suzano PAPELP NA	69.273	41.697
Telebras PN	15	27
Telef Brasil PN	108	53.850
Termobahia ON	1.186	1.186
Tupy ON	38.289	36.549
Contax UNT	688	21.019
Fiago ON	55	116
IVPR ON	5.1.5	785.798
IVPR PN	5.1.5	1.571.598
IVTL ON	34	34
LTEL ON	9	12
LTEL PNA	17	24
NEWT ON	2.834	2.834
NTEN ON	5.1.5	660.358
Recibo Teles PN	7.602	7.602
Telemar Part ON	-	58.661
BB Seguridade ON	94.464	36.341
BR Pharma BNS ORD	36	327
BR Pharma ON	3.595	94.045
Brasil ON	-	48.805
CPFL Energia ON	27.569	32.541
Iguatemi ON	340.788	443.331
INDS Romi ON	12.138	20.136
Log-in ON	14.200	39.900
Lupatech ON	160	2.698
Totvs ON	497.794	561.483
V-AGRO ON	847	3.261
BRF AS ON	5.238.031	6.910.741
Par Corretora ON	2.904	-
Rumo ON	59.464	-
Vale ON	-	1.316
Vale PNA	-	1.314
Localiza	39.608	-
Proventos	65.804	29.565
A Receber	65.804	29.565
Valores a Pagar/Receber	-	178
Valores a Pagar/Receber	-	178
TOTAL	14.553.401	19.345.295

5.1.4 Fundos de Investimentos

FUNDOS DE INVESTIMENTOS		31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Renda Fixa		2.114.005	786.302
Liquidez *		2.037.531	719.010
Cronos *		74.882	65.988
Sinergia		1.592	1.304
Ações		4.943.553	6.191.762
IP Seleção *		439.998	461.700
Excelencia		21.846	25.786
VBI *		239.043	304.344
Claritas V		-	290.048
Quest Atlant *		452.600	508.043
Gera Futuro *		527.896	376.047
Equitas		-	149.007
Ativa III *	5.1.5	2.588.844	3.462.126
FIA Leblon		7.216	6.401
FIA Energ SP		518.112	608.260
FIA BR Plura *		147.196	-
Valor a Receber		802	-
Multimercado		8.509.539	11.741.697
Moderado *		5.921.573	7.408.825
Salema *		532.488	1.843.984
BB Global		-	83.725
Pegaso *		25.691	25.128
FIM Libra *		140.381	103.178
FIM Jupiter *		74.203	50.391
FIC Credito Privado *	(a)	1.815.203	2.226.467
Direitos Creditórios		108.277	146.809
GP Aetatis		3.170	3.941
Multiset BVA		1.382	2.053
Trendbank		693	790
Mult BVA II		1.107	1.313
Mult BVA III		795	1.548
Emp Sifra 2		-	12.800
Mult Italia		16.008	11.947
FIDC Vinci		22.098	18.702
Saneago		-	25.925
Libra		9.198	7.705
Lavouro		8.296	11.988
Sulinvest		15.315	13.171
Vale		12.653	11.098
Exodus III		12.594	19.601
Valor		4.968	4.227
Empresas Emergentes		39.369	58.068
CRP Venture		4.402	5.669
Investech II		1.362	3.473
Stratus GC		1.286	6.989
Fipac		4.642	6.523

FUNDOS DE INVESTIMENTOS		31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Empreendedor		16.563	16.574
Jardim Bota		6.997	10.514
Fundotec II		4.117	8.326
Participações		3.878.454	4.267.453
BR Energia		315.639	309.778
FIP PET Gas		14.118	14.254
Infra BR FDS		-	41.705
Log Brasil		66.674	89.807
Energia PCH		149.391	150.027
INV INST II		2.358	2.609
FIP AG Angra		175.488	174.116
Infra BR FDA		230.061	216.213
BR Oleo GAS		16.059	30.450
FIP BNY GTD		1.964	3.835
FIP MAG		4.786	2.816
Terra		8.243	67.623
FIP BRZ ALL		-	41.140
INV INST III		21.215	21.153
Mezanino		35.219	29.262
FIP Caixa AM		57.380	100.670
BR Gov Corp		91.838	94.021
Global Equit		147.482	175.621
BR Educação		-	36.954
Multiner	5.1.5	308.272	308.694
FIP Florestal	5.1.5	1.559.616	383.953
FIP Agronego		121.558	91.058
CRP VII		26.395	29.922
BR Sustentab		22.079	22.087
Modal O&G		48.862	70.411
FIP Enseada		-	3.849
FIP Sondas	5.1.5	61	1.392.977
Brasil Petro		33.377	21.965
FIP Riviera		47.467	26.776
FIP Bioenerg		163.928	134.141
FIP CX Barcelona	5.1.5	97.121	72.285
FIPAC 2		7.379	152
Fipintlo		594	1.768
FIP Polo II		-	388
Valor a Receber		103.830	104.973
Imobiliário		456.153	677.573
ABC Plaza		105.606	108.303
Panamby		40.896	38.199
Square		23.699	20.403
RB Capital *		284.501	508.895
Logística I *		1.451	1.773
Valores a pagar			
TOTAL		20.049.350	23.869.664

* Fundos de investimentos exclusivos

(a) O valor da cota do FIC Crédito Privado ("Fundo") em 31 de dezembro de 2015, inclui a provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa que indiretamente integram as carteiras de crédito do FIC Crédito Privado (Fundo de Aplicação em Cotas de Fundos) que concentra os investimentos em recuperação de crédito, distribuídos em três Fundos de

Investimentos, conforme abaixo demonstrado. Os créditos abaixo relacionados estão 100% provisionados nas carteiras de cada um dos fundos em 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, o Fundo apresenta em sua carteira CCBs da New Energy (empresa ligada ao Grupo Multiner) no valor de R\$ 157.558, para os quais não há provisão constituída.

	DATA DA PROVISÃO	31 DE DEZEMBRO DE 2015
BRASIL PLURAL RECUPERAÇÃO DE CREDITO PETROS FIM CP		103.615
CCB Alutech (006267)	mar/09	7.570
CCB Bemex (006267)	fev/09	2.512
CCB Ligas Gerais (006267)	ago/09	8.912
CCB Logistic (006267)	abr/09	3.322
CCB Milano (006267)	ago/10	3.301
CCB Fiorest (incorporação 008158 Supremacia)	jan/13	13.504
CCB Massa AL (incorporação 007916 Hegemonia)	dez/12	4.720
CCB Resul S.A	abr/09	25.546
CCB Clima Termoacustica (006629)	mar/09	1.133
CCB Canguru (007919)	abr/13	1.406
CCB Arantes (007140)	mar/09	11.615
CCB Esbra (007140)	mar/09	8.746
CCB Independência (007140)	mar/09	11.328
CANVAS RECUPERAÇÃO DE CREDITO PETROS FIM CREDITO PRIVADO		240.374
CCB Barão (006267)	jul/10	837
CCB Cerâmica (006267)	jun/10	81
CCB Guilherme (006267)	jun/10	7.357
CCB Julian Marcuir (006267)	jun/09	10.955
CCB Muriel (006267)	jul/09	9.850
CCB Papelsud (006267)	mai/09	9.055
CCB PND (006267)	mar/10	654
CCB Anapolis (UTE DAIA)	out/09	38.070
CCB CebeL C. Elétricas Belém S/A	abr/09	62.488
CCB Nilpel (incorporação 007916 Hegemonia)	jan/13	12.300
CCB Pro Saúde (incorporação 006582 Vitória)	mar/11	10.830
CCB Pro Saúde - SAMCIL	mar/11	32.499
CCB Camaqua (006629)	set/11	1.339
CCB Flashbel (006629)	nov/09	5.625
CCB SAMCIL_Pro Saúde	set/11	8.091
CCCB Pine Somopar	out/12	14.359
CCCB Pine Univen	jul/12	15.984
POLO RECUPERAÇÃO DE CREDITO PETROS FIM CREDITO PRIVADO		152.546
CCB Zoomp (006267)	fev/09	13.182
CCB Ind Metais do Vale	dez/07	23.014
CCB Secred	set/11	33.417
CCB SIFCO S.A (incorporação 007916 Hegemonia)	jan/13	2.434
CCB TEIX (incorporação 008158 Supremacia)	dez/12	9.920
CCB IND PAGE (006629)	jun/12	924
CCB Moradia (006629)	jan/12	5.428
CCB Inepar (007918)	mar/13	10.404
CCB MTP (007918)	jul/13	12
CCCB Paulista (007918)	jun/14	344
CCI Habitare - 008161	jan/14	12.769
CCI IM_Castro -008161	out/13	11.261
CRI RB Capital	out/12	15.275
CRI RB Capital Confiança Seguros	out/14	14.162
TOTAL		496.535

(b) As carteiras de crédito dos Fundos de Direitos Creditórios (FIDCs) abaixo descritos, contemplam provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa pelos valores abaixo, os quais impactaram o valor das cotas dos respectivos fundos em 31 de dezembro de 2015.

	31 DE DEZEMBRO DE 2015
FIDC BVA I	5.398
FIDC BVA II	14.262
FIDC BVA III	33.500
FIDC Itália	29.395
FIDC Trendbank	30.990
TOTAL	113.545

5.1.5 Ações e Fundos de Investimentos sem cotação em Mercado Ativo

A tabela a seguir apresenta a precificação adotada para os ativos sem cotação em mercado ativo.

	31 DE DEZEMBRO DE 2015				2014	EMPRESA AVALIADORA	DATA DO LAUDO	MODELO DE PRECIFICAÇÃO
	VALOR CONTÁBIL	AQUISIÇÕES	IMPACTO NO RESULTADO					
			VALOR	%	VALOR CONTÁBIL			
Ações								
Fiago ON	55	-	(61)	-53%	116			Valor Patrimonial
Invitel Legacy ON	34	-	-	0%	34			Valor Patrimonial
Litel ON/PNA	26	-	(10)	-28%	36	Brasil Plural	dez/14	Fluxo de caixa descontado
Newtel ON	2.834	-	-	0%	2834			Valor Patrimonial
Invepar ON (i)	785.798	-	(145.400)	-16%	931.198	Thoreos	dez/15	Fluxo de caixa descontado
Invepar PN (i)	1.571.598	-	(290.798)	-16%	1.862.396	Thoreos	dez/15	Fluxo de caixa descontado
Norte Energia ON (ii)	660.358	163.499	(468.062)	-49%	964.921	Thoreos	dez/15	Fluxo de caixa descontado
Telemar ON	-	-	(58.661)	-100%	58.661			Última negociação
Termobahia ON	1.186	-	-	0%	1.186			Custo de Aquisição
TOTAL	3.021.889	163.499	(962.992)	-25%	3.821.382			
Fundos de investimentos								
FIA Carteira Ativa III (Litel) (iii)	2.588.844	-	(873.282)	-25%	3.462.126	Brasil Plural	dez/15	Fluxo de caixa descontado
FIP Florestal (iv)	1.559.616	-	1.175.663	306%	383.953	Deloitte	dez/15	Fluxo de caixa descontado
FIP Multiner (v)	308.272	-	(422)	0%	308.694	Deloitte	mai/11	Fluxo de caixa descontado
FIP Sondas (Sete Brasil) (vi)	61	315.756	(1.708.672)	-123%	1.392.977	Baker Tilly Brasil	mar/15	Fluxo de caixa descontado e avaliação de indícios de impairment
FIP Caixa Barcelona	97.121	-	24.836	34%	72.285	Thoreos	mar/15	Fluxo de caixa descontado
TOTAL	4.553.914	315.756	(1.381.877)	-25%	5.620.035			

(i) Invepar S.A

A Invepar é uma das principais empresas de concessões de infraestrutura de transportes do Brasil, com ativos rodoviários, aeroportuários e de mobilidade urbana.

Atualmente a empresa possui 9 concessões de rodovias com aproximadamente 1.964Km sob gestão nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, além do maior

projeto de infraestrutura urbana do Peru, na região metropolitana de Lima; o Aeroporto de Guarulhos (SP) que recebeu 39,5 milhões de passageiros em 2014; o Metrô do Rio de Janeiro que transportou 228,2 milhões de passageiros em 2014 e o VLT Carioca ainda em fase pré-operacional. Além disso, a Invepar possui outras três empresas: PEX S.A, empresa de cobrança automática de pedágio; a Metro Barra S.A, empresa responsável pela aquisição de material rodante e sistemas, que serão utilizados na linha 4 e, através da qual a INVEPAR, assinou contrato de opção de

compra das ações da Concessionária Rio Barra S.A (CRB), detentora dos direitos de construção e exploração do Metrô Barra (RJ), a ser exercido em 2016, após o cumprimento de condições precedentes; e PEX PERU SAC, empresa pré-operacional que prestará serviços de cobrança automática de pedágios na LAMSAC.

O valor em 31 de Dezembro de 2015 representa o resultado da avaliação da empresa, pelo método de fluxo de caixa descontado, contratada pela Petros, conforme Laudo de Avaliação emitido pela empresa Thoreos Consultoria Ltda em 17 de dezembro de 2015, gerando um impacto negativo no resultado de 2015 de R\$ 436.198 (16% do valor do ativo em 31 de dezembro de 2014)

Em 11 de novembro de 2015 a Petros adquiriu 33.400 Debentures não conversíveis emitidas pela Invepar, com vencimento para 15 de outubro de 2024 e taxa de IPCA + 11,9353% a.a., com investimentos de R\$ 338.048 que atualizados para 31 de dezembro de 2015 totaliza R\$ 349.129.

(ii) Norte Energia S.A (Belo Monte)

A Norte Energia S.A ("NESA") é uma sociedade de propósito específico, constituída por se sagrar vencedora do leilão ANEEL de 20 de abril de 2010 para conduzir todas as atividades necessárias à implementação, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Belo Monte ("UHE Belo Monte"), localizada no município de Vitória do Xingu (PA), e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

A UHE Belo Monte, construída no Rio Xingu e cuja concessão é válida até 2045, terá capacidade instalada de 11.233 MW e será, quando concluída, a maior hidrelétrica 100% brasileira e a quarta maior do mundo. Até dezembro de 2014 foram investidos mais de R\$ 21.000.000 (vinte e um bilhões de reais) em imobilizado e a previsão para o início da operação comercial da última máquina é janeiro de 2019.

A participação da PETROS na Norte Energia S.A (Belo Monte), foi avaliada, pelo método de fluxo de caixa descontado, conforme Laudo de Avaliação emitido pela empresa Thoreos Consultoria Ltda emitido em 23 de dezembro de 2015, gerando um impacto negativo no resultado do exercício de 2015 de R\$ 468.062 (49% do valor do investimento em 31 de dezembro de 2014)

Em março e maio de 2016, a administração da Entidade aprovou novos aportes à Companhia totalizando R\$ 105 milhões.

(iii) Litel Participações S.A (Carteira Ativa III FIA)

O Carteira Ativa III FIA investe em Litel, empresa sem liquidez, que por sua vez investe em Valepar, que é acionista da Vale.

O investimento no Carteira Ativa III Fundo de Investimento em Ações, foi impactado pela avaliação econômica da Litel Participações S.A, conforme laudo de avaliação, contratado pelo Administrador do FIA, elaborado pela empresa Brasil Plural. A avaliação foi realizada seguindo a metodologia de fluxo de caixa descontado para o acionista, com taxa de desconto compatível com o risco associado à operação da Vale S.A

Em 2015, conforme laudo de avaliação, emitido em 22 de dezembro de 2015 pela empresa Brasil Plural, com impacto negativo no resultado de R\$ 873.282 (25% em relação a posição consolidada de 31 de dezembro de 2014).

Conforme mencionado no parecer do Auditor independente do Fundo, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) emitido em 05 de abril de 2016, o "Fundo detinha investimento em ações da Litel Participações S.A ("Litel") no montante de R\$ 2.258 milhões, cujo valor foi apurado com base em laudo de avaliação econômico-financeira, elaborado por empresa especializada. Não obstante, observamos que o valor desse investimento apresentava-se a maior em aproximadamente R\$ 156 milhões, no que se refere ao método adotado para cálculo do prêmio de controle relativo à participação indireta da Litel na Vale S.A"

A divergência apontada pela PwC se reporta à metodologia utilizada pela auditoria que considera que o valor justo da companhia, calculado através do fluxo de caixa descontado, já com o prêmio de controle e portanto não seria adicionado qualquer spread às ações que fazem parte do bloco de controle da companhia.

(iv) Eldorado Brasil e Celulose S.A (FIP Florestal)

A **Eldorado** é uma empresa brasileira de celulose, com atuação global, que iniciou suas atividades em 2012. Localizada na cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, a **Empresa** possui uma das maiores fábricas de celulose do mundo e uma base florestal de 200 mil ha de área plantada própria de eucaliptos próxima ao seu complexo industrial.

Com investimentos de R\$ 6,2 bilhões, a atual linha de produção da fábrica garantiu a capacidade de produção instalada de 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano, podendo expandir para 1,7 milhão.

Além da atual linha, a **Empresa** começou em maio de 2015 a construção de uma nova linha de produção, com investimento total estimado de R\$ 9,5 bilhões, a qual é considerada a maior linha de produção de celulose do mundo, com 1,9 milhão de toneladas de capacidade inicial e 2,4 milhões de toneladas de capacidade total.

Em 2015, conforme laudo de avaliação, emitido em 11 de dezembro de 2015 pela Deloitte, com impacto positivo no resultado de R\$ 1.175.663 (306% em relação a posição de 31 de dezembro de 2014).

(v) Multiner S.A (FIP Multiner)

O Multiner Fundo de Investimento em Participações tem por objeto o investimento na Multiner S.A e na MESA Part. S.A, *holdings* responsáveis pelo desenvolvimento e operação de usinas de geração de energia elétrica, por meio de projetos de fontes diversificadas: usinas termelétricas (UTE Cristiano da Rocha – "RAESA"; UTE Pernambuco III; e UTE Palmeiras de Goiás) e usinas eólicas (UEE Alegria I e UEE Alegria II – New Energy Options – "NEO"). O portfólio de ativos possui capacidade instalada total de 614 MW de geração de energia elétrica, em operação, com contratos de venda de energia de longo prazo (PPA). O Multiner FIP detém 72,2% do capital total da Multiner e 0,01% da MESA Part. S.A

O valor registrado em 31 de dezembro de 2015, representa a avaliação realizada em maio de 2011 pela Deloitte, e até a data destas demonstrações contábeis não houve nova avaliação. Tal investimento é detido integralmente pelo Plano Petros Sistema Petrobras.

(vi) Sete Brasil S.A (FIP Sondas)

A Sete Brasil é uma empresa de propriedade compartilhada entre Petrobras (5%) e FIP SONDAS (95%), constituída de 29 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) com sede na Holanda, detentoras, de 1 (uma) sonda de perfuração de águas ultra profundas cada. Dessas, 28 possuem contrato de afretamento assinado com a Petrobras. As sondas se encontram em fase de construção, que é realizada por estaleiros em operação ou em fase de implementação de suas operações no território brasileiro. Além das 29 SPEs na Holanda, a Sete Brasil também é detentora de subsidiárias com sede no Brasil, Luxemburgo e Áustria.

No quadro a seguir demonstramos a evolução do investimento no ano de 2015:

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.392.977
Resultado da avaliação em março de 2015	(497.000)
Impacto da Provisão constituída pelo Administrador do FIP em outubro de 2015	(614.116)
Aquisições no ano	315.756
Provisão constituída pela Petros em dezembro de 2015	(597.556)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	61

O Saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 61 representa o valor do patrimônio líquido contábil (não auditado) do FIP Sondas de R\$ 597.617 deduzidos da provisão constituída pela Petros de R\$ 597.556, tendo em vista o atual estágio de renegociação das dívidas da empresa e com seus acionistas.

5.1.6 Investimentos Imobiliários

Carteira de imóveis e impacto da reavaliação de imóveis.

DESCRIÇÃO	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014	IMPACTO RESULTADO (REAVALIAÇÃO)	EMPRESA AVALIADORA	DATA DA AVALIAÇÃO	DATA DA CONTAB.
Terrenos	24.660	24.000	660			
Iguatemi Fortaleza T	24.660	24.000	660	B	09/05/15	out/15
Imóveis em Construção	1.021.545	1.014.863				
Conjunto Pituba – Ampliação	950.379	695.959				
Iguatemi Fortaleza – Expansão II	71.166	48.390				
Nova São Paulo Business & Life ¹	-	270.514				
Aluguéis e Rendas	3.744.657	3.308.633				
Locadas a Patrocinador (es)	529.249	511.119				
Conjunto Pituba	100.000	99.048	952	B	08/10/15	out/15
Edifício Ouro Negro Patroc	61.753	57.907	3.846	A	19/05/15	out/15
Edifício Paulista 500	29.800	30.188	(388)	A	30/01/15	jun/15
Horta Barbosa	281.105	261.173	19.932	A	19/05/15	out/15
Park Avenue	878	3.024	(15)	B	06/10/15	out/15
Paulista 500 – Unidades 91, 92, 93 e 94	14.900	15.094	(194)	A	30/01/15	jun/15
Porto Brasilis – 2º e 3º Andares	37.612	38.869	(868)	A	03/06/15	nov/15
Contas a Receber	3.201	5.816				
Locadas a Terceiros	2.843.551	2.375.469				
Business Park Jundiá-Itupeva	397.660	375.076	22.584	B	05/06/15	nov/15
Centro Comercial e Empresarial Jubran	103.988	90.104	13.884	B	29/05/15	jun/15
Centro Empresarial SP	52.671	51.230	1.441	A	30/01/15	jun/15
Centro Empresarial Varig	54.373	59.275	(4.902)	B	27/05/15	jun/15
Centro Empresarial Araguaia II	111.288	120.830	(9.542)	A	02/10/15	nov/15
Centro Século XXI	22.149	21.726	423	B	25/05/15	jun/15
Cond Indl Log Alfredo Braz	41.182	42.050	(868)	B	05/11/15	nov/15
Condomínio Centro Logístico Raposo	527.876	492.313	35.563	A	27/05/15	jun/15
Condomínio Empresarial Rodoanel	87.298	88.397	(1.099)	C	29/01/15	jun/15
Continental Square	79.625	78.254	1.371	A	30/01/15	jun/15
Ed. Petros-Loja	21.580	22.658	(1.078)	B	19/06/15	jun/15
Edifício Ouro Negro Terc.	37.004	34.700	2.305	A	19/05/15	out/15
Hiper Bompreco Bahia	52.860	38.778	14.082	C	30/01/15	jun/15
Hiper Bompreco Natal	65.119	68.283	(3.164)	A	08/10/15	out/15
Hiper Bon Marche	14.929	14.356	573	A	08/10/15	out/15
Hiper Casa Forte	85.842	79.572	6.270	A	08/10/15	out/15
Lavradio 162	129.426	137.470	(6.825)	B	20/08/15	dez/15
Monteiro Lobato	21.481	26.038	(4.557)	D	12/08/15	out/15
OAB	8.147	8.151	(4)	C	04/03/15	jun/15
Paulista 500	44.032	51.287	(7.256)	A	30/01/15	jun/15
Paulista 500 – Unidades 31, 32, 33 e 34	14.900	15.094	(194)	A	30/01/15	jun/15
Paulista 500 – Unidades 5, 52, 53 e 54	14.900	15.094	(194)	A	30/01/15	jun/15
Porto Brasilis	243.617	251.017	(7.400)	A	03/06/15	nov/15
Rio Office Park – 4	8.274	9.097	(823)	C	15/05/15	out/15
Rio Office Park 5	24.283	24.715	(432)	C	15/05/15	out/15
Sao Luiz (Torre IV)	124.902	119.930	4.972	A	30/01/15	jun/15
São Paulo Headquarters I ¹	393.558	0	122.972	A	15/06/15	jun/15
Tendtodo	38.120	18.700	19.420	C	21/01/15	jun/15
Contas a Receber	22.467	21.274				
Renda de Participações	371.858	422.045				
Iguatemi Fortaleza	142.970	159.096	(16.126)	B	09/05/15	out/15
Iguatemi Fortaleza Expansão	27.232	30.304	(3.072)	B	09/05/15	out/15
Shopping Del Rey	69.980	72.703	(2.723)	C	13/10/15	out/15
Shopping Vitória	81.451	103.566	(22.115)	D	06/08/15	out/15
Shopping Vitória-Exp	50.165	53.614	(3.449)	D	06/08/15	out/15
Contas a Receber	60	2.762				
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	1.489	-				
TOTAL	4.792.351	4.347.496	173.962			

¹ Conclusão da construção em 2015, sendo transferido para imóveis locados a terceiros, recebendo o nome de SÃO PAULO HEADQUARTERS I

Avaliadores: A – Camarade Consultores Associados S/A Ltda | B – FIDE Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda | C – GAIGA Engenharia e Consultoria Ltda | D – ANEXXA Engenharia Consultoria e Comércio Ltda

5.1.7 Provisões para créditos de liquidação duvidosa em investimentos

As provisões foram constituídas considerando a inadimplência dos emissores, de acordo com os critérios definidos na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

O total das provisões em 31 de dezembro de 2015 monta a R\$ 868.607 (R\$ 730.608 em 31 de dezembro de 2014), referente às aplicações que se encontram pendentes de decisão judicial com remota possibilidade de êxito em favor da PETROS, conforme demonstrado no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	DATA DE AQUISIÇÃO	DATA DE PROVISÃO	31 DE DEZEMBRO DE 2015		31 DE DEZEMBRO DE 2014	
			VALOR	PROVISÃO	VALOR	PROVISÃO
Debêntures			61.472	61.472	61.472	50.643
Cia. Nova América ¹	-	ago/98	8.148	8.148	8.148	8.148
Lojas Arapuã ²	-	set/99	5.433	5.433	5.433	5.433
Galileo SPE	ago/11	mar/14	19.073	19.073	19.073	14.305
Inepar	set/12	mai/14	24.243	24.243	24.243	18.182
Feniciapar (Recebíveis da Arapuã) ³	-	nov/03	4.575	4.575	4.575	4.575
Certificados de Recebíveis Imobiliários			83.844	83.844	85.603	76.161
Hospital Bahia e Boa Viagem Medical	nov/02 e dez/04	mar/09	66.719	66.719	66.719	66.719
Cibrasec	fev/12	abr/14	17.125	17.125	18.884	9.442
Cédula de Crédito Bancário			329.875	329.875	334.028	305.010
Allcred	set/09	nov/11	20.997	20.997	20.997	20.997
Celpa / Celpa SP	jul/09 e ago/11	jun/12	76.048	76.048	76.048	76.048
V55 Empreendimentos	jun/09	jun/13	48.194	48.194	48.194	48.194
Providax 2 Participações S.A	jul/12	out/13	53.278	53.278	53.278	53.278
Eletrosom S/A	dez/11	mar/14	32.831	32.831	36.984	18.492
Providax Participações S.A	jul/12	nov/12	56.421	56.421	56.421	56.421
Inepar	fev/11	mai/14	42.106	42.106	42.106	31.580
Certificado Cédula de Crédito Bancário			27.228	27.228	27.228	27.228
Semear	fev/10	dez/11	17.732	17.732	17.732	17.732
Santana Text	jul/10	dez/13	9.496	9.496	9.496	9.496
Cédula de Crédito Imobiliário			441.192	362.699	288.025	268.077
Laima Participações Ltda	jun/10	jul/12	34.916	34.916	34.916	34.916
SPE Administradora Rex Ltda	mai/12	jun/13	25.256	18.942	29.193	21.895
Phoenix	abr/12	ago/13	59.328	59.328	56.602	56.602
UNIESP	jan/12	mar/15	17.427	13.071	-	-
Poty	jul/11	set/13	38.936	38.936	37.974	37.974
Renno	jul/11	out/13	47.092	47.092	46.751	46.751
Atac Participação Agropecuária Ltda	out/10	out/12	57.289	57.289	57.289	57.289
RBP	jun/14	out/14	25.300	25.300	25.300	12.650
Adelco	mai/13	jan/15	45.217	45.217	-	-
Thá Realty	out/15	nov/15	90.431	22.608	-	-
Outros	-	ago/98	3.489	3.489	3.489	3.489
TOTAL			947.100	868.607	799.845	730.608

Observações:

- ¹ Ajuizada ação na 10ª Vara Cível visando a recuperação do crédito.
² Empresa em concordata desde junho de 1998. Debenturistas avaliam providências a serem tomadas.
³ Empresa em concordata, debêntures de recebíveis da Arapuã.

A Fundação constituiu Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa no segmento de imóveis para renda – Aluguéis, no valor de R\$ 9.161 (R\$ 7.146 em 31 de dezembro de 2014), e no segmento operações com participantes – empréstimos de R\$ 4.102 (R\$4.689 em 31 de dezembro de 2014):

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Investimentos Imobiliários	9.161	7.146
Locadas a Patrocinadoras	48	16
Locadas a Terceiros	9.113	7.130
Operações com Participantes	4.102	4.689
Planos de Benefício Definido	2.894	3.896
Planos de Contribuição Definida / Variável	1.208	793
TOTAL	13.263	11.835

5.2 Carteira de Investimentos de títulos de renda fixa e variável por Plano de Benefícios

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos investimentos em 31 de Dezembro de 2015 por Plano de Benefícios (colunas 1 a 11), com gestão não compartilhada e o conjunto de Planos CDs (coluna 12), sob gestão compartilhada.

	PLANO PETROS BRASKEM	PLANO PETROS COPESUL	PLANO PETROS LANXESS	PLANO PETROS NITRIFLEX/ LANXESS	PLANO PETROS PQA	PLANO PETROS 2	PLANO PETROS PQU	PLANO MISTO SANASA	PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS	PLANO TAPMEPREV ULTRAFÉRTIL	PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL	PLANOS CDS	TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	0	0	0	44.188	101.959	3.587.737	0	0	16.487.491	54.051	247.800	0	20.838.884
Nota do Tesouro Nacional C	0	0	0	71.487	10.610	29.656	108.661	0	1.277.596	0	58.909	0	1.556.919
Nota do Tesouro Nacional F	0	0	0	4.526	671	6.763	0	0	81.434	0	3.862	0	100.014
Notas do Tesouro Nacional B	0	0	0	219.646	29.937	3.442.379	0	0	14.776.394	54.051	167.928	0	18.747.654
VALORES A RECEBER (LFT-SC) (Nota 5.1.4)	0	0	0	19.999	2.970	2.9934	0	0	352.067	0	17.101	0	434.297
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPOSITOS	0	0	0	24.364	3.618	199.720	0	0	615.635	801	20.899	0	867.890
CÉDULAS CRÉDITO BANCÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	24.439	0	0	0	24.439
CÉDULAS CRÉDITOS IMOBILIÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	78.493	0	0	0	78.493
SPE REX (PHOENIX)	0	0	0	0	0	0	0	0	6.314	0	0	0	6.314
THÁ REALTY	0	0	0	0	0	0	0	0	67.822	0	0	0	67.822
UNIESP	0	0	0	0	0	0	0	0	4.357	0	0	0	4.357
CERTIFICADO REC. IMOBILIÁRIOS	0	0	0	0	0	33.200	0	0	0	0	0	0	33.200
HABITASEC	0	0	0	0	0	33.200	0	0	0	0	0	0	33.200
LETRAS HIPOTECÁRIAS	0	0	0	691	102	285	1.048	0	12.320	0	568	0	15.014
LH	0	0	0	691	102	285	1.048	0	12.320	0	568	0	15.014
DEBÊNTURES	0	0	0	23.673	3.516	165.472	0	0	500.383	801	20.331	0	716.744
BR TOWERS	0	0	0	11.690	1.744	0	27.418	0	27.418	0	10070	0	78.340
CIA VALE A6	0	0	0	733	109	304	1.114	0	13.100	0	604	0	15.964
CIA VALE B6	0	0	0	316	47	131	481	0	5.654	0	261	0	6.890
HOPHARI	0	0	0	105	16	44	159	0	1.874	0	86	0	2.284
INVEPAR	0	0	0	0	0	0	18.272	0	331.057	0	0	0	349.379
LJS AMERICAN	0	0	0	7.401	1.091	0	17.357	0	17.357	0	6.384	0	49.590
RAIZEN	0	0	0	0	0	0	42.234	0	42.233	0	0	0	84.467
STANTONIO 1	0	0	0	0	0	0	12.022	0	0	0	801	0	12.823
STANTONIO 2	0	0	0	0	0	0	5.702	0	0	0	0	0	5.702
TERMOBAHIA	0	0	0	3.428	509	2.089	5.123	0	61.690	0	2.926	0	75.765
TERMOPTERNAMB	0	0	0	0	0	0	35.590	0	0	0	0	0	35.590
AÇÕES	0	0	0	129.701	19.024	119.479	701.695	0	13.438.095	40.827	104.580	0	14.553.491
AÇÕES MERCADO À VISTA	0	0	0	129.646	19.016	119.329	700.056	0	13.374.286	40.730	104.534	0	14.487.597
ALPARGATAS	0	0	0	0	0	222	910	0	29.780	1.099	0	0	32.011
BRADESCO	0	0	0	0	0	341	2.472	0	45.709	1.155	0	0	49.677
BRASKEM	0	0	0	1.398	208	580	2.125	0	24.990	0	1.152	0	30.453
FRAS-LE	0	0	0	1.848	274	767	2.810	0	33.034	0	1.523	0	40.256
GERDAU	0	0	0	0	0	132	539	0	17.690	636	0	0	18.997
ITALUNIBANCO	0	0	0	0	0	895	3.181	0	120.010	6.273	0	0	130.359
PARAPANEMA	0	0	0	3.808	565	1.580	5.789	0	68.064	0	3.138	0	82.944
BR PROPERT	0	0	0	0	0	0	88.980	0	174.274	0	0	0	263.254
CCR SA	0	0	0	0	0	212	909	0	28.509	609	0	0	30.239
CIELO	0	0	0	0	0	253	1.081	0	33.928	817	0	0	36.079
COELCE	0	0	0	4.914	730	2.039	7.470	0	87.821	0	4.049	0	107.023
DASA	0	0	0	0	0	6.180	16.902	0	319.269	187	0	0	342.538
DIR.SUBSC	0	0	0	0	1	3	0	0	597	0	0	0	604

	PLANO PETROS BRASKEM	PLANO PETROS COPESUL	PLANO PETROS LANXESS	PLANO PETROS NITRIFLEX/ LANXESS	PGA	PLANO PETROS 2	PLANO PETROS PQU	PLANO MISTO SANASA	PLANO SISTEMA PETROBRAS	PLANO TAPMEPREV ULTRAFÉRTIL	PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL	PLANOS CDS	TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
ITALUSA	0	0	0	0	0	61.639	0	0	2.687.084	0	0	0	2.748.723
JBS	0	0	0	0	0	0	0	0	460.947	0	0	0	460.947
LOCALIZA	0	0	0	0	273	970	0	0	36.678	1.687	0	0	39.608
MARCOPOLO	0	0	0	0	0	0	0	0	154.089	0	0	0	154.089
OI	0	0	66	10	66	266	0	0	6.393	112	54	0	6.967
PETROBRAS	0	0	0	0	539	1.941	0	0	477.244	3.251	0	0	482.975
RUMJO	0	0	0	0	0	0	0	0	59.464	0	0	0	59.464
SUZANO PAPEL	0	0	0	0	482	2.064	0	0	64.783	1.944	0	0	69.273
TELEBRAS	0	0	1	0	0	1	0	0	12	0	1	0	15
TELEF BRASIL	0	0	5	1	2	8	0	0	88	0	4	0	108
TERMOBAHIA	0	0	55	8	22	83	0	0	973	0	45	0	1.186
TUPY	0	0	0	0	182	697	0	0	24.497	12.913	0	0	38.289
CONTAX	0	0	32	5	13	48	0	0	564	0	26	0	688
FIAGO	0	0	3	0	1	4	0	0	45	0	2	0	55
IVPR	0	0	0	0	44.791	120.227	0	0	2.192.378	0	0	0	2.357.396
IVTEL	0	0	2	0	1	2	0	0	28	0	1	0	34
LTCL	0	0	1	0	0	2	0	0	22	0	1	0	26
NEWT	0	0	130	19	54	198	0	0	2.326	0	107	0	2.834
NTEN	0	0	0	0	0	0	0	0	660.358	0	0	0	660.358
RECIBO TELES	0	0	349	52	145	531	0	0	6.237	0	288	0	7.602
BBSSEGURIDADE	0	0	0	0	652	2.298	0	0	87.385	4.129	0	0	94.464
BR PHARMA	0	0	0	0	0	2.085	0	0	1.546	0	0	0	3.631
CPFL ENERGIA	0	0	0	0	196	840	0	0	26.345	188	0	0	27.569
IGUATEMI	0	0	14.213	2.110	5.896	52.850	0	0	254.007	0	11.712	0	340.788
INDS ROMI	0	0	0	0	0	0	0	0	12.138	0	0	0	12.138
LOG-IN	0	0	0	0	0	0	0	0	14.200	0	0	0	14.200
LUPATECH	0	0	0	0	0	0	0	0	160	0	0	0	160
PARCORRETORA	0	0	0	0	20	72	0	0	2.691	121	0	0	2.904
TOTVS	0	0	0	0	0	0	0	0	497.794	0	0	0	497.794
V-AGRO	0	0	39	6	16	59	0	0	695	0	32	0	847
BRF SA	0	0	102.782	15.028	52.776	320.000	0	0	4.659.440	5.606	82.399	0	5.238.031
PROVENTOS A RECEBER	0	0	55	8	150	1.639	0	0	63.809	97	46	0	65.804
COTAS DE FUNDO	38.583	74.203	497.486	72.481	600.266	5.879.039	140.381	158.240	11.226.369	174.921	364.462	822.919	20.049.350
RENDITA FIXA	0	0	84.299	11.035	7.122	615.960	0	5.354	1.304.140	0	49.375	36.720	2.114.005
CRONOS	0	0	0	0	0	74.882	0	0	0	0	0	0	74.882
LIQUIDEZ	0	0	84.226	11.024	7.077	540.968	0	5.354	1.302.850	0	49.312	36.720	2.037.531
SINERGIA	0	0	73	11	45	110	0	0	1.290	0	63	0	1.592
AÇÕES	0	0	176.099	26.157	116.964	385.414	0	0	4.088.116	0	150.803	0	4.943.553
EXCELENCIA	0	0	0	152	611	1.539	0	0	17.635	0	887	0	21.846
FIA BR PLURA	0	0	0	0	0	147.196	0	0	0	0	0	0	147.196
GERA FUTURO	0	0	0	0	5.398	14.002	0	0	508.496	0	0	0	527.896
IP SELEÇÃO	0	0	22.136	3.294	13.237	0	0	0	382.112	0	19.219	0	439.998
QUEST ATLANT	0	0	0	0	4.666	12.107	0	0	435.827	0	0	0	452.600

	PLANO PETROS BRASKEM	PLANO PETROS COPESUL	PLANO PETROS LANXESS	PLANO PETROS NITRIFLEX/ LANXESS	PGA	PLANO PETROS 2	PLANO PETROS PQU	PLANO MISTO SANASA	PLANO SISTEMA PETROBRAS	PLANO TAPMEPREV ULTRAFÉRTIL	PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL	PLANOS CDS	TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
VBI	0	0	12.026	1.790	7.191	0	0	0	207.594	0	10.442	0	239.043
ATIVA III **	0	0	117.144	17.392	71.388	175.038	0	0	2.107.913	0	99.969	0	2.588.844
FIA ENERG SP	0	0	23.444	3.481	14.287	35.031	0	0	421.862	0	20.007	0	518.112
FIA LEBLON	0	0	327	48	186	501	0	0	5.875	0	279	0	7.216
VALORES A RECEBER	0	0	0	0	0	0	0	0	802	0	0	0	802
MULTIMERCADO	38.583	74.203	184.482	27.475	444.068	4.493.350	140.381	152.886	1.879.066	169.535	119.311	786.199	8.509.539
FIM JUPITER	0	74.203	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	74.203
FIM LIBRA	0	0	0	0	0	0	140.381	0	0	0	0	0	140.381
CREDITO ***	0	0	82.137	12.195	50.055	122.730	0	0	1.477.992	0	70.094	0	1.815.203
PEGASO	0	0	0	0	0	24.900	0	0	791	0	0	0	25.691
SALEMA	38.583	0	0	0	170.798	37.858	0	0	273.657	11.592	0	0	532.488
MODERADO	0	0	102.345	15.280	223.215	4.307.862	0	152.886	127.417	157.152	49.217	786.199	5.921.573
DIREITOS CREDITÓRIOS	0	0	241	36	99	58.458	0	0	44.313	4.932	198	0	108.277
EXODUS III	0	0	0	0	0	12.174	0	0	420	0	0	0	12.594
FIDC VINCI	0	0	0	0	0	0	0	0	22.098	0	0	0	22.098
GP AETATIS	0	0	146	22	60	221	0	0	2.601	0	120	0	3.170
LAVOURO	0	0	0	0	0	7.558	0	0	738	0	0	0	8.296
LIBRA	0	0	0	0	0	9.198	0	0	0	0	0	0	9.198
MULT BVA II	0	0	0	0	0	0	0	0	1.107	0	0	0	1.107
MULT BVA III	0	0	0	0	0	0	0	0	795	0	0	0	795
MULT ITALIA *	0	0	0	0	0	0	0	0	16.008	0	0	0	16.008
MULTISET BVA	0	0	63	9	26	97	0	0	1.135	0	52	0	1.382
SULINVEST	0	0	0	0	0	13.565	0	0	1.750	0	0	0	15.315
TREND BANK *	0	0	32	5	13	48	0	0	569	0	26	0	693
VALE	0	0	0	0	0	10.629	0	0	2.024	0	0	0	12.653
VALOR	0	0	0	0	0	4.968	0	0	0	0	0	0	4.968
EMPRESAS EMERGENTES	0	0	539	80	329	806	0	0	37.154	0	461	0	39.369
CRP VENTURE	0	0	203	30	124	303	0	0	3.569	0	173	0	4.402
FIPAC	0	0	214	32	131	320	0	0	3.762	0	183	0	4.642
INVESTECH II *	0	0	63	9	38	94	0	0	1.104	0	54	0	1.362
STRATUS GC	0	0	59	9	36	89	0	0	1.042	0	51	0	1.286
EMPREENDEDOR	0	0	0	0	0	0	0	0	16.563	0	0	0	16.563
FUNDOTEC II	0	0	0	0	0	0	0	0	4.117	0	0	0	4.117
JARDIM BOTA	0	0	0	0	0	0	0	0	6.997	0	0	0	6.997
PARTICIPAÇÕES	0	0	43.988	6.534	26.892	170.344	0	0	3.592.629	454	37.613	0	3.878.454
BR ENERGIA	0	0	14.535	2.159	8.886	21.755	0	0	255.875	0	12.429	0	315.639
BR OLEO GAS *	0	0	0	0	0	0	0	0	16.059	0	0	0	16.059
ENERGIA PCH *	0	0	6.879	1.022	4.206	10.297	0	0	121.105	0	5.882	0	149.391
FIP AG ANGRA *	0	0	8.081	1.200	4.940	12.095	0	0	142.262	0	6.910	0	175.488
FIP BNY GTD	0	0	70	10	43	104	0	0	1.224	454	59	0	1.964
FIP PET GAS	0	0	650	97	397	973	0	0	11.445	0	556	0	14.118
INFRA BR FDA *	0	0	10.594	1.574	6.477	15.857	0	0	186.500	0	9.059	0	230.061
INV INST II *	0	0	109	16	66	163	0	0	1.911	0	93	0	2.358

	PLANO PETROS BRASLEM	PLANO PETROS COPESUL	PLANO PETROS LANXESS	PLANO PETROS NITRIFLEX/ LANXESS	PLANO PETROS LANXESS	PLANO PETROS NITRIFLEX/ LANXESS	PGA	PLANO PETROS 2	PLANO PETROS PQU	PLANO MISTO SANASA	PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS	PLANO TARMEPREV ULTRAFÉRTIL	PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL	PLANOS CDS	TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
LOG BRASIL	0	0	3.070	456	1.877	4.595	0	0	54.051	0	2.625	0	0	0	66.674
BR GOV CORP	0	0	0	0	0	0	0	0	91.838	0	0	0	0	0	91.838
BR SUSTENTAB	0	0	0	0	0	0	0	0	22.079	0	0	0	0	0	22.079
BRASIL PETRO*	0	0	0	0	0	0	0	0	33.377	0	0	0	0	0	33.377
CRP VII *	0	0	0	0	0	0	0	0	26.395	0	0	0	0	0	26.395
FIP AGRONEGO	0	0	0	0	0	0	0	0	121.558	0	0	0	0	0	121.558
FIP BIOENERG *	0	0	0	0	0	0	0	0	163.928	0	0	0	0	0	163.928
FIP CAIXA AM	0	0	0	0	0	0	0	0	57.380	0	0	0	0	0	57.380
FIP CX BARCE	0	0	0	0	0	97.121	0	0	0	0	0	0	0	0	97.121
FIP FLORESTA	0	0	0	0	0	0	0	0	1.559.616	0	0	0	0	0	1.559.616
FIP MAG	0	0	0	0	0	0	0	0	4.786	0	0	0	0	0	4.786
FIP RIVIERA	0	0	0	0	0	0	0	0	47.467	0	0	0	0	0	47.467
FIP SONDAS	0	0	0	0	0	42.984	0	0	554.633	0	0	0	0	0	597.617
PROVISÃO SETE BRASIL	0	0	0	0	0	-42.979	0	0	-554.577	0	0	0	0	0	-597.556
FIPAC 2	0	0	0	0	0	7.379	0	0	0	0	0	0	0	0	7.379
FIPINTLO	0	0	0	0	0	0	0	0	594	0	0	0	0	0	594
GLOBAL EQUIP*	0	0	0	0	0	0	0	0	147.482	0	0	0	0	0	147.482
INV INST III *	0	0	0	0	0	0	0	0	21.215	0	0	0	0	0	21.215
MEZANINO *	0	0	0	0	0	0	0	0	35.219	0	0	0	0	0	35.219
MODAL O&G *	0	0	0	0	0	0	0	0	48.862	0	0	0	0	0	48.862
MULTINER	0	0	0	0	0	0	0	0	308.272	0	0	0	0	0	308.272
TERRA *	0	0	0	0	0	0	0	0	8.243	0	0	0	0	0	8.243
VALOR A RECEBER	0	0	0	0	0	0	0	0	103.830	0	0	0	0	0	103.830
IMOBILIÁRIO	0	0	7.838	1.164	4.792	154.707	0	0	280.951	0	6.701	0	0	0	456.153
ABC PLAZA	0	0	4.863	722	2.973	7.279	0	0	85.611	0	4.158	0	0	0	105.606
LOGISTICA I	0	0	0	0	0	725	0	0	726	0	0	0	0	0	1.451
PANAMBY	0	0	1.883	280	1.152	2.819	0	0	33.152	0	1.610	0	0	0	40.896
RB CAPITAL	0	0	0	0	0	142.251	0	0	142.250	0	0	0	0	0	284.501
SQUARE	0	0	1.092	162	667	1.633	0	0	19.212	0	933	0	0	0	23.699
TOTAL DE INVESTIMENTOS	38.583	74.203	967.209	139.311	824.557	10.368.191	140.381	158.240	41.767.590	270.600	737.741	822.919	56.309.525		
DEPOSITOS JUDICIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	20.926	0	0	0	0	0	20.926
TOTAL DE INVESTIMENTOS	38.583	74.203	967.209	139.311	824.557	10.368.191	140.381	158.240	41.788.516	270.600	737.741	822.919	56.330.451		

* Para esses fundos de investimento não estão disponíveis demonstrações financeiras auditadas em data próxima ou em 31 de dezembro de 2015.

** Inclui o valor de R\$ 2.258 milhões referentes ao investimento na Litel (ver Nota 5.1.5 (iii)).

*** Inclui CCBs da New Energy (empresa ligada ao Grupo Multinier) no valor de R\$ 157.558, para os quais não há provisão constituída (ver Nota 5.1.4 (a)).

5.3 Carteira de Investimentos Imobiliários por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa

A tabela abaixo apresenta a distribuição dos investimentos imobiliários, em 31 de Dezembro de 2015.

	PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS	PLANO PETROS NITRIFLEX/ LANXESS	PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL	PLANO PETROS LANXESS	PETROS 2	PGA	TOTAL
Terrenos	24.660	-	-	-	-	-	24.660
Iguatemi Fortaleza T	24.660						24.660
Imóveis em Construção	1.021.545	-	-	-	-	-	1.021.545
Conjunto Pituba – Ampliação	950.379						950.379
Iguatemi Fortaleza – Expansão II	71.166						71.166
Aluguéis e Rendas	3.167.031	16.254	79.986	110.660	355.441	15.285	3.744.657
Locadas a Patrocinador(es)	529.249	-	-	-	-	-	529.249
Conjunto Pituba	100.000						100.000
Edifício Ouro Negro Patroc	61.753						61.753
Edifício Paulista 500	29.800						29.800
Horta Barbosa	281.105						281.105
Park Avenue	878						878
Paulista 500 – unidades 91, 92, 93 e 94	14.900						14.900
Porto Brasília – 2º e 3º andares	37.612						37.612
Contas a Receber	3.201						3.201
Locadas a Terceiros	2.329.087	16.058	78.620	67.155	342.478	10.153	2.843.551
Business Park Jundiaí-Itupeva	397.660						397.660
Centro Comercial E Empresarial Jubran					103.988		103.988
Centro Empres. S.P.	52.671						52.671
Centro Empres. Varig	22.915		12.740				54.373
Centro Empresarial Araguaia II	111.288						111.288
Centro Século XXI			22.149				22.149
Cond Indl Log Alfredo Braz					41.182		41.182
Condomínio Centro Logístico Raposo	527.876						527.876
Condomínio Empresarial Rodoanel					87.298		87.298
Continental Square	79.625						79.625
Ed. Petros – Loja			21.580				21.580
Edifício Ouro Negro Terc.	37.004						37.004
Hiper Bompreco Bahia	52.860						52.860
Hiper Bompreco Natal					65.119		65.119
Hiper Bon Marche		14.929					14.929
Hiper Casa Forte	85.842						85.842
Lavradio 162	129.426						129.426
Monteiro Lobato	21.481						21.481
OAB				8.147			8.147
Paulista 500	44.031						44.031
Paulista 500 – unidades 31, 32, 33 e 34	14.900						14.900
Paulista 500 – unidades 5, 52, 53 e 54	14.900						14.900
Porto Brasília	243.618						243.618
Rio Office Park 4	2.615	1.040	813	1.384	2.158	264	8.274
Rio Office Park 5	18.376		1.380		4.172	355	24.283
Sao Luiz (Torre IV)	57.684		19.228	38.456		9.534	124.902
São Paulo Headquarters I	393.558						393.558
Tendtodo					38.120		38.120
Contas a Receber	20.757	89	730	450	441		22.467
Renda de Participações	308.695	196	1.366	43.505	12.963	5.132	371.857
Iguatemi Fortaleza	142.969						142.970
Iguatemi Fortaleza Expansão	27.232						27.232
Shopping Del Rey	6.872	196	1.364	43.468	12.952	5.128	69.980
Shopping Vitória	81.451						81.451
Shopping Vitória-Exp	50.165						50.165
Contas a Receber	6		2	37	11	4	60
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	1.489						1.489
TOTAL	4.214.725	16.254	79.986	110.660	355.441	15.285	4.792.351

5.4 Carteira de Empréstimos a participantes por Plano de Benefícios

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Plano Petros Sistema Petrobras	2.044.699	1.884.943
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2.643	2.364
Plano Petros Lanxess	18.840	17.218
Plano Petros PQU	1	294
Plano Petros Ultrafertil	17.302	15.525
Plano Petros Copesul	80	2.326
Plano Transpetro	17	59
Plano IBPprev Associados	75	58
Plano Misto Sanasa	1.322	851
Plano Termoprev	29	36
Plano FIEPEprev	1.297	1.216
Plano Petros 2	437.371	315.659
Plano Anaparprev	1.953	1.436
Plano PTAPrev	666	432
TOTAL	2.526.295	2.242.417

A carteira de empréstimos a participantes está composta em 31 de dezembro de 2015 por 74.815 contratos com prazo médio de 110 meses e taxa de remuneração média de 0,59% a.m. acrescido da variação do IPCA. No caso dos planos de contribuição definida a taxa de remuneração pré-fixada de 1,30% ao mês.

6 ATIVO PERMANENTE

A composição do saldo é demonstrada a seguir com as respectivas taxas de depreciações/amortizações:

	31 DE DEZEMBRO DE 2014	ENTRADAS /SAÍDAS	REAVLIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	DEPRECIÇÃO /AMORTIZAÇÃO	31 DE DEZEMBRO DE 2015
Imobilizado	87.119	5.249	(3.619)	50	(5.458)	83.341
Bens Móveis	22.811	4.005	-	50	(5.458)	21.408
Instalações	1.688	759	-	606	(1.606)	1.447
Móveis e Utensílios	2.708	2	-	53	(401)	2.362
Máquinas e equipamentos	12.296	3.144	-	(7.883)	(654)	6.903
Processamento de Dados	6.119	100	-	7.274	(2.797)	10.696
Bens Imóveis	64.308	1.244	(3.619)	-	-	61.933
Imóveis – Terrenos	32.113	-	(1.186)	-	-	30.927
Imóveis – Construção	32.195	1.244	(2.433)	-	-	31.006
Intangível	39.230	7.440	-	889	(32.151)	15.408
Software	27.673	724	-	4.390	(32.151)	636
Software em desenvolvimento	11.557	6.716	-	(3.501)	-	14.772
TOTAL	126.349	12.689	(3.619)	939	(37.609)	98.749

A Petros adota a política de reavaliação anual de imóveis, não registrando a depreciação, conforme previsto na Instrução PREVIC nº 21 de 23 de março de 2015.

7 EXIGÍVEL OPERACIONAL

A composição do saldo do exigível operacional está demonstrada a seguir:

	NOTA	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Gestão Previdencial		592.886	2.179.019
Benefícios a Pagar		166.169	1.746.416
Benefícios a Pagar		7.203	3.070
Créditos de Participantes	7.1	158.643	1.740.097
Demais Rubricas		323	3.249
Retenções a Recolher		624	-
Recursos Antecipados		108	89
Outras Exigibilidades		425.985	432.514
Créditos de Participantes	7.2	185.619	257.946
Outros	7.3	240.366	174.568
Gestão Administrativa		29.219	33.961
Contas a Pagar		1.504	8.215
Retenções a Recolher		895	-
Outras Exigibilidades		26.820	25.746
Investimentos		4.054	8.317
Ações		-	2.877
Investimentos Imobiliários		1.693	4.127
Empréstimos e Financiamentos		2.359	1.016
Relacionados com o Disponível		2	284
Outras Exigibilidades		-	13
TOTAL		626.159	2.221.297

7.1 Benefícios a pagar/Créditos de Participantes

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$ 158.643 (R\$ 1.740.097 em 31 de dezembro de 2014) representa, saldo de contas de ex-participantes e/ou atualização do Fundo de Retirada de Patrocínio referente aos Planos: Petros Sistema Petrobras (R\$ 55.409), Petros Braskem (R\$ 7.227), Petros PQU (R\$ 29.148), Petros Copesul (R\$ 16.658), Petros 2 (R\$ 29.885), SIMPREV (R\$ 3.360) e outros (R\$ 16.956).

7.2 Outras Exigibilidades/Créditos de participantes

Em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$ 185.219 (R\$ 257.946 em 31 de dezembro de 2014), referem-se a saldos de excedente patrimonial decorrentes da retirada de patrocínio nos Planos Petros PQU no valor de R\$ 110.658, Plano Petros Braskem no valor de R\$ 18.180 e Plano Petros Copesul R\$ 56.781.

7.3 Outras Exigibilidades/Outros

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$ 240.366 (R\$ 174.568 em 31 de dezembro de 2014) representa créditos de patrocinadoras (R\$ 195.574), crédito de terceiros (R\$ 3.638), retenções a recolher (R\$ 40.989) e valores a repassar PGA (R\$ 152).

8 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As provisões para contingências decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais e outras não vinculadas a processos judiciais onde a administração identifique eventuais riscos de incorrer em perdas patrimoniais, cujo processo de análise e classificação quanto à probabilidade de perda das ações judiciais em curso, vem sendo sistematicamente aperfeiçoado pela PETROS de modo a tornar estas estimativas cada vez mais precisas.

	NOTA	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Gestão Previdencial		3.205.706	2.758.698
Processos Judiciais	8.1	3.192.320	2.580.919
- Plano Petros Sistema Petrobras		2.807.711	2.233.601
- Plano Petros Copesul		187.306	178.906
- Plano Petros Ultrafertil		68.322	71.297
- Plano Petros Lanxess		97.071	70.031
- Plano Petros Nitriflex/Lanxess		1.603	1.914
- Plano Petros Braskem		22.177	20.553
- Plano Petros PQU		1.688	1.647
- Plano Petros 2		4.713	1.119
- Plano TAPMEPrev		1.036	1.774
- Outros		693	77
Outras Provisões		13.386	177.779
- Plano Petros Sistema Petrobras	8.2	13.386	177.779
Gestão Administrativa		92.668	72.546
Processos Judiciais	8.3	12.068	11.648
Outras Provisões	8.4	80.600	60.898
Investimentos		20.926	-
Processos Judiciais		20.926	-
- Plano Petros Sistema Petrobras	8.5	20.926	-
TOTAL		3.319.300	2.831.244

8.1 Provisões para contingências judiciais

Foram constituídas provisões estimadas para absorver perdas consideradas prováveis, em função de ações ajuizadas contra a PETROS, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 totalizava na Gestão Previdencial R\$3.205.706 (R\$ 2.758.698 em 31 de dezembro de 2014), na Gestão Administrativa R\$ 92.668 (R\$ 72.546 em 31 de dezembro de 2014) e no Investimento R\$ 20.926.

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Grupo 1	Assistidos que almejam: a) incorporação aos benefícios dos níveis concedidos por meio de ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) aos trabalhadores ativos; b) aplicação do novo PCAC (Plano de Classificação de cargos e salários); c) incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela do RMNR (Remuneração mínima por nível e regime); d) recebimento dos abonos contingenciais da PLR (Participação nos lucros e resultados); e da Gratificação Contingente, concedidos aos ativos por ACT.	1.877.206	66,86%
Grupo 2	Empregados da Petrobras não inscritos na PETROS (retardatários) ou inscritos na PETROS por força de decisão do Conselho de Administração da Petrobras, que permitiu o ingresso na Fundação (inscrição tardia) e que postulam o pagamento apenas da joia equivalente às contribuições não recolhidas, com base no salário da época e a liberação do segundo teto do salário de participação (INSS).	3.345	0,12%
Grupo 3	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, a inclusão no cálculo da suplementação da parcela intitulada PL-DL-1971 bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no artigo 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício e aplicação de regulamentos e limite etário.	719.305	25,62%
Grupo 4	Outras ações judiciais	207.855	7,40%
Total		2.807.711	100%

Os depósitos judiciais destinados à cobertura dessas ações, em 31 de dezembro de 2015 totalizam R\$ 2.604.623 (R\$ 1.740.695 em 31 de dezembro de 2014), vide Nota 3.7.

Ação Judicial – Abel Muniz Melo e Outros 243 (Processo nº 19990.001.038177-0 – 19ª Vara Cível da Comarca da Capital – Rio de Janeiro)

Ação judicial classificada no Grupo 1, proposta em 27 de abril de 1990 tendo como objeto o reconhecimento do direito dos 243 autores de ingressar no plano de benefício da PETROS, na condição de “retardatário” nas mesmas condições na época dos demais funcionários da Patrocinadora, sem o pagamento da considerada “joia punitiva”, mas sim, com o pagamento das contribuições mediante “joia simples”.

Através de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, transitado em julgado, os autores conseguiram o seu ingresso como retardatário no plano de benefícios da PETROS, mediante pagamento de contribuições / jóias simples.

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Grupo 1	Ações em que se discute a validade/legalidade do Redutor etário (Limite de idade)	170.234	90,89%
Grupo 2	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas e teto	14.131	7,54%
Grupo 3	Outras ações judiciais	2.941	1,57%
TOTAL		187.306	100%

Os depósitos judiciais destinados à cobertura dessas ações, em 31 de dezembro de 2015 totalizam, R\$ 148.746 (R\$ 142.159 em 31 de dezembro de 2014), vide Nota 3.7.

8.1.3 Plano Petros Ultrafértil

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de provisões é de R\$ 68.322 (R\$ 71.297 em 31 de dezembro de 2014).

8.1.1 Plano Petros Sistema Petrobras

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de provisões vinculadas a processos judiciais no Plano Petros Sistema Petrobras é de R\$ 2.807.711 (R\$ 2.233.601 em 31 de dezembro de 2014).

1) Pende no **Superior Tribunal de Justiça** cobrança de diferença de **R\$ 90.243** a título de atualização e juros entre a data do depósito e o laudo pericial homologado. Ambas as partes neste caso interuseram Recursos Especiais. Chances de êxito da PETROS com relação a correção monetária e juros – **Probabilidade de perda: “possível”**.

2) Pende também no **Superior Tribunal de Justiça** para análise de Recurso Especial interposto pela parte contrária, com pleito de honorários de sucumbência no valor de **R\$ 72.225**. Chances de êxito da PETROS em relação a esses honorários – **Probabilidade de perda: “possível”**.

8.1.2. Plano Petros Copesul

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de provisões vinculadas a processos judiciais é de R\$ 187.306 (R\$ 178.906 em 31 de dezembro de 2014).

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Grupo 1	Almejam a desconsideração do limite/redutor etário previsto no Decreto nº 81.240/78 e no Regulamento do Plano de Benefícios e reserva especial	35.339	51,72%
Grupo 2	Envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos.	24.865	36,39%
Grupo 3	Discutem a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pela Patrocinadora, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição	2.593	3,80%
Grupo 4	Outras ações judiciais	5.525	8,09%
TOTAL		68.322	100%

Os depósitos judiciais destinados à cobertura dessas ações, em 31 de dezembro de 2015 totalizam, R\$ 67.379 (R\$ 54.928 em 31 de dezembro de 2014), vide Nota 3.7.

8.1.4 Plano Petros Lanxess

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de provisões é de R\$ 97.071 (R\$ 70.031 em 31 de dezembro de 2014).

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Grupo 1	Buscam o recebimento de benefícios no valor equivalente à remuneração atual dos diretores, desconsiderando o teto regulamentar.	8.800	9,07%
Grupo 2	Envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos.	11.523	11,87%
Grupo 3	Discutem a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pela Patrocinadora, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição.	1.432	1,48%
Grupo 4	Outras ações judiciais ¹	75.316	77,59%
TOTAL		97.071	100%

¹ O valor de R\$ 65.968 refere-se a provisão constituída por demanda da Patrocinadora, considerando processos judiciais que teriam reflexos nos resultados do Plano de Benefícios, relacionados a diferença de dissídio de 2003 e extinção do adicional por tempo de serviço (ATS).

Os depósitos judiciais destinados a cobertura dessas ações, em 31 de dezembro de 2015 totalizam, R\$ 12.080 (R\$ 11.365 em 31 de dezembro de 2014), vide Nota 3.7.

8.1.5 Plano Petros Nitriflex/Lanxess

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de provisões é de R\$ 1.603 (R\$1.914 em 31 de dezembro de 2014).

Existem poucas ações judiciais que questionam, em sua maioria, a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pela

Patrocinadora, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição e representam 80% (oitenta e oito por cento) das provisões.

Os depósitos judiciais destinados a cobertura dessas ações em 31 de dezembro de 2015 totalizam, R\$ 627 (R\$ 609 em 31 de dezembro de 2014), vide Nota 3.7.

8.1.6 Plano Petros Braskem

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de provisões é de R\$ 22.177 (R\$ 20.553 em 31 de dezembro de 2014).

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Grupo 1	Envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos	18.462	83,25%
Grupo 2	Questionam a Retirada de Patrocínio do Plano e os valores/critérios dos cálculos dos Fundos de Retirada	1.320	5,95%
Grupo 3	Outras ações judiciais	2.395	10,80%
TOTAL		22.177	100%

Os depósitos judiciais destinados a cobertura dessas ações, em 31 de dezembro de 2015 totalizam, R\$ 8.789 (R\$ 6.273 em 31 de dezembro de 2014), vide Nota 3.7.

8.1.7 Plano Petros PQU

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de provisões é de R\$ 1.688 (R\$ 1.647 em 31 de dezembro de 2014).

Existem poucas ações judiciais que questionam, em sua maioria, a devolução da reserva de poupança, o cálculo de suplementação de aposenta-

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Grupo 1	Predominantemente são ações judiciais em que os participantes pleiteiam o reingresso no Plano Petros Sistema Petrobras ("PPSP").	937	19,88%
Grupo 2	Ações judiciais em que os participantes pleiteiam verbas trabalhistas em relação à patrocinadora e que causarão reflexos no benefício que recebem pela PETROS.	474	10,06%
Grupo 3	Ações judiciais em que os participantes pleiteiam a devolução dos as contribuições feitas à PETROS a título de Reserva de Poupança.	1.065	22,60%
Grupo 4	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores.	2.237	47,46%
TOTAL		4.713	100%

Os depósitos judiciais destinados a cobertura dessas ações, em 31 de dezembro de 2015 totalizam, R\$ 1.134 (R\$ 1.119 em 31 de dezembro de 2014), vide Nota 3.7.

8.1.9 Plano TAPMEprev

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de provisões é de R\$ 1.036 (R\$ 1.774 em 31 de dezembro de 2014)

As provisões do Plano TAPMEprev se referem aos casos em que os participantes pleiteiam a devolução de valores a título de Reserva de Poupança.

Os depósitos judiciais destinados a cobertura dessas ações, em 31 de dezembro de 2015 totalizam, R\$ 347 (R\$ 207 em 31 de dezembro de 2014), vide Nota 3.7.

8.1.10 Outras Ações Judiciais

Destacamos, a seguir, as ações judiciais que tem como objeto o fechamento e a separação de massas do Plano Petros, as quais estão sendo consideradas como remotas:

8.1.10.1 Fechamento do Plano Petros

Foram impetrados três Mandados de Segurança (Processo nº 2004.34.00.019429-5 – Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico/Petroleiro do Estado da Bahia; Processo nº 2004.34.00.040386-8 – Impetrante: Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, Químicos e Plásticos dos Estados de Alagoas e Sergipe – SINDPETRO AL/SE; Processo nº 2004.34.00.028239-2 – Impetrante: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo (RS) – SINDIPOLO), todos em trâmite na Justiça Federal do Distrito Federal.

Referidos mandados almejam, em suma, que eventual fechamento do Plano Petros seja condicionado a aprovação do ato pela autoridade pública; que sejam considerados nulos quaisquer atos e omissões praticadas levando-se em conta o fechamento do plano e que seja mantido aberto a novas adesões o Plano Petros, enquanto não houver o seu regular fechamento.

O acórdão proferido nos autos da apelação nº 2004.34.00.028239-2 concedeu, parcialmente, a segurança pleiteada para o fim de determinar que o ato que estabeleceu o fechamento do Plano Petros somente produza efeitos após a apreciação e, se for o caso, aprovação pelo órgão fiscalizador e o fechamento para novas adesões terá eficácia, "nos termos em que aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar em 20 de maio de 2006. Contra o Acórdão foram interpostos Recursos Especiais e Extraordinários.

No Processo nº 2004.34.00.019429-5 foi proferida sentença concedendo "a segurança em parte para determinar que o ato de fechamento do plano

doria e de pensão, reflexos ao contrato de trabalho com a Patrocinadora, bem como a própria retirada de patrocínio.

Os depósitos judiciais destinados a cobertura dessas ações, em 31 de dezembro de 2015 totalizam, R\$ 54 (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2014), vide Nota 3.7.

8.1.8 Plano Petros 2

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de provisões é de R\$ 4.713 (R\$ 1.119 em 31 de dezembro de 2014).

de previdência privada PETROS tenha efeitos a partir de sua aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador." Contra a sentença foi interposto recurso, o qual foi recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Os autos foram remetidos ao TRF – Tribunal Regional Federal, aguardando julgamento. O processo foi redistribuído para a relatoria do desembargador Dr. Náviton Guedes. Aguarda-se o julgamento do recurso.

No mandado de segurança que tomou o nº 2004.34.00.040386-8, a sentença decretou a decadência do direito de impetração do mandado de segurança e, em consequência, julgou extinto o processo, ensejando a interposição de recurso de apelação pelo Impetrante, que teve negado o seu seguimento, ensejando outro recurso pendente de julgamento. A 5ª Turma negou provimento ao agravo regimental e manteve a decisão que reconheceu a decadência do direito do Sindicato. O relator ainda destacou que, além da decadência, houve perda de objeto do mandado de segurança, em virtude da aprovação do fechamento do plano pela Secretaria de Previdência Complementar.

Destaque-se, ainda, a existência de uma ação CIVIL PÚBLICA nº 0098000-04.2009.5.10.0006, proposta, por SINDIPETRO-RJ e OUTROS, contra PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS e FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS, mediante a qual insurgem-se os Autores contra decisão do CONSELHO DELIBERATIVO da PETROS, datada de 09 de agosto de 2002, determinando o fechamento a novas adesões ao plano de previdência complementar antes oferecido aos empregados da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS, bem como aos funcionários das demais Empresas PATROCINADORAS do Fundo. O juiz da 6ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, julgou o processo extinto sem resolução do mérito.

O Sindicato inconformado com a decisão interpôs recurso ordinário, que foi provido para determinar a remessa dos autos a Vara de origem, no intuito de que haja novo julgamento.

Destaca-se, a existência de uma ação declaratória nº 0140240-46.2006.5.20.0002, proposta pelo Sindicato Unificado Trab. Petrol. Química Estado AL/SE contra a Petrobras e Petros, pleiteando em sede de antecipação de tutela assegurar aos participantes e assistidos, que não firmarem o Termo Individual de Adesão, a manutenção integral das normas regulamentares vigentes na data de admissão na patrocinadora até que seja proferida decisão, bem como declaração do direito dos participantes e assistidos, que não aderirem à proposta das rés de repactuação do regulamento do plano de benefícios da Petros, à observância das regras vigentes quando do ingresso na patrocinadora, ressalvadas as alterações mais benéficas, nos termos das Súmulas n. 288 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Pleiteiam ainda o fechamento do Plano Petros e que haja determinação no sentido de que as rés se abstenham de estabelecer

forma de custeio distinta das previstas nos contratos originários e regulamento vigente na data de ingresso dos participantes e assistidos na patrocinadora, em especial, com estipulação de contribuições adicionais ou redução de benefícios a conceder. A sentença de piso, publicada em 16 de maio de 2007, julgou a demanda parcialmente.

As reclamadas interuseram Recurso Ordinário, que tiveram provimento negado, sendo mantida, inclusive, a decisão de antecipar os efeitos da tutela. A seguir trecho do acórdão, publicado em 06 de junho de 2008:

"Nesse diapasão, mantenho a declaração de nulidade do fechamento do Plano Petros. Tendo em vista a disposição da Súmula 288, do C. TST, ressalto o direito dos Participantes e Assistidos, in casu, Substituídos, que não aderirem à proposta das Rés de repactuação do Regulamento do Plano de Benefício da Petros, à observância das regras vigentes quando do ingresso na Patrocinadora, ressalvadas as alterações mais benéficas, mantendo, assim, a condenações na obrigação de fazer, inclusive a antecipação dos efeitos da Tutela, independentemente do trânsito em julgado, ex vi do artigo 273, do CPC, posto que como registrado pelo magistrado sentenciante, preenchidos os requisitos legais, sobretudo, a possibilidade de dano de dano irreparável ou de difícil reparação. Igualmente mantida a obrigação de não fazer, está no sentido de não estabelecer forma de custeio distinta das previstas nos Contratos originários e Regulamento vigente na data de ingresso dos ora Substituídos na Patrocinadora, em especial, com estipulação de contribuições adicionais ou redução de benefícios a conceder, bem assim com respeito às astreintes, na forma estipulada no Comando Sentencial, com arrimo no artigo 461, do CPC."

Fora interposto Recurso de Revista, que teve seguimento denegado, havendo a interposição de Agravo de Instrumento, que se encontra pendente de julgamento.

Destaque-se, ainda, a existência de uma ação ordinária movida por JOSÉ CONRADO DE SOUZA contra Petrobras e PETROS, em trâmite na 2ª Vara Cível de Macaé/RJ (processo nº 0010254-31.2009.8.19.0028) que tem como objetivo, em síntese, a reabertura do Plano Petros original e o fechamento do Plano Petros 2, e alternativamente o pagamento de indenização ao Autor equivalente ao valor correspondente a 3 (três) vezes sua reserva matemática atualizada. O Juiz da 2ª Vara Cível de Macaé julgou extinto o pedido do autor de reabertura do Plano Petros original, por entender que "Não pode o autor isoladamente pleitear o fechamento do plano PETROS 2 e abertura do primeiro plano sem que interfira na esfera patrimonial de todos os participantes. O direito em tela é coletivo". O pedido de fechamento do Plano Petros 2 já havia sido julgado extinto, por ocasião do saneamento do feito. E quanto aos pedidos alternativos de recebimento de indenização por dano material e moral também foram julgados improcedentes, tendo em vista que o juiz entendeu que o autor não sofreu qualquer dano, pois o seu benefício previdenciário tem sido pago regularmente, não havendo sequer ameaça concreta de que haverá, no futuro, inadimplência por parte da PETROS. Foi suscitado conflito negativo de competência para o julgamento da apelação interposta pelo José Conrado. Após a definição da Câmara competente (especializada em consumidor ou não), a Petros despachará memoriais com o relator enfatizando a impossibilidade de julgamento do mérito da ação, tendo em vista que a sentença já transitou em julgado há muito tempo.

8.1.10.2 Separação de Massas do Plano Petros

Em 28 de maio de 2004 o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (SINDPETRO LP), impetrou Mandado de Segurança contra o Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social tendo como litisconsortes passivos Braskem, Copesul, DSM, Nitriflex, Petroflex, Petrobras, Petroquímica União, PETROS, Triken e Ultrafertil, almejando liminarmente a concessão de liminar para determinar a suspensão dos efeitos do Ofício nº 2.086/DEPAT/SPC, de 18 de dezembro de 2003, que aprovou o processo de "Separação de Massas" do Plano Petros e, no mérito, que:

i) seja declarada e decretada a nulidade do Ofício nº 2.086/DEPAT/SPC, de 18 de dezembro de 2003, da Secretaria de Previdência Complementar, que aprovou a "Separação de Massas" do Plano Petros;

ii) sejam declarados e decretados nulos os termos do "Acordo Entre Patrocinadores do Plano Petros, Administrado pela Fundação Petrobras

de Seguridade Social", relativo à "Separação de Massas", firmado pelas patrocinadoras da Fundação PETROS em 29 de agosto de 2002;

iii) seja determinado o restabelecimento ao "status quo" ante a celebração do acordo referido no item anterior;

iv) seja declarada a plena vigência do Convênio de Adesão firmado pelas patrocinadoras em 16 de maio de 1980, inclusive suas sucessoras; e

v) sejam restabelecidos os ditames do Plano Petros na inteireza de seu Regulamento original.

O processo tomou o nº 2004.34.00.018094-8 e tramita na 16ª Vara Federal do Distrito Federal.

Em 18 de julho de 2006 foi publicada a sentença que julgou procedente o pedido do sindicato, concedendo a segurança, cassando-se a autorização veiculada por meio do Ofício nº 2.086/DEPAT/SPC, de 18 de dezembro de 2003, bem como determinando a desconstituição das operações patrimoniais dela decorrentes.

Contra a sentença, PETROS, Petrobras, Braskem, Copesul, DSM, Nitriflex, Petroflex, Petroquímica União, Triken, Ultrafertil e a União apresentaram apelações que foram recebidas, inicialmente, somente no efeito devolutivo.

Todavia, em decisão proferida no Agravo de Instrumento interposto pela PETROS, foi concedido efeito suspensivo às apelações, que aguardam pauta para julgamento.

Em 17 de abril de 2015, o relator reconheceu a conexão com a outra apelação que também versa sobre Separação de Massas e determinou a reunião dos feitos na 5ª Turma, para julgamento conjunto, nos seguintes termos:

"Tendo em vista os termos da petição de fls. 1396/1407, destes autos, em que se noticia a conexão do presente feito com o processo nº. 2004.34.00.028045-7/DF, distribuído posteriormente (15/12/2010), neste egrégio Tribunal e que se encontra hoje sob a relatoria do Desembargador Federal Kássio Nunes Marques, oficie-se a sua Excelência para que remeta os referidos autos a esta Relatoria, em face da prevenção do juízo da Quinta Turma deste Tribunal, para o julgamento de ambos os feitos, a fim de que sejam julgados, oportunamente, "in simultaneus processus" (CPC, arts. 105 e 106). Fica prejudicada, em consequência, a inclusão do presente feito na pauta de julgamento, a que se reporta a certidão de fl. 1369.". A Turma, a unanimidade, deu parcial provimento a Remessa Oficial e aos recursos voluntários e declarou extinto o processo, com resolução do mérito, em consonância com o art. 269, inciso IV, do CPC vigente, nos termos do voto do Relator. Pela apelante, FUNDAÇÃO PETROBRAS de Seguridade Social – PETROS, Dr. Mauro Pedroso Goncalves, OAB/DF n. 21.278 Pela apelante, Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS.

Existem duas ações pelo procedimento ordinário, que têm o mesmo objeto do mandado de segurança, a primeira, proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias – SINDIQUIMICA (2004.34.00.028045-7) e a segunda, ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo (RS) – SINDIPOLO (2004.34.00.028044-3), ambas em trâmite na 16ª Vara Federal do Distrito Federal. A primeira ação foi julgada improcedente, tendo sido interposto recurso pelo Sindicato-Autor, ainda não apreciado. A segunda ação foi julgada improcedente e extinta sem resolução do mérito em relação à União Federal, tendo o Juízo declinado à competência para uma das Varas da Justiça Comum do Rio de Janeiro, o que ensejou a interposição de recurso, o qual determinou a inclusão da União no feito, devendo ser intimada para apresentar contra razões. Em síntese, ambas as ações estão em fase recursal.

8.2 Outras Provisões – Plano Petros Sistema Petrobras

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de R\$ 13.386 (R\$ 177.779 em 31 de dezembro de 2014) refere-se aos participantes que assinaram os acordos, relativos a concessão de níveis nos Acordos Coletivos de Trabalho nos anos de 2004, 2005 e 2006, porém até a data das Demonstrações Contábeis, não houve a implantação dos ajustes do valor de benefício e consequente impacto nas Provisões Matemáticas do Plano.

8.3 Gestão administrativa – processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo no valor de R\$ 12.068 (R\$ 11.648 em 31 de dezembro de 2014), refere-se à contingência de reclamações trabalhistas, parcelas a título de remuneração, salários indiretos e processos administrativos de natureza fiscal.

8.4 Gestão administrativa – Outras provisões

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo no valor de R\$ 80.600 (R\$ 60.898 em 31 de dezembro de 2014) refere-se à provisão pertinente à incidência de PIS e COFINS sobre as receitas da gestão administrativa.

O Processo Administrativo nº 16682.720572/2012-69, está em trâmite na Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro e decorre de autos de infração, lavrados em 30 de julho de 2012, para exigir PIS/COFINS incidentes sobre receitas decorrentes da prestação de serviços da administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, que passou a ser classificado como perda provável, sendo registrada a provisão em dezembro de 2013, no montante de R\$ 22.329, que atualizada para 31 de dezembro de 2015 totaliza R\$ 30.553.

Os autos foram lavrados por ter a fiscalização entendido que, parte de suas receitas seria decorrente da prestação de serviços de administração e execução dos referidos planos; assim, tais receitas estariam sujeitas ao PIS e a COFINS a despeito da existência da decisão transitada em julgado nos autos da ação Declaratória nº 2007.51.01.002.198-3, na qual foi determinado que as referidas contribuições somente poderiam incidir sobre as receitas que decorressem da venda de mercadorias ou serviços, nos termos da Lei Complementar (LC) nº 70/91 (COFINS) e da Lei nº 9.715/98 (PIS).

A impugnação oferecida pela PETROS foi julgada parcialmente procedente, tendo cancelado mais de 50% do valor exigido originalmente nos autos de infração de PIS e COFINS.

A parcela dos autos de infração cancelada pela decisão de 1ª instância, ainda não pode ser considerada definitiva, já que contra ela foi interposto recurso de ofício (fazendário) ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Já no que se refere à parte da decisão de 1ª instância que manteve a autuação, a Petros interpôs recurso voluntário ao CARF.

Em dezembro de 2014 foi constituída a provisão estimada no valor de R\$ 38.569, que atualizada para 31 de dezembro de 2015 totaliza R\$ 50.047, relativos ao PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas da gestão administrativa dos anos de 2010 a 2014, adicionado os valores apurados em 2015, com os encargos devidos, tendo em vista que a Entidade considera que é provável que haja uma saída de recursos.

Atualmente foram opostos embargos de declaração contra Acórdão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Em 30 de março de 2015, a Petros recebeu Auto de Infração PIS e COFINS decorrente do MPF nº 0718500.2012.00811, de 27 de março de 2015, relativo ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, incidentes sobre as receitas contabilizadas pela Petros em algumas rubricas contábeis, aguardando decisão de 1ª instância.

8.5 Investimentos

O Opportunity Asset Management (OAM) moveu contra a PETROS Ação Ordinária que tem como objeto:

(i) o reconhecimento de parcelas devidas a título de remuneração. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu em segunda instância a condenação da PETROS ao pagamento das parcelas devidas a título de remuneração ao OAM, com liquidação e depósito pela PETROS em 07 de outubro de 2011, no montante de R\$ 167.967, a Petros efetuou o valor do incontroverso e a decisão já transitou em julgado, tendo sido baixado e já levantado esse valor pelo Opportunity em 31 de maio de 2013;

(ii) lucros cessantes referentes ao contrato de prestação de serviços denominado “Acordo Operacional”. Encontra-se pendente a decisão pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), tendo a PETROS ganho em primeira e segunda instâncias. O Recurso Especial nº 1.130.307-RJ, interposto

pelo Opportunity foi julgado em 14 de maio de 2013, que por unanimidade, os Ministros integrantes da Quarta Turma do STJ, negaram-lhe provimento. Após o julgamento dos embargos de declaração opostos pelo OAM, novos embargos de declaração foram opostos no STJ e ainda estão pendentes de julgamento. Os autos estão conclusos com o Ministro Marco Buzzi desde 27 de agosto de 2013. Assim, ainda não ocorreu o trânsito em julgado.

A decisão proferida pelo STJ no caso, apesar de os embargos de declaração do Opportunity terem sido rejeitados, foi feito um esclarecimento equivocado, no sentido de que o Tribunal “a quo” teria decidido que seriam devidos juros no percentual de 1% a.m. no período de 13 de novembro a 16 de dezembro de 1997. A decisão transitou em julgado.

É possível que o próprio Opportunity oponha novos embargos de declaração para que seu recurso especial seja provido no que tange aos juros, tendo em vista que a interpretação conferida pelo STJ é contraditória com o fato de ele ter negado provimento ao recurso. Está constituída provisão para contingências no valor de R\$ 20.926 e depósito judicial no mesmo valor.

A Quarta Turma do STJ rejeitou, por unanimidade, os segundos embargos de declaração opostos pelo OAM contra o acórdão que negou provimento ao seu recurso especial, a referida decisão confirmou-se ao não acolhimento da parte principal do pleito, consubstanciada no pedido de indenização por lucros cessantes.

O acórdão proferido na ação proposta pelo OAM contra a Petros transitou em julgado em 12 de agosto de 2015, favorável a Petros.

Em 1º de outubro de 2015, o OAM protocolizou petição no processo de execução, requerendo o pagamento do valor de R\$ 20 milhões, relativo à diferença do valor da dívida entre 13.11.1997 a 16.12.1997, ainda sob a égide do Acordo Operacional, calculado com a aplicação dos juros contratuais de 1% ao mês até a entrada em vigor do Código Civil e do valor da dívida calculado com a aplicação dos juros legais de 0,5% ao mês até a mesma data.

9 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As contingências passivas decorrentes de processos judiciais em que os advogados consideram a probabilidade de perdas para a Entidade como possíveis estão a seguir resumidas:

PLANO DE BENEFÍCIOS	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Plano Petros Sistema Petrobras	1.184.716	852.755
Plano Petros PQU	1.686	854
Plano Petros Braskem	30.086	15.538
Plano Petros COPESUL	19.302	17.428
Plano Petros Lanxess	11.170	5.133
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	575	437
Plano Petros Ultrafértil	11.287	6.612
Plano Petros 2	10.922	-
Plano Transpetro	1.470	-
Plano TAPMEPrev	550	-
Plano PQU Previdência *	100	-
Plano ANAPARprev	200	-
Plano CROprev	50	-
Plano CRAprev	50	-
Plano FENAJprev	64	-
Plano FIEPEprev	500	-
Plano Liquigás	80	-
Plano PTAPrev	320	-
Plano SIMEPREV	30	-
TOTAL	1.273.158	898.757

* Plano extinto em 2015.

10 ATIVOS CONTINGENTES

Ação judicial sobre expurgos inflacionários – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFNDs

A PETROS juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do Decreto-lei nº 2.288, de 24 de julho de 1986, artigo 7º, adquiriu Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN – Obrigação do Tesouro Nacional.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP), representando os Fundos de Pensão, ajuizou a União Federal requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários decorrentes da OFNDs ocorridos entre abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ação objetivou o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFND e, consequentemente, dos respectivos rendimentos, propondo a adoção do IPC, em vez do OTN, durante o período citado.

A ação foi julgada procedente, tendo ocorrido o trânsito em julgado do mérito em 28 de setembro de 2008, estando o processo, entretanto, ainda em fase de execução. Em 27 de dezembro de 2010, o referido processo judicial transitou em julgado a favor da ABRAPP (consequentemente a favor dos Fundos de Pensão).

Em 28 de junho de 2011, foi apresentado ao Juiz Federal da 23ª Vara Federal, a memória de cálculo discriminada e atualizada referente ao débito principal, cujo montante da PETROS estava estimado à época em R\$ 806.652.

Em 5 de setembro de 2011, foi encaminhado Ofício nº 3360/2011/PF/PREVIC 107.30/2010 – AGU/PRU 4ª Região – 1º Grau à PRF – 2ª Região, visando o refazimento dos cálculos relativos à atualização das OFNDs.

Em 17 de janeiro de 2012, a PREVIC emitiu o Ofício nº 150/2012/CGMC/DIACE/PREVIC que determinou, em caráter prudencial, a reversão dos valores contabilizados.

Tendo em vista o status do processo a administração da PETROS até o presente momento, decidiu por não registrar contabilmente os valores decorrentes desta ação, até que se tenha um posicionamento líquido e certo.

Em 18 de maio de 2012, o Juiz Federal chamou o feito à ordem e determinou a suspensão da execução até o julgamento final da Ação Rescisória, bem como determinou que fosse dada baixa na distribuição da execução, por entender que a execução do julgado deve ser requerida pelos substituídos processuais em ação própria.

Contra essa decisão, a ABRAPP interpôs o recurso de Agravo de Instrumento que por unanimidade a 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal – TRF, deu provimento ao recurso.

A Juíza proferiu despacho no sentido que seja aguardado o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo Tribunal.

No momento aguarda-se a prolação de nova decisão do Juízo da 23ª Vara Federal. Tendo em vista a publicação do referido acórdão proferido pelo E. Tribunal Regional Federal, em 21 de setembro de 2012, a ABRAPP peticionou informando os termos do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal e requerendo o prosseguimento do feito e, consequentemente, a intimação da ABRAPP para apresentação de impugnação aos embargos à execução apresentados pela União Federal. Tendo em vista o trânsito em julgado do acórdão que julgou o Agravo de Instrumento, a Juíza da 23ª Vara Federal determinou o prosseguimento da execução e dos embargos à execução. Contra essa decisão, a União Federal interpôs agravo de instrumento, ainda pendente de decisão, cadastrado sob o nº 20130201013512-3, distribuído para o Desembargador Luís Paulo Araújo.

11 PATRIMÔNIO SOCIAL

11.1 Provisões matemáticas

As Provisões Matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelos atuários dos planos de benefícios em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Benefícios Concedidos	54.104.510	39.359.460
Contribuição Definida	429.295	168.029
Saldo de contas dos Assistidos	429.295	168.029
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	53.675.215	39.191.431
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	46.846.220	33.681.956
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	6.828.995	5.509.475
Benefícios a Conceder	43.443.071	38.391.612
Contribuição Definida	10.765.177	8.828.115
Saldo de contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	5.672.461	4.810.579
Saldo de contas – Parcela Participantes	5.092.716	4.017.536
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	31.648.851	28.519.881
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	36.541.971	33.289.498
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(4.148.222)	(3.952.190)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(744.898)	(817.427)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	1.029.043	1.043.616
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados	1.345.090	1.256.172
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(167.363)	(116.361)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(148.684)	(96.195)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(57.770,00)	(33.207)
(-) Déficit Equacionado	(32.355)	(30.032)
(-) Patrocinador(es)	(32.355)	(30.032)
(+/-) Por ajustes das Contribuições Extraordinárias	(25.415)	(3.175)
(+/-) Patrocinador(es)	(25.415)	(3.175)
TOTAL	97.489.811	77.717.865

a) Resolução CNPC nº 15 de 19 de novembro de 2014

No dia 19 de novembro de 2014, o Conselho Nacional de Previdência Complementar se reuniu e aprovou o que veio a ser a Resolução CNPC nº 15/2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de novembro de 2014 e que trata das regras de precificação do passivo atuarial, alterando a Resolução CGPC nº 18/2006. Complementando a Resolução CNPC nº 15, foi publicada, no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2014, a Portaria PREVIC nº 615/2014, bem como a Instrução Normativa Nº 19, de 04 de fevereiro de 2015.

Aplicação da Resolução

As regras previstas na Resolução CNPC nº 15, passaram a ser obrigatórias a partir das avaliações atuariais a partir de 1º de janeiro de 2015.

Em 2014, a Entidade permaneceu aplicando a Resolução CNPC nº 3 de 29 de Novembro de 2012, com teto de taxa de juros de 5,56%.

Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinários incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Para o cálculo da duração do passivo utilizada na definição da taxa de juros parâmetro, deverá ser considerado o fluxo projetado na avaliação atuarial de encerramento do exercício anterior.

PLANO	DURATION EM ANOS (EXERCÍCIO 2014)	TAXA DE JUROS PARÂMETRO (PORTARIA Nº 197)	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	TAXA DE JUROS (AVAL ATUARIAL 2015)
Petros do Sistema Petrobras	11,79	5,30%	3,71%	5,70%	5,70%
Petros Lanxess	10,65	5,27%	3,69%	5,67%	5,67%
Petros Nitriflex/Lanxess	10,33	5,27%	3,69%	5,67%	5,67%
Petros Ultrafertil	11,20	5,29%	3,70%	5,69%	5,69%
Petros 2	18,17	5,43%	3,80%	5,83%	5,66%
Aduanaprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
Alesat	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
Cachoeira Dourada	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
CRAprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
CRCprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
CROprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
Culturaprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
FENAJprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
Gasprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
IBAprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
Liquigás	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
Petro_RG	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
PREV-ESTAT	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
PrevFIEPA	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
PreviContas	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
PreviFIEA	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
PrevItália	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
Prevtran	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
Repsol	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
Simeprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
SinMed/RJ	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
Sulgasprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,50%
Anaparprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,51%
IBPprev Associados	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,51%
PTAprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,51%
Sanasa	6,84	5,11%	3,58%	5,51%	5,51%
Termoprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,51%
FIEPEprev	10,00	5,25%	3,68%	5,65%	5,18%
TAPMEPrev	9,63	5,23%	3,66%	5,63%	5,35%

Taxa de juros parâmetro

A taxa de juros parâmetro corresponde àquela, cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios. Os pontos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros Média e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como limites inferior e superior, aplicados na avaliação de 2015 foram divulgados através da Portaria nº 197 de 15 de abril de 2015 (2014 – Portaria nº 615 de 24 de Novembro de 2014)

Planos aplicáveis

A nova Resolução é aplicável, na íntegra, a planos que contenham algum componente atuarial, ou seja, planos BD, CV e CD “não puro”. Nos planos CV e CD, o cálculo da *duration* deve considerar apenas a parte atuarial do plano, ou seja, a parte BD do plano.

b) Planos de benefícios Petros que adotaram a regras previstas na Resolução nº 15 na avaliação atuarial de 2015

A tabela abaixo demonstra a aplicação das regras previstas na Resolução CNPC Nº 15/2014, na Avaliação Atuarial de 2015.

Premissas e hipóteses atuariais

As principais premissas e hipóteses adotadas nas avaliações atuariais estão apresentadas nos quadros a seguir:

PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Plano Petros Sistema Petrobras

PREMISSA	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral Ativos e Assistidos	Experiência Petros 2013	Experiência Petros 2013
Taxa de Juros Anual	5,70% a.a.	5,63% a.a.
Taxa anual de crescimento real de salário	Petrobras: 1,48 % a.a. BR: 2,95% a.a. Petros: 2,80% a.a.	Petrobras e BR: 1,761% a.a. Petros 2,00% a.a.
Taxa anual de crescimento real de benefício	0,00%	0,00%

As premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2015 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme ATA DE-2114/2015, item 2, DE-592/2015, de 1 de dezembro de 2015, bem como pelo Conselho Deliberativo, Ata 530, item 3, CD-155/2015, de 16 de dezembro de 2015, com base na proposta apresentada no memorando GAP-218/2015 de 12 de novembro de 2015.

As seguintes premissas foram alteradas em relação à avaliação atuarial do ano de 2014:

PREMISSA	2014	2015	MOTIVAÇÃO
Hipóteses sobre a composição da família de Pensionistas	Benefícios a Conceder e Concedidos: Hx Experiência STEA	Benefícios a Conceder: Hx da família média Benefícios Concedidos: Família Real dos Assistidos	Premissa indicada pelos Estudos do Atuário externo (Mirador)
Taxa de crescimento real dos salários	Petrobras e BR: 1,761% Petros: 3,00%	Petrobras: 1,480% BR: 2,950% Petros: 2,800%	Taxas informadas pelas patrocinadoras e recomendadas pelo atuário externo (Mirador)
Taxa de Juros	5,63%	5,70%	Taxa indicada no Estudo de Taxas Reais de Juros Projetadas no longo prazo realizado pela Petros e validado pelo atuário externo (Mirador)

Plano Petros Lanxess

PREMISSA	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral Ativos e Assistidos	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Taxa de Juros Anual	5,67% a.a.	5,50% a.a.
Taxa anual de crescimento real de salário	1,5% a.a.	1,5% a.a.
Taxa anual de crescimento real de benefício	0,50%	0,50%

Plano Petros Nitriflex/Lanxess

PREMISSA	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral Ativos e Assistidos	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Taxa de Juros Anual	5,67% a.a.	5,00% a.a.
Taxa anual de crescimento real de salário	Nitriflex: 0,0 % a.a. Lanxess: 1,5% a.a.	Nitriflex: 0,0 % a.a. Lanxess: 1,5% a.a.
Taxa anual de crescimento real de benefício	Nitriflex: 0,00% Lanxess: 0,50%	Nitriflex: 0,00% Lanxess: 0,50%

Plano Petros Ultrafertil

PREMISSA	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral Ativos e Assistidos	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Taxa de Juros Anual	5,69% a.a.	5,58% a.a.
Taxa anual de crescimento real de salário	Ultrafertil: 0 % a.a. Vale Fertilizantes: 0% a.a. Araucária: 1,48% a.a.	Ultrafertil: 0 % a.a. Vale Fertilizantes: 0% a.a. Araucária: 1,761% a.a.
Taxa anual de crescimento real de benefício	0,00% a.a.	0,00% a.a.

PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

Plano Petros 2

PREMISSA	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Feminina suavizada em 10%	AT-2000 Feminina suavizada em 10%
Taxa de Juros Anual	5,66%	5,50%
Taxa anual de crescimento real de salário	Petros: 2,80% a.a. BR: 3,09% a.a. Stratura: 0% a.a para 2016 e 1% a.a. a partir de 2017. Petrobras e Demais patrocinadoras: 2,79% a.a.	Petros: 3,00% a.a. Petrobras e Demais patrocinadoras: 3,476%

Plano TAPMEprev

PREMISSA	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 (segregada por sexo)	AT – 2000 (segregada por sexo)
Taxa de Juros Anual	5,35% a.a.	5,50% a.a.
Taxa anual de crescimento real de salário	0,43% a.a.	0,00% a.a.

Plano Misto Sanasa

PREMISSA	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 Feminina	AT-1983 (83% Masc.+17% Fem.)
Taxa de Juros Anual	5,51% a.a.	5,50% a.a.
Taxa anual de crescimento real de salário	1,00% a.a.	0,00% a.a.

PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

	2015	2014
Plano Gasprev		
- Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 Feminina	AT-1983 Masculina
- Taxa de Juros Anual	5,50% a.a.	5,50% a.a.
- Taxa anual de crescimento real de salário	0,00% a.a.	0,00% a.a.

Plano Liquigás		
- Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 Feminina	AT-1983 Masculina
- Taxa de Juros Anual	5,50% a.a.	5,50% a.a.
- Taxa anual de crescimento real de salário	0,00% a.a.	0,00% a.a.

Plano Anaparprev		
- Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 Masculina	AT-1983 Masculina
- Taxa de Juros Anual	5,51% a.a.	5,50% a.a.
- Taxa anual de crescimento real de salário	0,00% a.a.	0,00% a.a.

Plano Termoprev		
- Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 Masculina	AT-1983 Masculina
- Taxa de Juros Anual	5,51% a.a.	5,50% a.a.
- Taxa anual de crescimento real de salário	0,00% a.a.	0,00% a.a.

Plano IBP Associados		
- Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 Masculina	AT-1983 Masculina
- Taxa de Juros Anual	5,51% a.a.	5,50% a.a.
- Taxa anual de crescimento real de salário	0,00% a.a.	0,00% a.a.

Plano PTAPrev		
- Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 Masculina	AT-1983 Masculina
- Taxa de Juros Anual	5,51% a.a.	5,50% a.a.
- Taxa anual de crescimento real de salário	0,00% a.a.	0,00% a.a.

Plano Sulgasprev		
- Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (70%M 30%F)	AT-2000 (70%M 30%F)
- Taxa de Juros Anual	5,50% a.a.	5,50% a.a.
- Taxa anual de crescimento real de salário	1,51% a.a.	0,00% a.a.

Plano PrevFIEPA		
- Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 Masculina	AT-1983 Masculina
- Taxa de Juros anual	5,50% a.a.	5,50% a.a.
- Taxa anual de crescimento real de salário	0,00% a.a.	1,1851% a.a.

Plano FIEPEprev		
- Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 Masculina	AT-1983 Masculina
- Taxa de Juros Anual	5,18% a.a.	5,50% a.a.
- Taxa anual de crescimento real de salário	0,00% a.a.	0,67% a.a.

DEMAIS PLANOS

PREMISSAS	TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	TAXA DE JUROS ANUAL
Plano ADUANaprev			
Plano CRCprev			
Plano FENAJprev			
Plano PREV-ESTAT	AT-2000 segregada por sexo		
Plano PreviContas			
Plano Previtália			
Plano PREVTRAN			
Plano CRAprev			
Plano CROprev			5,50%
Plano Culturaprev	AT-83 (50% Masc. 50% Fem.)		
Plano Simeprev			
Plano SinMed/RJ			
Plano PreviFIEA		1,20% a.a.	
Plano Cachoeira Dourada		1,00% a.a.	
Plano IBAPrev	AT-83 (Masculina)		
Plano ALESAT			
Plano Repsol			

11.2 Equilíbrio técnico consolidado

O Equilíbrio Técnico Consolidado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está apresentado na tabela a seguir:

EQUILÍBRIO TÉCNICO	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Saldo em 31 de dezembro	(6.215.105)	(2.278.440)
Déficit do exercício atual	(16.879.863)	(3.921.226)
Resultados a Realizar do exercício	(2.714)	(15.439)
TOTAL *	(23.097.682)	(6.215.105)

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Resultados Realizados	(23.647.796)	(6.767.933)
Resultados a Realizar	3.6	552.828
TOTAL	(23.097.682)	(6.215.105)

A posição segregada, por plano de benefícios está demonstrada na Nota 12.

11.3 Fundos

A tabela a seguir apresenta a evolução dos Fundos – Previdenciais, Administrativos e de Investimentos em 31 de dezembro de 2015.

	PREVIDENCIAIS	ADMINISTRATIVOS	INVESTIMENTOS	CONSOLIDADO
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.971.087	940.606	139.451	4.051.144
Constituição / (Reversão)	(2.915.147)	(85.431)	43.269	(2.957.309)
Transferência de Gerenciamento *	(2.138)	-	-	(2.138)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	53.802	855.175	182.720	1.091.697

* Impacto da Transferência de Gerenciamento do Plano Unimed BH.

a) Fundos Previdenciais

Os fundos de natureza previdencial totalizaram em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$ 53.802 (R\$ 2.971.087 em 31 de dezembro de 2014), conforme a tabela a seguir.

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	10.561	8.755
Revisão de Plano	5	-
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	43.236	2.960.254
Fundo Especial	16.979	2.937.142
Fundo de Portabilidade e Resgate	-	307
Fundo de Serviço Passado	26.214	21.504
Fundo Benefícios de Risco a Conceder	-	1.257
Fundo de Valores Remanescentes	-	6
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	43	38
Outros – Resolução 26	-	2.078
TOTAL	53.802	2.971.087

O quadro a seguir apresenta a posição de Fundos previdenciais por Plano de Benefícios.

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Plano Petros Sistema Petrobras	a.1	2.923.529
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	-	2.078
Plano Petros 2	16.979	13.921
Plano TAPMEPrev	1.975	1.111
Plano Repsol	2.939	2.197
Plano Cachoeira Dourada	532	459
Plano CONCEPA	-	181
Plano ALESAT	312	158
Plano IBPprev Associados	621	273
Plano Misto Sanasa	26.214	21.819
Plano TERMOprev	6	38
Plano FIEPEprev	1.078	621
Plano PTAPrev	797	481
Plano UNIMED-BH	-	2.117
Plano PREVFIEPA	350	173
Plano PrevFIEA	344	148
Plano Liquigás	921	475
Plano GasPrev	540	246
Plano PETRO_RG	182	114
Plano SulgasPrev	11	948
Plano EldoradoPrev	1	-
TOTAL	53.802	2.971.087

a.1) No encerramento do exercício de 2015 houve a incorporação do impacto dos níveis concedidos nos Acordos Coletivos de Trabalho da Petrobras em 2004, 2005 e 2006 aos benefícios dos aposentados e pensionistas do Plano Petros Sistema Petrobras que aceitaram o acordo. Em função disso, o Fundo Previdencial constituído para esta finalidade, foi integralmente revertido ao patrimônio do plano.

b) Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo totalizava em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 855.175 (R\$ 940.606 em 31 de dezembro de 2014), conforme apresentado na tabela a seguir:

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Saldo do início do período	940.606	1.023.913
Custeio (Taxa de Carregamento, Taxa adm. Empréstimos)	137.031	126.235
Resultado dos Investimentos Administrativos	25.086	35.925
Outras Receitas	1.650	6.484
Pessoal e Encargos	(114.422)	(115.125)
Serviços de Terceiros	(24.919)	(57.312)
Outras Despesas Administrativas	(90.652)	(40.731)
(Constituição)/Reversão de Contingência Administrativa	(19.175)	(38.728)
Reversão de Recursos para Plano de Benefícios	(30)	(55)
Constituição/(Reversão) do Fundo no ano	(85.431)	(83.307)
SALDO FINAL DO FUNDO ADMINISTRATIVO	855.175	940.606

Composição da participação dos planos no Fundo Administrativo:

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Plano Petros Sistema Petrobras	756.925	870.924
Plano Petros 2	93.734	64.617
Plano TAPMEPrev	4.372	5.065
Plano EldoradoPrev	144	-
TOTAL	855.175	940.606

A PETROS vem realizando uma série de estudos e simulações no sentido de sanar os desequilíbrios financeiros, com o objetivo de equacionar a situação dos planos que se encontram com déficits em seus custeios administrativos, exceto os citados no quadro acima, adotando medidas para resolução do assunto, conforme explicitado na Nota 1.2.8.

c) Fundo de Investimentos

A PETROS constitui mensalmente o Fundo de Quitação Por Morte e Fundo de Cobertura de Inadimplência, conforme as características de cada Plano de Benefícios que possuem esta modalidade.

Para os empréstimos dos Planos Petros 2 e Planos BD, é constituído um fundo interno para cobrir os riscos da operação – Fundo Garantidor de Crédito, sendo praticada para os Planos BD a taxa de 3,52% a.a. (3,27% a.a destinado à quitação por ocasião do falecimento e 0,25% a.a. para cobertura de inadimplência) e para o Plano Petros 2 a taxa de 1,63% a.a. (1,38% a.a destinado à quitação por ocasião do falecimento e 0,25% para cobertura de inadimplência)

O Plano Misto Sanasa possui Fundo Garantidor, que pratica 0,5% a.a sobre o saldo devedor.

O saldo em 31 de dezembro de 2015 totalizava R\$ 182.720 (R\$ 139.451 em 31 de dezembro de 2014), conforme demonstrado a seguir:

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Plano Petros Sistema Petrobras	161.563	124.705
Plano Petros Braskem	70	70
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	118	127
Plano Petros Lanxess	1.070	796
Plano Petros PQU	536	529
Plano Petros Ultrafértil	2.072	1.637
Plano Petros Copesul	1.228	1.212
Plano IBPprev Associados	1	1
Plano Misto Sanasa	22	15
Plano FIEPEprev	9	6
Plano Petros 2	15.655	10.002
Plano ANAPARprev	372	348
Plano PTAPrev	4	3
TOTAL	182.720	139.451

11.5 Resultado Administrativo

O quadro abaixo demonstra o resultado da gestão administrativa, incluindo as fontes de custeio e as despesas administrativas.

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Fontes de Custeio da Gestão Administrativa	163.767	168.644
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	130.518	120.333
Custeio Administrativo dos Investimentos	367	29
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6.146	5.873
Receitas Diretas	260	4.163
Resultado Positivo dos Investimentos	25.086	35.925
Outras Receitas	1.390	2.321
Despesas Administrativas	(229.993)	(213.168)
Pessoal e encargos	(114.422)	(115.125)
Conselheiros	(617)	(566)
Dirigentes	(4.509)	(4.177)
Pessoal Próprio	(107.967)	(109.251)
Pessoal Cedido	(1.037)	(824)
Estagiários	(290)	(238)
Outros	(2)	(69)
Treinamentos/congressos e seminários	(721)	(1.582)
Viagens e estadias	(1.782)	(2.120)
Serviços de terceiros	(54.211)	(57.312)
Consultoria Atuarial	(1.297)	(2.645)
Consultoria dos Investimentos	(59)	(75)
Consultoria Contábil	(85)	(81)
Consultoria Jurídica	(18.791)	(23.205)
Recursos Humanos	(1.523)	(3.686)
Informática	(12.183)	(12.456)
Consultoria de Gestão/Planejamento Estratégico	-	(58)
Auditoria Contábil	(914)	(171)
Auditoria Atuarial/Benefícios	-	(45)
Outras ¹	(19.359)	(14.890)
Despesas gerais	(21.409)	(19.247)
Depreciações e amortizações	(37.415)	(17.450)
Outras Despesas	(33)	(332)
Contingências	(19.175)	(38.728)
Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(30)	(55)
RESULTADO ADMINISTRATIVO	(85.431)	(83.307)

¹ Outros serviços de terceiros não enquadrados nas rubricas anteriores, tais como despesas de manutenção do arquivo, serviços postais, serviços de cadastro e atendimento, seguro garantia judicial, consultoria de revisão de cálculos de benefícios e processos judiciais.

11.4 Resultado dos Investimentos

O quadro a seguir demonstra o resultado líquido de investimentos, do consolidado.

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
RESULTADO DOS INVESTIMENTOS		
Rendas/Variações Líquidas	(845.777)	3.320.956
Títulos Públicos	1.035.784	2.584.415
Créditos Privados e Depósitos	(100.005)	(40.994)
Ações	(2.342.044)	139.391
Fundos de Investimento	(236.427)	(28.921)
Investimentos Imobiliários	370.749	334.498
Empréstimos e Financiamento	442.154	334.730
Exigível Contingencial - Investimentos	(20.926)	-
Outros Realizáveis	4.938	(2.163)
Constituição/Reversão Fundo dos Investimentos	(43.270)	(35.235)
TOTAL	(889.047)	3.285.721

12 SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

12.1 Plano Petros Sistema Petrobras

Em 31 de dezembro de 2015, o Plano Petros Sistema Petrobras apresenta uma insuficiência patrimonial de R\$ 22.609.287 (R\$ 6.193.129 em 31 de dezembro de 2014), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com a regras em vigor.

1. Patrimônio de Cobertura		60.034.643
2. Provisões Matemáticas (PM)		82.643.930
2.1. Contribuição Definida		0
2.2. Benefício Definido		82.643.930
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(22.609.287)
3.1. Superávit/Déficit Técnico		(23.104.720)
3.2. Resultados a Realizar		495.433
4. Ajuste Precificação (+/-)		-
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(22.609.287)
6. Equivalência em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	27,36%
7. Duration do Plano (em anos)		11,99
8. Limite do Déficit Técnico ajustado (em %)	1% x (Duration -4)	7,99%
9. Prazo de Equacionamento do Déficit (em anos)	(1,5 x Duration)	17,99

Diante do demonstrado no quadro acima, deverá ser elaborado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros o plano de equacionamento do déficit até o final do exercício de 2016, tendo em vista que o Equilíbrio técnico ajustado (27,36% das Provisões Matemáticas) ser superior ao Limite de tolerância do plano de 7,99% das Provisões Matemáticas.

FATORES QUE INFLUENCIARAM NO RESULTADO DO PLANO

Os principais fatores que influenciaram nos compromissos atuariais no encerramento do exercício de 2015 são:

- Alteração de premissas financeiras e biométricas: Taxa de Crescimento Real de Salário, Composição Familiar, Taxa de Juros e retirada do limitador de 90% do Teto do Salário de Participação, conforme previsto no Regulamento.
- Incorporação do impacto dos níveis concedidos nos Acordos Coletivos de Trabalho da Petrobras em 2004, 2005 e 2006 aos benefícios dos aposentados e pensionistas do Plano Petros Sistema Petrobras que aceitaram o acordo. Em função disso, o Fundo Previdencial do referido plano, constituído para esta finalidade, foi revertido ao patrimônio.

O déficit no exercício de 2015, passando de um Equilíbrio técnico acumulado negativo de R\$ 6.193.129 em 31 de dezembro de 2014, para um Equilíbrio técnico acumulado negativo de R\$ 22.609.287 em 31 de dezembro de 2015 é explicado principalmente: (i) o baixo retorno dos investimentos em relação a meta atuarial (impacto da ordem de R\$ 8 bilhões); (ii) alteração de premissas biométrica "Composição Familiar" (impacto no resultado do exercício na ordem de R\$ 3,4 bilhões); e pela retirada do limite do teto operacional de 90% (impacto no resultado do exercício na ordem de R\$ 3,5 bilhões).

Não houve impacto no resultado de 2014, com relação a premissa de "Composição Familiar" em virtude da necessidade de realização de estudos aprofundados sobre o tema que somente foram concluídos no decorrer de 2015. Quanto a retirada do limite do Teto de 90%, os estudos somente foram concluídos no final do ano de 2015, e considerados na avaliação atuarial desse ano.

12.2 Plano Petros 2

Em 31 de dezembro de 2015, o Plano Petros 2 apresentou excedente patrimonial de R\$ 52.003 (R\$ 93.169 em 31 de dezembro de 2014).

ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com a regras em vigor.

1. Patrimônio de Cobertura		11.115.523
2. Provisões Matemáticas (PM)		11.063.520
2.1. Contribuição Definida		10.215.886
2.2. Benefício Definido		847.634
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	52.003
3.1. Superávit/Déficit Técnico		52.003
3.2. Resultados a Realizar		0
4. Ajuste Precificação (+/-)		229.841
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	281.844
6. Equivalência em relação às Provisões Matemáticas	(3.1 / 2.2)	6,14%
7. Duration do Plano (em anos)		17,65
8. Limite técnico para constituição da Reserva de Contingência (em % das Provisões Matemáticas)	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duration) das Provisões Matemáticas (parcela BD)	25,00%
9. Reserva de Contingência		52.003

Diante dos resultados acima não será necessária a elaboração do plano de distribuição de superávit para o exercício de 2016, uma vez que o limite de tolerância do plano de 25% das Provisões Matemáticas não foi extrapolado.

12.3 Plano Petros Nitriflex/Lanxess

Em 31 de dezembro de 2015, o Plano Petros Nitriflex / Lanxess apresentou excedente patrimonial de R\$ 17.797 (R\$ 36.841 em 31 de dezembro de 2014), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com a regras em vigor.

1. Patrimônio de Cobertura		159.524
2. Provisões Matemáticas (PM)		141.727
2.1. Contribuição Definida		
2.2. Benefício Definido		141.727
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	17.797
3.1. Superávit/Déficit Técnico		13.682
3.2. Resultados a Realizar		4.115
4. Ajuste Precificação (+/-)		259
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	18.056
6. Equivalência em relação às Provisões Matemáticas	(3.1 / 2.2)	9,65%
7. Duration do Plano (em anos)		9,70
8. Limite técnico para constituição da Reserva de Contingência (em % das Provisões Matemáticas)	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duration) das Provisões Matemáticas (parcela BD)	19,70%
9. Reserva de Contingência		13.681

Diante dos resultados acima não será necessária a elaboração do plano de distribuição de superávit para o exercício de 2016, uma vez que o limite de tolerância do plano de 19,70% das Provisões Matemáticas não foi extrapolado.

12.4 Plano Petros Lanxess

Em 31 de dezembro de 2015, o Plano Petros Lanxess apresentou insuficiência patrimonial de R\$ 122.308 (excedente patrimonial de R\$ 86.600 em 31 de dezembro de 2014), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com a regras em vigor.

1. Patrimônio de Cobertura		1.029.974
2. Provisões Matemáticas (PM)		1.152.282
2.1. Contribuição Definida		0
2.2. Benefício Definido		1.152.282
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(122.308)
3.1. Superávit/Déficit Técnico		(150.030)
3.2. Resultados a Realizar		27.722
4. Ajuste Precificação (+/-)		2.136
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(120.172)
6. Equivalência em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	10,43%
7. Duration do Plano (em anos)		10,68
8. Limite do Déficit Técnico ajustado (em %)	1% x (Duration -4)	6,68%
9. Prazo de Equacionamento do Déficit (em anos)	(1,5 x Duration)	16,02

Diante dos resultados demonstrados no quadro acima, deverá ser elaborado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros o plano de equacionamento do déficit até o final do exercício de 2016, tendo em vista que o Equilíbrio técnico ajustado (10,43% das Provisões Matemáticas) ser superior ao Limite de tolerância do plano de 6,63% das Provisões Matemáticas.

12.5 Plano Petros Ultrafértil

Em 31 de dezembro de 2015, o Plano Petros Ultrafértil apresenta uma insuficiência patrimonial de R\$ 436.693 (R\$ 239.625 em 31 de dezembro de 2014).

ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com a regras em vigor.

1. Patrimônio de Cobertura		849.735
2. Provisões Matemáticas (PM)		1.286.427
2.1. Contribuição Definida		0
2.2. Benefício Definido		1.286.427
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(436.692)
3.1. Superávit/Déficit Técnico		(459.536)
3.2. Resultados a Realizar		22.844
4. Ajuste Precificação (+/-)		1.374
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(435.318)
6. Equivalência em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	33,84%
7. Duration do Plano (em anos)		10,84
8. Limite do Déficit Técnico ajustado (em %)	1% x (Duration -4)	6,84%
9. Prazo de Equacionamento do Déficit (em anos)	(1,5 x Duration)	16,26

Por extrapolar o limite de tolerância de 6,84% das Provisões Matemáticas, será necessária a elaboração do plano de equacionamento de déficit. Entretanto, em função de negociação com as Patrocinadoras referente à dívida proveniente da alteração regulamentar de 1984, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Petros, o equacionamento do Plano será realizado após finalizada a questão, pois existirá reflexo direto no equacionamento do plano.

12.6 Plano Petros Copesul

A insuficiência patrimonial relativa ao Plano Petros Copesul, que se encontra em fase de retirada de patrocínio, foi tratada em conformidade com a Resolução MPAS/CPC nº 06/1988, que dispõe sobre os procedimentos relativos à retirada de patrocinadora de EFPC, aplicada aos processos protocolados na PREVIC até 13 de maio de 2013, e no âmbito da atuação de administração especial designada pela PREVIC.

De acordo com o Termo de Retirada de Patrocínio, a insuficiência verificada na data de apuração foi atualizada pela variação do IPCA acrescida de juros de 6% ao ano, o que resultou no valor de R\$ 358.563 atualizado até janeiro de 2015. Em fevereiro de 2015 a patrocinadora realizou o aporte neste montante.

O excedente está registrado na rubrica contábil Exigível Operacional – Gestão Previdencial que em 31 de dezembro de 2015 apresenta o montante de R\$ 73.424 (R\$ 773.775 em 31 de dezembro de 2014)

12.7 Plano Petros PQU

O excedente relativo ao Plano Petros PQU, que se encontra em fase de retirada de patrocínio, foi tratado em conformidade com a Resolução MPAS/CPC nº 06/1988, que dispõe sobre os procedimentos relativos à retirada de patrocinadora de EFPC, aplicada aos processos protocolados na PREVIC até 13 de maio de 2013, e no âmbito da atuação de administração especial designada pela PREVIC, conforme Nota 14. Este excedente está sendo registrado na rubrica contábil Exigível Operacional – Gestão Previdencial que em 31 de dezembro de 2015 apresenta o valor de R\$ 111.292 (R\$ 241.661 em 31 de dezembro de 2014).

12.8 Plano FIEPEprev

Em 31 de dezembro de 2015, o Plano FIEPEprev apresenta um excedente patrimonial de R\$ 279 (R\$ 232 em 31 de dezembro de 2014).

ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com a regras em vigor.

1. Patrimônio de Cobertura		36.899
2. Provisões Matemáticas (PM)		36.620
2.1. Contribuição Definida		34.086
2.2. Benefício Definido		2.534
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	279
3.1. Superávit/Déficit Técnico		279
3.2. Resultados a Realizar		0
4. Ajuste Precificação (+/-)		0
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	279
6. Equivalência em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	11,01%
7. Duration do Plano (em anos)		6,39
8. Limite técnico para constituição da Reserva de Contingência (em % das Provisões Matemáticas)	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duration) das Provisões Matemáticas (parcela BD)	16,39%
9. Reserva de Contingência		279

Diante dos resultados acima não será necessária a elaboração do plano de distribuição de superávit para o exercício de 2016, uma vez que o limite de tolerância do plano de 16,39% das Provisões Matemáticas não foi extrapolado.

12.9 Plano PrevFIEPA

Em 31 de dezembro de 2015, o Plano PrevFIEPA, apresenta um excedente patrimonial de R\$ 104 (R\$ 338 em 31 de dezembro de 2014).

ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com a regras em vigor.

1. Patrimônio de Cobertura		20.769
2. Provisões Matemáticas (PM)		20.665
2.1. Contribuição Definida		19.011
2.2. Benefício Definido		1.654
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	104
3.1. Superávit/Déficit Técnico		104
3.2. Resultados a Realizar		0
4. Ajuste Precificação (+/-)		0
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	104
6. Equivalência em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	6,29%
7. Duration do Plano (em anos)		4,80
8. Limite técnico para constituição da Reserva de Contingência (em % das Provisões Matemáticas)	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duration) das Provisões Matemáticas (parcela BD)	14,80%
9. Reserva de Contingência		104

Diante dos resultados acima não será necessária a elaboração do plano de distribuição de superávit para o exercício de 2016, uma vez que o limite de tolerância do plano de 14,80% das Provisões Matemáticas não foi extrapolado.

12.10 Plano PrevFIEA

Em 31 de dezembro de 2015, o Plano PrevFIEA apresenta excedente patrimonial de R\$ 20 (R\$ 215 em 31 de dezembro de 2014).

ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com a regras em vigor.

1. Patrimônio de Cobertura		11.044
2. Provisões Matemáticas (PM)		11.024
2.1. Contribuição Definida		9.895
2.2. Benefício Definido		1.129
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	20
3.1. Superávit/Déficit Técnico		20
3.2. Resultados a Realizar		0
4. Ajuste Precificação (+/-)		0
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	20
6. Equivalência em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	1,79%
7. Duration do Plano (em anos)		6,70
8. Limite técnico para constituição da Reserva de Contingência (em % das Provisões Matemáticas)	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duration) das Provisões Matemáticas (parcela BD)	16,70%
9. Reserva de Contingência		20

Diante dos resultados acima não será necessária a elaboração do plano de distribuição de superávit para o exercício de 2016, uma vez que o limite de tolerância do plano de 16,70% das Provisões Matemáticas não foi extrapolado.

12.11 Plano Sulgasprev

Em 31 de dezembro de 2015, o Plano Sulgasprev apresenta excedente patrimonial de R\$ 1.313 equivalente a 653,81% das Provisões Matemáticas de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido (benefícios de risco).

ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com a regras em vigor.

1. Patrimônio de Cobertura		9.821
2. Provisões Matemáticas (PM)		8.508
2.1. Contribuição Definida		8.307
2.2. Benefício Definido		201
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	1.313
3.1. Superávit/Déficit Técnico		1.313
3.2. Resultados a Realizar		0
4. Ajuste Precificação (+/-)		0
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	1.313
6. Equivalência em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	653,81%
7. Duration do Plano (em anos)		20,84
8. Limite técnico para constituição da Reserva de Contingência (em % das Provisões Matemáticas)	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duration) das Provisões Matemáticas (parcela BD)	25,00%
9. Reserva de Contingência		50
10. Reserva especial para revisão do Plano	(3.1 - 9)	1.263

Em decorrência do nível do resultado superavitário do Plano Sulgasprev, deverão ser realizados os estudos necessários a destinação do referido resultado, na forma da legislação vigente.

12.12 Plano Misto Sanasa

Em 31 de dezembro de 2015, o Plano Misto Sanasa apresenta insuficiência patrimonial de R\$ 910.

ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com a regras em vigor.

1. Patrimônio de Cobertura		132.504
2. Provisões Matemáticas (PM)		133.414
2.1. Contribuição Definida		104.143
2.2. Benefício Definido		29.271
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(910)
3.1. Superávit/Déficit Técnico		(910)
3.2. Resultados a Realizar		0
4. Ajuste Precificação (+/-)		0
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(910)
6. Equivalência em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2.2)	3,11%
7. Duration do Plano (em anos)		10,43
8. Limite do Déficit Técnico ajustado (em %)	1% x (Duration -4)	6,43%
9. Prazo de Equacionamento do Déficit (em anos)	(1,5 x Duration)	15,65

Diante dos resultados demonstrados no quadro acima, não haverá necessidade de plano de equacionamento do déficit até o final do exercício de 2016, tendo em vista que o Equilíbrio técnico ajustado (3,11% das Provisões Matemáticas) ser inferior ao Limite de tolerância do plano de 6,43% das Provisões Matemáticas.

12.13 Plano TAPMEprev

Em 31 de dezembro de 2015, o Plano TAPMEprev está equilibrado.

ANÁLISE DA SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o equilíbrio técnico ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do plano, de acordo com a regras em vigor.

1. Patrimônio de Cobertura		264.486
2. Provisões Matemáticas (PM)		264.486
2.1. Contribuição Definida		75.936
2.2. Benefício Definido		188.550
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	0
3.1. Superávit/Déficit Técnico		0
3.2. Resultados a Realizar		0
4. Ajuste Precificação (+/-)		3.012
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	0
7. Duration do Plano (em anos)		11,63

Diante dos resultados demonstrados no quadro acima, observamos que o plano encontra-se equilibrado.

12.14 Títulos públicos objeto dos ajustes de precificação

A tabela a seguir apresenta os ajustes de precificação de títulos públicos, para os efeitos da Instrução Normativa nº 19/2015.

	NOTA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2015	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2015	AJUSTE
Plano Petros Lanxess						
NTN-B	12.4	15/05/2017	45.523	125.583	127.719	2.136
Plano Petros Nitriflex/Lanxess						
NTN-B	12.3	15/05/2017	5.770	15.970	16.229	259
Plano Petros Ultrafétil						
NTN-B	12.5	15/05/2017	31.743	87.662	89.036	1.374
Plano TAPMEprev						
NTN-B		15/08/2018	5.000	14.080	14.386	306
NTN-B		15/08/2022	5.000	13.340	14.667	1.327
NTN-B		15/05/2023	5.000	13.136	14.515	1.379
TOTAL			15.000	40.556	43.568	3.012

	NOTA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2015	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2015	AJUSTE
Plano Petros 2						
NTN-B		15/05/2017	41.264	114.051	115.784	1.733
NTN-B		15/08/2018	60.000	167.260	171.417	4.157
NTN-B		15/05/2019	120.000	328.018	338.866	10.848
NTN-B		15/08/2020	40.000	109.539	114.890	5.352
NTN-B		15/08/2022	115.000	306.433	331.992	25.559
NTN-B		15/05/2023	120.000	317.000	342.241	25.241
NTN-B		15/08/2024	90.000	235.017	260.963	25.946
NTN-B		15/08/2030	90.000	249.536	263.710	14.174
NTN-B		15/05/2035	110.000	296.782	319.803	23.021
NTN-B		15/08/2040	90.000	240.517	266.598	26.081
NTN-B		15/05/2045	90.000	241.198	263.910	22.712
NTN-B		15/08/2050	90.000	248.583	268.323	19.740
NTN-B		15/05/2055	90.000	239.950	265.226	25.276
TOTAL			1.146.264	3.093.885	3.323.726	229.841

A tabela a seguir apresenta as principais informações dos planos de benefícios administrados pela PETROS:

PLANOS	ATIVO LÍQUIDO		PROVISÕES MATEMÁTICAS		EQUILÍBRIO TÉCNICO		RESULTADOS A REALIZAR		FUNDOS PREVIDENCIAIS		FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Benefício Definido												
Plano Petros Sistema Petrobras	59.539.210	61.808.977	82.643.930	65.576.225	(22.609.287)	(6.193.130)	495.433	497.647	-	2.923.529	918.487	995.628
Plano Petros PQU *	-	-	-	-	-	174	-	174	-	-	536	529
Plano Petros Braskem *	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	70
Plano Petros Ultrafertil	826.891	909.572	1.286.427	1.172.143	(436.692)	(239.625)	22.844	22.946	-	-	2.072	1.637
Plano Petros Copesul *	-	-	-	-	-	81	-	81	-	-	1.228	1.212
Plano Petros Lanxess	1.002.252	1.091.274	1.152.282	1.032.520	(122.308)	86.600	27.722	27.846	-	-	1.070	796
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	155.408	165.615	141.727	130.830	17.796	36.841	4.115	4.134	-	2.078	118	127
Contribuição Definida / Variável												
Planos Patrocinados												
Plano Repsol	28.280	24.737	25.341	22.540	-	-	-	-	2.939	2.197	-	-
Plano Cachoeira Dourada	8.443	7.432	7.911	6.973	-	-	-	-	532	459	-	-
Plano Concepa *	-	493	-	312	-	-	-	-	-	181	-	-
Plano DBA *	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Transpetro *	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Triunfo Vida *	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano ALESAT	17.124	14.229	16.812	14.071	-	-	-	-	312	158	-	-
Plano IBP Associados	17.734	14.489	17.113	14.216	-	-	-	-	621	273	1	1
Plano PQU Previdência *	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Copesulprev *	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Misto Sanasa	158.718	128.771	133.414	106.952	(910)	-	-	-	26.214	21.819	22	15
Plano Manguinhos *	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Termoprev	1.157	878	1.151	840	-	-	-	-	6	38	-	-
Plano FIEPEprev	37.978	34.174	36.620	33.321	279	232	-	-	1.079	621	9	6
Plano PETROS 2	11.132.501	8.726.447	11.063.520	8.619.357	52.003	93.169	-	-	16.978	13.921	109.389	74.619
Plano TBG *	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano PTAPrev	18.661	14.864	17.864	14.383	-	-	-	-	797	481	5	3
Plano PrevFIEPA	21.119	17.809	20.665	17.298	104	338	-	-	350	173	-	-
Plano PREVIEA	11.388	8.230	11.024	7.867	20	215	-	-	344	148	-	-
Plano GasPrev	31.960	22.508	31.420	22.262	-	-	-	-	540	246	-	-
Plano PETRO_RG	7.461	5.729	7.279	5.615	-	-	-	-	182	114	-	-
Plano Liquegás	65.782	47.923	64.861	47.448	-	-	-	-	921	475	-	-
Plano Sulgasprev	9.832	6.657	8.508	5.709	1.313	-	-	-	11	948	-	-
Plano TAPMEprev	266.461	261.353	264.486	260.242	-	-	-	-	1.975	1.111	4.373	5.065
Plano EldoradoPrev	5.939	-	5.938	-	-	-	-	-	1	-	144	-
Planos Instituídos												
Plano Simeprev	14.393	17.537	14.393	17.537	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano IBA	17.750	13.488	17.750	13.488	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Culturaprev	6.177	5.748	6.177	5.748	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano SinMed/RJ	3.016	2.503	3.016	2.503	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano CROprev	18.851	16.326	18.851	16.326	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano CRAprev	5.576	5.281	5.576	5.281	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano ADUANAPrev	3.409	3.520	3.409	3.520	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano ANAPARprev	450.321	194.690	450.321	194.690	-	-	-	-	-	-	371	349
Plano FENAJprev	1.779	1.690	1.779	1.690	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Previttel *	-	5	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano UNIMED-BH	-	295.541	-	293.424	-	-	-	-	-	2.117	-	-
Plano Cooperado	-	44.392	-	44.392	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano PreviContas	3.505	2.833	3.505	2.833	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano PREV-ESTAT	454	344	454	344	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano CRCprev	1.844	1.344	1.844	1.344	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano PREVItália	626	463	626	463	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Prevtran	3.817	3.153	3.817	3.153	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Esporteprev	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONSOLIDADO	73.895.817	73.921.019	97.489.811	77.717.865	(23.097.682)	(6.215.105)	550.114	552.828	53.802	2.971.087	1.037.895	1.080.057

* Planos em Retirada de Patrocínio – Petros PQU, Petros Braskem, Petros Copesul, Concepa, Triunfo Vida, Copesulprev, Manguinhos e Previttel.

13 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (ELIMINAÇÕES/AJUSTES)

Em atendimento ao disposto no item 9.1, Anexo “C” da Resolução CGPC nº 08/2011, e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009, as demonstra-

ções contábeis intermediárias devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balançete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, Participação do Fundo Administrativo nos planos previdenciais, Superávit e Déficit Técnico, dentre outros.

Descrição	Somatório dos Planos		Planos Benefício Definido	Planos Patrocinados CD e CV	Planos Instituidores	Eliminações	Consolidado
	(A) + (B) + (C) + (D)	(A)					
1. Ativos	80.284.463	977.104	66.766.071	12.000.953	540.335	(855.178)	79.429.285
Disponível	5.276	25	4.043	928	280	-	5.276
Realizável	80.180.438	878.330	66.762.028	12.000.025	540.055	(855.178)	79.325.260
Previdencial	15.637.692	-	15.613.970	23.185	537	-	15.637.692
Administrativo	893.646	38.471	756.925	98.250	-	(855.175)	38.471
Investimentos	63.649.100	839.859	50.391.133	11.878.590	539.518	(3)	63.649.097
Permanente	98.749	98.749	-	-	-	-	98.749
2. Obrigações	3.945.462	121.929	3.768.616	46.472	8.445	(3)	3.945.459
Operacional	626.162	29.261	548.426	40.330	8.145	(3)	626.159
Contingencial	3.319.300	92.668	3.220.190	6.142	300	-	3.319.300
3. Fundos não Previdenciais	1.893.070	855.175	923.580	113.943	372	(855.175)	1.037.895
Fundo Administrativo	1.710.350	855.175	756.924	98.251	-	(855.175)	855.175
Fundo dos Investimentos	182.720	-	166.656	15.692	372	-	182.720
4. Resultados a Realizar	550.114	-	550.114	-	-	-	550.114
Total dos Ativos Líquidos (1 - 2 - 3 - 4)	73.895.817	-	61.523.761	11.840.538	531.518	-	73.895.817
5. Patrimônio Social	76.339.001	855.175	62.997.455	11.954.481	531.890	(855.175)	75.483.826
Provisões Matemáticas	97.489.811	-	85.224.366	11.733.927	531.518	-	97.489.811
Superávit Técnico	67.401	-	13.681	53.720	-	(67.401)	-
Déficit Técnico	(23.715.197)	-	(23.714.286)	(911)	-	67.401	(23.647.796)
Fundos Previdenciais	53.802	-	-	53.802	-	-	53.802
Fundo Administrativo	1.710.350	855.175	756.924	98.251	-	(855.175)	855.175
Fundo dos Investimentos	182.720	-	166.656	15.692	372	-	182.720
Resultados a Realizar	550.114	-	550.114	-	-	-	550.114
Total do Patrimônio Social	76.339.001	855.175	62.997.455	11.954.481	531.890	(855.175)	75.483.826
6. Adições	251.791	-	-	169	251.622	(251.791)	-
Migrações entre Planos	251.791	-	-	169	251.622	(251.791)	-
7. Deduções	(251.791)	-	(249.999)	(1.657)	(135)	251.791	-
Migrações entre Planos	(251.791)	-	(249.999)	(1.657)	(135)	251.791	-

14 PARTES RELACIONADAS

O quadro a seguir apresenta os direitos a receber com partes relacionadas.

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Termobahia S.A	76.951	74.965
Ações Mercado à vista	1.186	1.186
Debêntures	75.765	73.779
Termo Pernambuco S.A	35.590	32.174
Debêntures	35.590	32.174
Petroleo Brasileiro S.A (Petrobras)	12.531.116	10.092.254
Ações Mercado à vista	482.975	711.395
Imóveis (locação)	529.249	511.119
Contribuições contratadas	11.518.892	8.869.740
Petrobras Distribuidora S.A (BR)	372.175	296.886
Contribuições contratadas	372.175	296.886
Total	13.015.832	10.496.279

Distribuição por Plano de Benefícios, dos direitos a receber com partes relacionadas.

	PLANO LANXESS	PLANO NITRIFLEX/LANXESS	PGA	PLANO PETROS 2	PLANO SISTEMA PETROBRAS	PLANO TAP	PLANO ULTRAFÉRTIL	TOTAL
Ações	55	8	561	2.024	478.217	3.251	45	484.161
Petrobras S.A	-	-	539	1.941	477.244	3.251	-	482.975
Termobahia S.A	55	8	22	83	973	-	45	1.186
Debêntures	3.428	509	2.089	40.713	61.690	-	2.926	111.355
Termobahia S.A	3.428	509	2.089	5.123	61.690	-	2.926	75.765
Termo Pernambuco S.A	-	-	-	35.590	-	-	-	35.590
Imóveis (locação)	-	-	-	-	529.249	-	-	529.249
Contribuições contratadas	-	-	-	-	11.891.067	-	-	11.891.067
TOTAL	3.483	517	2.650	42.737	12.960.223	3.251	2.971	13.015.832

15 CONCESSÃO DE NÍVEIS AOS PARTICIPANTES ASSISTIDOS DO PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS

O Conselho Deliberativo aprovou em sua reunião de 16 de dezembro de 2014 a proposta de Acordos tendo como objeto a concessão de níveis (Acordos Coletivos de Trabalho da Petrobras de 2004/2005/2006), nas ações judiciais não transitadas em julgado e com os participantes assistidos que não tenham ação judicial em trâmite.

A proposta de acordo aos participantes assistidos, em resumo considerou o seguinte:

Participantes assistidos com ações judiciais em andamento (não transitadas em julgado): a) implantação da revisão integral do benefício, condicionado à prévia homologação do acordo judicial, no qual os autores darão a quitação plena, rasa e geral quanto ao objeto níveis; b) pagamento da parte financeira, com aplicação do redutor de 10% sobre o valor calculado pela Petros, para as ações em que não tenha havido o trânsito em julgado até a data da homologação judicial do acordo; c) os valores da parte financeira e revisão de benefício serão calculados de acordo com parâmetros utilizados pela Fundação com base no regulamento do Plano Petros Sistema Petrobras, independentemente de haver qualquer decisão proferida nas ações judiciais.

Participantes assistidos que não tenham ações judiciais em andamento: a) a implantação abrangerá os participantes que se tornaram assistidos até 31 de agosto de 2006, visto que após esta data, os Participantes tiveram incluídos tais reajustes em seus salários; b) a revisão dos benefícios será realizada administrativamente, devendo os assistidos e pensionistas assinar o instrumento determinado Termos de Transação Individual; c) pagamento da parte financeira, com retroatividade a 1º de setembro de 2013, considerando o Acordo Coletivo de Trabalho 2013.

De acordo com os termos do acordo proposto aos Participantes, foram calculados os valores dos impactos decorrentes dessa concessão e reconhecidos no balanço do plano da seguinte forma:

	31 DE DEZEMBRO DE 2015	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Exigível contingencial (sem ações judiciais)	13.386	177.779
Exigível contingencial (com ações judiciais não transitadas)	141.180	480.879
Fundo Previdencial	-	2.923.528
TOTAL DO IMPACTO FINANCEIRO E ATUARIAL	154.566	3.582.186

No encerramento do exercício de 2015 houve a incorporação dos níveis concedidos nos Acordos Coletivos de Trabalho da Petrobras em 2004, 2005 e 2006 aos benefícios dos aposentados e pensionistas do Plano. Em função disso, o Fundo Previdencial constituído para esta finalidade foi integralmente revertido ao patrimônio do plano.

16 INVESTIGAÇÃO DA PETROBRAS NA PETROS

Em 19 de dezembro de 2014, o Conselho Deliberativo da Petros, a partir da solicitação da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, autorizou a realização de inspeção na Entidade, sendo os trabalhos conduzidos pelos escritórios Trench, Rossi e Watanabe e Gibson, Dunn & Crutcher, contratados exclusivamente pela Petrobras, com o objetivo de apurar eventuais ações que contrariem leis e regulamentos, em prejuízo daquela contratante. Nesse contexto, a Petros vem acompanhando e se informando dessa inspeção com o objetivo de avaliar efeitos ou consequências para a Entidade, bem como tomar providências que sejam aplicáveis.

Em paralelo, a Diretoria Executiva constituiu comitês específicos para averiguação e análise dos fatos que vem exigindo um nível maior de aprofundamento.

A Entidade já tem refletido em seus livros os impactos contábeis dos fatos e circunstâncias até aqui conhecidos.

17 INQUÉRITO DA POLÍCIA FEDERAL

A Entidade tomou ciência em 06 de abril de 2015 da existência da abertura de inquérito da Polícia Federal – Superintendência Regional do Estado do Paraná, sob o nº119/2015-SR/DPF/PR. Em 22 de dezembro de 2015 a Petros recebeu o Ofício nº 7921/2015 – IPL 0119/2015-4 SR/DPF/PR solicitando informações sobre os investimentos realizados em CCB de Indústria Metais do Vale (CNPJ 06.249.342/0001-26) e no Fundo de Investimento em Participações Brasil Petróleo 1 (CNPJ 12.240.738/0001-30).

A Petros em 3 de fevereiro de 2016, enviou a documentação solicitada ao Delegado da Polícia Federal da Superintendência Regional do Paraná, destacando que a Diretoria Executiva da Petros aprovou os investimentos na CCB da Indústria Metais do Vale e no Fundo de Investimento em Participações Brasil Petróleo 1, nas reuniões realizadas nos dias 24 de março de 2005 e 2 de dezembro de 2010, respectivamente.

18 EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Transferência de Gerenciamento do Plano Prevtran

Em 13 de Janeiro de 2016, conforme Portaria PREVIC nº 23, publicada no D.O.U. de 14 de janeiro de 2016, o Diretor de Análise Técnica, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000408/2015-12, comando nº 402196324 e juntada nº 407648181, aprovou a transferência de gerenciamento do Plano Prevtran CNPB 2010.0041-83 para a Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

b) Relatório CPI do Fundos de Pensão

Em abril de 2016 foi divulgado o Relatório do Relator da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Fundos de Pensão. O referido relatório trata sobre investimentos realizados pelos Fundos de Pensão, incluindo a Petros, tais como FIP Bioenergia, Debêntures da Galileo Educacional, FIDC Trendbank, FIP Enseada, FIP Sondas (Sete Brasil), FIP Multiner e Itausa.

A entidade além das auditorias já em curso para averiguação dos fatos relatados no relatório da CPI, vem internamente verificando os casos mencionados. Na data base de 31 de dezembro de 2015, considerando o estágio dos trabalhos, não foram identificados eventos ou informações que pudessem alterar os saldos contábeis dos ativos mencionados.

c) Procedimento Investigatório Criminal (PCI) – 1.30.001.002097/2016-66

Em 6 de maio de 2016, foi recebido o Procedimento Investigatório Criminal 1.30.001.002097/2016-66, com o fim de apurar possível prática de crime de gestão fraudulenta e de possível desvio de recursos de instituição financeira (art. 4º e 5º da Lei 7.492/86) por dirigentes da Petros, derivado do relatório final da CPI dos Fundos de Pensão da Câmara dos Deputados, de 12 de abril de 2016, relativo a aquisição de Debêntures emitidas pela empresa Galileo Sociedade de Propósito Específico. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo do investimento nas referidas debêntures está 100% provisionado.

d) Cisão do Plano Petros Sistema Petrobras (CNPB 1970.0001-47)

Encaminhada à PREVIC, em 19 de janeiro de 2016, através do ofício PRES 026/2016, a proposta do regulamento do Plano Petros Sistema Petrobras – Não Repactuados e do Plano Petros Sistema Petrobras – Repactuados, ajustados às exigências daquele órgão fiscalizador, assim como a proposta do Termo de Cisão do Plano Petros Sistema Petrobras. As propostas dos Regulamentos e Termo de Cisão foram aprovadas, por maioria de votos, na reunião do Conselho Deliberativo do dia 13 de janeiro de 2016 (ATA 532).

HENRIQUE JÄGER
Presidente
CPF: 831.180.477-04

DANILO FERREIRA DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 294.854.338-08

SÉRGIO MARTINHO DE MATOS
Contador
CRC – RJ-049.471/O-1
CPF 597.074.027-68

REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

(Ata CF 498, item 1, de 6 e 7 de julho de 2016)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA PETROS – EXERCÍCIO 2015

Decisão: O Conselho Fiscal: **a)** tomou conhecimento das Demonstrações Contábeis auditadas pela empresa PricewaterhouseCoopers referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme memorando GAF-163/2016, de 17-06-2016; **b)** tomou conhecimento das informações prestadas pela Gerente Executiva Administrativa e Financeira, Sra. Renata Moreira Ferretti, e pelo Gerente de Contabilidade, Sr. Sergio Martinho de Matos, referente às Demonstrações Contábeis da Petros do exercício findo em 31 de dezembro de 2015; **c)** tomou conhecimento das informações complementares apresentadas pelos Auditores Externos Independentes da empresa PricewaterhouseCoopers referente às Demonstrações Contábeis auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015; **d)** tomou conhecimento do Relatório elaborado pela empresa Consultorys Consultoria para subsidiar o Conselho Fiscal na emissão do Parecer Anual sobre as Demonstrações Contábeis da Petros do exercício findo em 31 de dezembro de 2015; **e)** emitirá o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre a Gestão e as Demonstrações Contábeis da Petros do exercício de 2015, com base nos votos apresentados pelos Conselheiros Ronaldo Tedesco Vilardo, Fernando Leite Siqueira, Marcio Branco de Oliveira e José Eduardo Tavares Sobral Pinto; **e f)** encaminhará o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre a Gestão e as Demonstrações Contábeis do exercício de 2015 ao Conselho Deliberativo da Petros, acompanhado do extrato da Ata CF 498, item 1, de 06 e 07-07-2016.

REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

(Ata CD 543, item 1, de 29 de julho de 2016)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA PETROS – EXERCÍCIO 2015

Decisão: O Conselho Deliberativo, em conformidade com o inciso XVIII do artigo 26 do Estatuto Social da Petros: **a)** aprovou, por maioria de votos, as Demonstrações Contábeis da Petros relativas ao exercício social de 2015, tendo em vista que as ressalvas e ênfases no Relatório dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers e apontamentos trazidos pelo Conselho Fiscal em seu Parecer Anual (Parecer CF-003/2016) não comprometem, de forma absoluta, a segurança dos planos de benefícios complementares ou da Entidade. Os conselheiros Silvio Sinedino Pinheiro e Epaminondas de Souza Mendes votaram contrários à proposta de aprovação da matéria conforme registrado em Ata. O conselheiro Paulo César Chamadoiro Martin aprovou as Demonstrações Contábeis com ressalvas devidamente registradas no seu voto conforme Ata.



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Henrique Jäger

Diretores
Fernando Paes de Carvalho
Danilo Ferreira da Silva

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares
Hugo Repsold Júnior (Presidente)
Roberto Moro
Jorge Celestino Ramos
Epaminondas de Souza Mendes
Sílvio Sinedino Pinheiro
Paulo César Chamadoiro Martin

Suplentes
Sylvia Sampaio Lôpo
Gustavo Dimitri de Souza Gonçalves
Marcos Antônio Zacarias
Luiz Carlos Xerxenesky
Agnelson Camilo da Silva
Norton Cardoso Almeida

CONSELHO FISCAL

Titulares
Ronaldo Tedesco Vilardo (Presidente)
Marcio Branco de Oliveira
José Eduardo Tavares Sobral Pinto
Fernando Leite Siqueira

Suplentes
Marcos André dos Santos
Rodrigo Tiradentes Montechiari
Patrícia Pinto Mirandola Sampaio
Paulo Teixeira Brandão

O relatório completo contendo as informações referentes a todos os planos administrados pela Petros está disponível em www.petros.com.br

EXPEDIENTE Coordenação-Geral Gerência de Comunicação e Relações Institucionais
Projeto Gráfico Flávia da Matta Design | Fotos A. Vermelho, G. Taboada e Microphoto

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS
Rua do Ouvidor, 98 - Centro - Rio de Janeiro
CEP 20040-030

www.petros.com.br

